

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA**

**IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL EM SÃO PAULO:
RETORNO E REEMIGRAÇÃO, 1890 – 1920**

Ilana Peliciari Rocha

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Departamento de História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Horacio Gutiérrez

**São Paulo
2007**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE HISTÓRIA ECONÔMICA**

**IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL EM SÃO
PAULO:
RETORNO E REEMIGRAÇÃO, 1890 - 1920**

Ilana Peliciari Rocha

**São Paulo
2007**

DEDICATÓRIA

**A minha família, meu marido Ilson e meus pais,
Lourdes e Antônio Carlos pelo apoio,
companheirismo e paciência incomparável e ao
meu filho Pedro, por puro amor.**

AGRADECIMENTOS

Ao longo destes três anos de mestrado, muitos foram os auxílios, sugestões e idéias recebidas para que esse trabalho pudesse ser realizado. O auxílio financeiro da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, conhecido como Bolsa Mestrado, fundamental para a realização desta dissertação.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Horacio Gutiérrez, por ter se prontificado a compartilhar esse trabalho comigo, com dedicação e paciência, respeitando minhas limitações e idéias, tendo participação fundamental para que esse trabalho assumisse a forma que possui atualmente.

Aos professores Carlos Bacellar e Rosa Ester Rossini pelas sugestões e críticas feitas na qualificação; à Prof.^a Esmeralda B. Bolsonaro Moura, pelas dicas e comentários, dados no Seminário do CEDHAL.

Aos funcionários do Memorial do Imigrante, em especial, a Sra. Midori Kimura Figutti e Ondina Antonio Rodrigues, pela atenção e gentileza dispensadas.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização dessa etapa acadêmica.

À minha família, por estarem sempre ao meu lado, me incentivando e apoiando, pois sem ela nada disso teria sido possível. Agradeço em especial ao meu esposo, Manoel Ilson por todas as horas que me fortaleceu e ao meu filho, Pedro, que sofreu com minha ausência nesses três anos.

RESUMO

Este estudo sobre imigração internacional em São Paulo do fim do século XIX e início do século XX aborda o refluxo dos migrantes pela reemigração e pelo retorno. Apresenta o fenômeno com a perspectiva do movimento migratório internacional, como parte importante de um movimento maior e mais dinâmico, e não apenas como reflexo das condições econômicas e sociais locais. Analisa o perfil dos imigrantes em refluxo a partir das listas de bordo de saída do porto de Santos em 1908 e dos relatórios oficiais entre 1890 - 1920. As fontes permitiram identificar o destino, a nacionalidade, os vínculos familiares, a idade, o sexo e a religião dos envolvidos. Essas características foram interpretadas e relacionadas com os condicionantes econômicos e demográficos, bem como com os padrões definidos pela historiografia da imigração.

PALAVRAS-CHAVE: História do Brasil; imigração; refluxo migratório; reemigração; retorno.

ABSTRACT

This study about international immigration in São Paulo at the end of 19th century and the beginning of 20th century has the purpose to approach the migrants reflow from remigration and from return. It shows the mentioned phenomenon with the international immigration movement perspective, as an important feature from a higher and dynamic movement and not only as a reflex of economic and social conditions from this place. The analysis was made based on the immigrants's profile in reflow, from the schedule on departures boarding lists from Santos in 1908 and the official reports from 1890 to 1920. The source allows to identify the destination, the nationality, the family laces, the ages, sex and the religions from these people. These characteristics were interpreted and linked to the economic and demographic conditionants, as well as the definite patterns from immigration history.

Key-Words – History from Brazil; Immigration; immigration Reflow; Remigration; Reflow.

ÍNDICE

Introdução.....	12
------------------------	-----------

Parte I – Historiografia da imigração

Capítulo 1 – Refluxo: História e Historiografia.....	21
Apresentação da historiografia.....	21
Contextualização econômica e social.....	26
Capítulo 2 – O perfil dos imigrantes na historiografia.....	54
As nacionalidades.....	54
Grupos familiares.....	63
Ocupações.....	68

Parte II – Imigrantes: retorno e reemigração

Capítulo 3 – Refluxo: tendências gerais.....	73
Entradas de imigrantes.....	73
Saídas de imigrantes.....	77
O perfil do refluxo.....	80
Capítulo 4 – Refluxo em 1908: demografia e grupos familiares.....	94
O refluxo e seu significado.....	94
As listas de bordo e o universo pesquisado.....	95

Imigrantes retornados e em reemigração.....	99
Gênero e idade.....	106
Grupos familiares.....	111
Capítulo 5 – Refluxo em 1908: ocupações e destinos.....	128
Ocupações.....	128
Imigrantes bem sucedidos?.....	137
Religiosidade e instrução.....	141
Deslocamento para outros Estados.....	145
Destino.....	149
Considerações Finais.....	158
Referências Bibliográficas	165

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Refluxo pelo porto de Santos segundo o mês de saída, 1908.....	154
Gráfico 2 – Refluxo pelo porto de Santos segundo o mês de saída e destino, 1908.....	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Entrada de imigrantes pelo porto de Santos em nº. absolutos, 1855-1920.....	74
Tabela 2 – Entradas e saídas pelo porto de Santos, 1896 a 1920.....	78
Tabela 3 – Passageiros destinados a portos nacionais segundo a classe de viagem, porto de Santos, 1908 a 1920.....	82
Tabela 4 – Passageiros destinados a portos estrangeiros segundo a classe de viagem, porto de Santos, 1908 a 1920.....	82
Tabela 5 – Entrada e saída de imigrantes entre o porto de Santos e Buenos Aires, 1908 a 1913.....	83
Tabela 6 – Passageiros saídos pelo porto de Santos para portos estrangeiros segundo a nacionalidade, 1908 a 1920.....	85
Tabela 7 – Coeficiente geral de saída e fixação dos principais contingentes de imigrantes, porto de Santos, 1905 a 1925.....	87
Tabela 8 – Passageiros saídos pelo porto de Santos segundo a nacionalidade e o destino, 1910 e 1913.....	88
Tabela 9 – Imigrantes saídos pelo porto de Santos segundo a faixa etária e a nacionalidade, 1910 e 1913.....	89
Tabela 10 – Imigrantes saídos pelo porto de Santos segundo o estado conjugal e a nacionalidade, 1910 e 1913 (excluídos os menores de 12 anos)...	89
Tabela 11 – Imigrantes saídos pelo porto de Santos segundo o sexo, 1897 – 1913.....	90
Tabela 12 – Passageiros saídos pelo porto de Santos segundo a classe, o sexo e a nacionalidade, 1915 a 1919.....	91
Tabela 13 – Informações gerais dos dados coletados, porto de Santos, 1908...	96
Tabela 14 – Passageiros listados para a saída segundo a classe da viagem, porto de Santos, 1908.....	98
Tabela 15 – Participação de imigrantes retornados e em reemigração, porto de Santos, 1908.....	100

Tabela 16 – Participação de imigrantes retornados e em reemigração segundo a nacionalidade, porto de Santos, 1908.....	102
Tabela 17 – Retorno e reemigração por faixa etária e principais nacionalidades em porcentagem, porto de Santos, 1908.....	105
Tabela 18 – Imigrantes em refluxo com 11 anos ou mais segundo o sexo, porto de Santos, 1908.....	107
Tabela 19 – Imigrantes em refluxo segundo faixas etárias e sexo, porto de Santos, 1908.....	108
Tabela 20 – Imigrantes em refluxo pelo porto de Santos segundo o sexo e a nacionalidade, 1908.....	109
Tabela 21 – Percentual de crianças saídas pelo porto de Santos segundo a idade (0 a 10 anos), 1908.....	110
Tabela 22 – População em refluxo conforme grau de parentesco, porto de Santos, 1908.....	113
Tabela 23 – Parentesco dos imigrantes em refluxo pelo porto de Santos segundo a nacionalidade, 1908.....	115
Tabela 24 – Imigrantes em refluxo por parentesco e estado conjugal, porto de Santos, 1908.....	120
Tabela 25 – Famílias imigrantes em refluxo por faixas etárias, porto de Santos, 1908.....	121
Tabela 26 – Imigrantes por tipo de refluxo e agrupamento familiar, porto de Santos, 1908.....	122
Tabela 27 – Grupos familiares em refluxo pelo porto de Santos segundo o número de filhos, 1908.....	124
Tabela 28 – Imigrantes sozinhos em refluxo pelo porto de Santos segundo faixas etárias e sexo, 1908.....	125
Tabela 29 – Atividades profissionais dos imigrantes em refluxo pelo porto de Santos, segundo o sexo, 1908.....	129
Tabela 30 – Atividades profissionais dos imigrantes em refluxo pelo porto de Santos segundo a nacionalidade, 1908.....	134

Tabela 31 – Passageiros saídos pelo porto de Santos (1ª e 2ª classes) por atividade profissional, 1908.....	138
Tabela 32 – Passageiros saídos pelo porto de Santos (1ª e 2ª classes) por parentesco, 1908.....	139
Tabela 33 – Passageiros saídos pelo porto de Santos (1ª e 2ª classes) por nacionalidade, 1908.....	140
Tabela 34 – Passageiros saídos pelo porto de Santos (1ª e 2ª classes) segundo o destino, 1908.....	140
Tabela 35 – Religião segundo nacionalidade dos imigrantes em refluxo, porto de Santos, 1908.....	142
Tabela 36 – Imigrantes em refluxo pelo porto de Santos segundo instrução, 1908.....	143
Tabela 37 – Passageiros saídos pelo porto de Santos com destino a outros Estados do Brasil segundo a nacionalidade e o destino, 1908.....	146
Tabela 38 – Passageiros saídos pelo porto de Santos com destino a outros Estados do Brasil segundo faixas etárias e nacionalidades, 1908.....	148
Tabela 39 – Passageiros saídos pelo porto de Santos com destino a outros Estados do Brasil por grau de parentesco e sexo, 1908.....	149
Tabela 40 – Nacionalidade da população em refluxo pelo porto de Santos segundo o destino, 1908.....	152

INTRODUÇÃO

As grandes migrações do final do século XIX e das primeiras duas décadas do século XX foram caracterizadas por movimentos distintos de atração e de expulsão. A massa imigratória foi impulsionada, de um lado, pelas transformações sócio-econômicas que estavam ocorrendo em alguns países da Europa e, de outro, pela necessidade de mão-de-obra dos países da América. Nas Américas, destacam-se como países receptores de imigrantes os Estados Unidos, a Argentina, o Brasil e o Canadá. Também facilitaram o deslocamento, as inovações na navegação, que baratearam as passagens e reduziram o tempo do percurso.

No Brasil, a opção pela imigração em massa foi uma forma de criar colônias produtoras de alimentos e de se substituir o trabalhador negro escravo nas fazendas de café, tendo em vista a crise do sistema escravista e a abolição da escravatura (1888). No entanto, depreende-se que a necessidade de mão-de-obra imigrante decorria tanto da substituição da fonte, quanto do próprio crescimento da economia local, sobretudo a agrícola. Uma vez que este trabalhador era livre e algumas cidades brasileiras também passavam por um ciclo de crescimento e industrialização, ocorreu um deslocamento significativo do campo para a cidade, corroborando para que a demanda crescente por mão-de-obra no campo continuasse. Do outro lado do Atlântico, por sua vez, a Europa passava por crises subseqüentes, impelidas pela disputa de mercados entre as economias nacionais e decorrentes das inovações tecnológicas no campo e na cidade, as quais auxiliaram a agravar o quadro, aumentando a massa de desempregados e achatando os salários. Até o episódio da I Grande Guerra, a imigração da Europa para a América atendeu às demandas dos dois continentes.

No geral, os imigrantes que vieram para o Brasil provinham de diversas partes do mundo, inclusive do continente asiático, sendo, no entanto, a grande maioria composta de europeus, entre os quais, principalmente, portugueses, italianos, espanhóis e alemães. A emigração européia foi significativa para o Brasil tanto em termos quantitativos, por ser a causa principal do rápido crescimento

demográfico do país, onde supriu a necessidade da mão-de-obra no campo e contribuiu para o processo de urbanização, quanto em termos qualitativos, por marcar, de modo considerável, o desenvolvimento econômico agrícola e industrial, a vida política e civil, o crescimento cultural e artístico. A fisionomia do Brasil não seria hoje a mesma sem a contribuição daqueles milhões de imigrantes e de seus descendentes.

É comum retratar a imigração para o Brasil em correntes distintas de acordo com a nacionalidade do imigrante, uma vez que a economia nacional de origem era decisiva para o deslocamento. Inclusive, a caracterização da sociedade brasileira como heterogênea decorre, principalmente, dos diversos movimentos que contribuíram para o povoamento de seu território. As diferenças entre as nacionalidades, no tocante à proximidade cultural, ao momento, à extensão, ao volume, bem como às características econômicas e culturais predominantes de cada grupo imigrante, influíram em sua adaptação. Dissertando sobre o assunto, Bassanezi também destaca a importância do perfil cultural na adaptação do imigrante:

Elementos como a alfabetização, capacidade de organização, conhecimentos técnicos, religião etc., que faziam parte da bagagem cultural dos imigrantes, pesaram de diferentes modos – facilitando, retardando e dificultando – no processo de integração dos imigrantes. Por exemplo, a organização do trabalho em bases familiares na sociedade camponesa européia facilitou o desempenho dos trabalhadores no café e na pequena propriedade das áreas de colonização; a língua favoreceu os espanhóis e prejudicou os japoneses e alemães; a identidade religiosa beneficiou os católicos em detrimento dos outros grupos; o alto índice de alfabetizados entre os japoneses propiciou um intercâmbio de informações através dos jornais, correspondência, etc., o alto grau de analfabetismo dificultou a preservação escrita entre os espanhóis (BASSANEZI, 1996, p. 34-35).

Além do perfil de cada imigrante, soma-se entre os fatores que ocasionaram o sucesso ou fracasso de cada nacionalidade no Brasil, o momento da economia local, assim como da política pública para imigração. As modificações da política imigratória do Brasil no período são, basicamente, em função da economia do Estado de São Paulo e conduzidas pelo próprio Estado, sendo este o pioneiro com a experiência dos núcleos coloniais, chegando a Província a contar com

aproximadamente 70 dessas colônias no século XIX. Mas, além dos núcleos coloniais, que se destinavam à produção de gêneros alimentícios e povoamento, os imigrantes, em sua maioria, vinham para as fazendas de café. Esta política imigratória refletia imediatamente as alterações do preço do café no mercado internacional, uma vez que este era a base da economia paulista, a qual passou por cíclicas crises típicas da economia de monocultura, de superprodução e de variação cambial.

Além das condições de mercado, o sucesso ou insucesso da imigração no período também foi determinado pelas relações interpessoais. Acostumados à mão-de-obra escrava e ideologicamente, comprometidos com uma sociedade estratificada, os fazendeiros do café dispensaram aos colonos praticamente o mesmo tratamento que estavam acostumados a empregar no trato com os escravos. Antes mesmo de embarcar, os imigrantes eram obrigados a assinar os contratos de trabalho, desconhecendo inclusive as condições em que este deveria ser realizado. Na realidade, estes contratos eram elaborados visando obter vantagens para os proprietários de terras, sem oferecer a mínima segurança aos colonos, que, de boa fé, os assinavam. Por outro lado, os agentes da imigração eram remunerados em função do número de pessoas que conseguissem recrutar, aceitando, assim, qualquer candidato, sem aplicar critério algum que medisse a capacidade dos imigrantes para o trabalho agrícola. Dessa forma, misturaram-se aos elementos mais aptos, muitos velhos e inválidos, incapazes de executar as tarefas. Naturalmente, estas condições dificultaram a fixação no campo, e grande número destes imigrantes foram para as cidades, entraram em refluxo ou até procuraram outros destinos no Brasil, como os Estados do Sul.

A dificuldade em manter o imigrante no campo era compensada pelo ingresso de novos contingentes, ainda maiores em decorrência do crescimento da lavoura cafeeira, carente de um grande número de trabalhadores. A ação pública para suprir rapidamente o fornecimento de muita mão-de-obra foi a criação de um mecanismo de captação com subsídios à imigração – o governo estadual custeava a passagem marítima para os imigrantes e o transporte para as fazendas. Paralelamente, somava-se ao subsídio a intensa propaganda no exterior e, a partir

das primeiras levas, surgira uma imigração em cadeia, ou seja, a atração exercida por pessoas estabelecidas nas novas terras, convidando familiares ou amigos. Apesar das dificuldades encontradas no novo país, do outro lado do Atlântico, as condições se mostravam ainda piores.

O cenário da imigração no Brasil no fim do século XIX e início do século XX, delineado acima, está inserido num importante momento da história brasileira, com o fim do escravismo, o declínio da monarquia e instauração da Velha República, com a política do café com leite e do coronelismo, e de importante povoamento do país. O registro e a compreensão deste período são bastante ricos. Na historiografia, há uma produção extensa de estudos que destacam a imigração analisando-a em conjunto com outros fenômenos, como a transição republicana. Há contribuições provindas das várias nacionalidades e nos períodos em que cada uma se destacou, delineadas pelos locais onde se formaram as colônias, suas participações em episódios políticos, culturais e econômicos do país, bem como os traços de sua cultura que foram incorporados ao mundo local. Estes estudos focalizam, prioritariamente, o fluxo de imigrantes para o Brasil e, em especial, para São Paulo. Isto significa que, na prática, este movimento imigratório se esgotaria no deslocamento do estrangeiro para o Brasil e nas conseqüências da sua fixação aqui.

Conforme acima citado, apesar dos diversos estudos que focam a imigração, há uma deficiência de pesquisas que exploram a análise do refluxo imigratório. O refluxo é um fenômeno que se dá em continuidade à imigração, com desdobramentos no país de origem ou no novo destino, após uma experiência de trabalho e de convívio no Brasil, de curta ou média duração e que não implicava no encerramento do movimento da imigração; podia o imigrante ter transposto vários percursos, inclusive de volta ao Brasil. Esta perspectiva nos estudos sobre a imigração no Brasil pode interferir no próprio conceito de imigração, tornando-o mais dinâmico e complexo, pois considera um conjunto de deslocamentos, e não somente a vinda inicial, assim como as condições da economia e da política no país e no exterior, por diversos países e em vários momentos. Por outro lado, possibilita compreender melhor, a partir daqueles que partiram, o próprio movimento de entrada e de fixação.

Entende-se por refluxo não um movimento de retração da imigração, mas sim um movimento que ocorre simultaneamente ao fluxo ou entrada dos imigrantes, e que também não implica em refazer o fluxo em sentido contrário, mas dar uma nova orientação ao destino do imigrante. O refluxo podia ocorrer com a reemigração para outros países ou com o retorno para os países de origem dos imigrantes.

O presente estudo pretende somar esta perspectiva à compreensão do movimento imigratório para o Brasil, analisando o refluxo a partir da saída do porto de Santos e indicando o perfil dos imigrantes, bem como a comparação das correntes imigratórias, em suas principais características. Esta análise restringe-se ao Estado de São Paulo, onde se encontra o principal acervo para a pesquisa: o Arquivo do Memorial do Imigrante. O arquivo encontra-se no edifício construído entre os anos de 1886 e 1888 para abrigar a Hospedaria dos Imigrantes, no Bairro do Brás, em São Paulo. A construção da Hospedaria dos Imigrantes solucionou um velho problema da hospedagem dos estrangeiros na Capital, sendo onde os recém-chegados se alojavam para depois seguirem para seus destinos e se empregarem. Hoje, o prédio guarda uma série de documentos: Livros de Registros de Imigrantes, Listas de Bordo e Listas de Desembarque, Fichas de encaminhamento do imigrante ao emprego ou de sua colocação profissional, documentos relacionados a lotes de terras, Censos Demográficos Oficiais e Relatórios Administrativos, entre outros.

Partindo do pressuposto de que o porto de Santos era o único no Estado que propiciava a saída de imigrantes para o estrangeiro, optou-se na presente pesquisa por explorar suas Listas de Bordo de Saída, uma vez que nestas constam relações de passageiros que embarcaram, a partir de 1908. Estas Listas eram documentos mantidos sob a responsabilidade e sob assinatura dos comandantes dos navios. Caracterizam-se por conter informações sobre os navios e sua tripulação, o número de passageiros, algumas características e, por fim, o destino permitindo traçar um perfil do imigrante através do cruzamento quantitativo das informações.

O estudo proposto, através da análise historiográfica, conforme será oportunamente exposto, constatou as condições econômicas e sociais do Brasil,

especificamente São Paulo, e dos principais destinos no refluxo, resgatou o perfil do imigrante caracterizado pela vinda e, as poucas contribuições que consideraram a saída. Procurou-se também traçar alguns dados agrupados para o final do século XIX e início do século XX pelas informações e índices dos relatórios e boletins oficiais do Estado. Em seguida, procedeu-se a coleta das listas de bordo, por meio de uma folha de codificação, na qual constaram os seguintes dados: o dia e o mês da viagem, a companhia responsável pela viagem, o vapor, a classe da viagem, o sexo, a idade, o estado conjugal, a religião, o grau de parentesco e outras observações genéricas sobre os tripulantes. A coleta abarcou informações de 31.524 tripulantes, sendo que, entre esses, alguns não embarcaram por diversos motivos e outros não foram considerados na análise em decorrência da delimitação proposta, como será especificado no capítulo de análise de dados. A coleta dos dados, na folha de codificação citada, oferece muitas variáveis encontradas na documentação e submetidas à análise.

A partir da coleta promoveu-se o cruzamento das variáveis recorrentes, por meio dos programas SPSS e Excel, elaborando-se tabelas e gráficos correspondentes, confrontando os resultados com a bibliografia. Com a análise historiográfica e a coleta de dados pôde-se iniciar o processamento, organizando as informações de acordo com as perspectivas desencadeadas na historiografia. Como não existem trabalhos similares quanto ao tema, o emprego de modelos de análise ou conceitos já experimentados foi dificultado, exigindo-se, assim, um trabalho adequado ao contexto (a época e região estudada) e às possibilidades da fonte. A linha teórico-metodológica, com a qual se chegou aos objetivos propostos, deu-se pelo ordenamento das informações pertinentes e confronto constante com os resultados da bibliografia especializada. Este confronto forneceu o conjunto de causas para os resultados encontrados. Para tanto, todas as relações possíveis e todas as variáveis disponíveis foram analisadas.

Para orientar a pesquisa e delimitar o tema, hipóteses foram enumeradas orientando-se por uma análise primária da historiografia e das fontes. Segundo esta análise, a decisão de imigrar era o reflexo das situações de necessidade e vontade, quando o local de origem já não mais correspondia às

expectativas, e também através de avaliação das oportunidades em outro lugar, para onde ocorria o deslocamento. Apesar disso, a historiografia confirma também a hipótese de que o imigrante quase sempre alimentava a esperança de retornar à terra natal.

‘Fazer a América’ era o lema de quase todos os imigrantes que cruzavam o Atlântico. Para eles, a prioridade básica consistia em acumular poupanças com as quais esperavam poder desfrutar de uma vida melhor em seus países de origem. Por isso, aceitavam quaisquer trabalhos que lhes oferecessem, ainda que de baixo status, porque esses trabalhos aparentemente sem perspectivas proporcionavam-lhes melhores salários do que os pagos em seus países. Para cerca da metade dos imigrantes que chegaram, essa estratégia funcionou e acabaram retornando a seus países nativos (FAUSTO, 2000, p. 24).

Entretanto, quanto ao sucesso da empreitada, há que se considerar que apesar do desenvolvimento da economia cafeeira, as famílias precisavam construir condições de sobrevivência, o que dificultava a intenção de poupar dinheiro para o retorno. Assim, apresentou-se a hipótese de que dentre os retornos, em sua maioria, se caracterizariam de homens solteiros, ou mesmo casados, que saíam sozinhos, que dispunham de maior facilidade de deslocamento e de certo pecúlio, saindo de regiões de prosperidade econômica – estes dispunham de recursos para pagar sua passagem. Outro contingente importante dentre os que partiam, seriam as viúvas e órfãos de imigrantes agricultores, para o qual existia um subsídio do país de origem. Dispor de recursos era fundamental para o retorno, mas os motivos pessoais alimentavam o maior ou menor empenho em levantar estes recursos e não podem ser desconsiderados. Os motivos podiam ser inúmeros, desde debilidade de saúde, motivos políticos, laços familiares e, até mesmo pela própria perspectiva que os levaram à imigração. Já na reemigração, as condições de trabalho e da economia deviam preponderar, pois os riscos da terra estranha continuavam, e os vínculos psicológicos com a terra natal não foram suficientes para motivar o retorno.

A pesquisa realizada revelou, ainda, uma nova face do movimento imigratório e as hipóteses enumeradas cederam a um universo mais rico de constatações. As motivações do movimento de refluxo mostraram-se variadas, e o

estudo trouxe à historiografia uma nova dimensão, antes muito restrita à frustração ou satisfação com o movimento inicial de imigração.

O propósito, no presente estudo, é a análise desses imigrantes que retornaram para os seus lugares de origem ou reemigraram de São Paulo para outros países durante o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, tendo como referência o ano de 1908, período em que a expressividade da saída é reconhecida visivelmente nos números. *“Como exemplo, citamos dados sobre a quantidade de imigrantes entrados pelo porto de Santos entre 1908 e 1926. De um total de 829.788 entrados, foram registradas 464.856 saídas e um saldo de 364.932 imigrantes fixados”* (PAIVA, 2001, p. 25). O ano de 1908 é o primeiro ano de registro das listas de bordo, mas é também um ano intermediário neste movimento imigratório.

A pesquisa está estruturada em duas partes e respectivos capítulos: o primeiro apresenta um exame da historiografia da imigração, no que é pertinente à análise do refluxo, explicitando o contexto econômico e social do Estado de São Paulo e da economia internacional, e o segundo traça pontos importantes do perfil dos imigrantes que entraram e algumas considerações dos que saíram. Essa primeira parte objetiva promover um panorama geral da imigração, revisando criticamente a bibliografia especializada.

A segunda parte trata do estudo do retorno e suas variáveis, o retorno ao país de origem e a reemigração para outros países, distribuindo-se em três capítulos. O terceiro capítulo explora informações gerais da imigração a partir dos dados oficiais do Estado de São Paulo nos relatórios das Secretarias de Estado, os Boletins e Relatórios da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, e o Anuário Estatístico do Estado de São Paulo. Estas fontes ofereceram índices agrupados de períodos mais longos que contribuíram para conhecer as tendências de longo prazo de ingresso e saída de imigrantes pelo porto de Santos.

No quarto e quinto capítulo, por sua vez, encontra-se a análise dos dados coletados nas listas de bordo de saída dos imigrantes pelo porto de Santos, no ano de 1908. Apresenta as variações do refluxo, com o retorno e a reemigração, as nacionalidades, o agrupamento familiar, os condicionantes econômicos e

ocupações, destino, religiosidade e instrução. São os capítulos, nos quais, desenvolve-se o objetivo principal da pesquisa: identificar o perfil do imigrante em refluxo no período e contribuir para a compreensão do papel histórico do imigrante no Brasil, a partir de um novo foco de análise.

1. REFLUXO: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Apresentação da historiografia

A imigração abarca muitos enfoques e correntes historiográficas, e costuma-se afirmar que é um campo bastante explorado, graças a um enorme número de estudos realizados. Mas segundo Fausto, não existe tema esgotado e menos ainda a imigração, que é importante no Brasil para compreender melhor os seus processos sociais e as suas instituições básicas (FAUSTO, 1991, p.53). Colocando a respeito da imigração italiana, Moura diz ser necessário ampliar as possibilidades de análise, devido à infinidade de micro-realidades específicas em que se desdobra (MOURA, 1996, pp. 1-3).

Entre as opções de abordagens para a historiografia da imigração, a mais abrangente e relevante é a mobilidade social, a integração sócio-cultural e política e a participação na organização da economia. Nesse caminho, nos últimos anos, a historiografia ampliou seu campo de análise com a incorporação de várias reflexões. Dos laços de solidariedade entre os imigrantes às análises das etnias até então esquecidas, da função das mulheres às suas estratégias de inserção no mercado de trabalho, das diversas nacionalidades à incorporação dos seus traços na cultura local, o eixo central da temática gira em torno da questão da adaptação do imigrante no país de adoção. Assim, têm-se muitos estudos de entrada e fixação dos imigrantes no país.

Mas, na tentativa de exaurir os desdobramentos da imigração, constatou-se uma questão sem estudos suficientes para o fenômeno. Há poucas análises sobre a saída dos imigrantes. No levantamento bibliográfico, os trabalhos que contemplam o problema o fazem resumidamente. Menos ainda são os trabalhos que priorizam as saídas dos imigrantes no Brasil¹.

¹ Segue-se aqui a apresentação de alguns estudos. Entre os trabalhos que apresentam o retorno e/ou reemigração, estão os que tratam o assunto em subcapítulo como, por exemplo: TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico*. Um século de Imigração Italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, pp. 57-68, 1989. FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. *Emigração Portuguesa e sua influência no Brasil: o caso de Santos – 1850 a 1950*. São Paulo: FFLCH-USP, Dissertação de mestrado, pp. 93–97, 1989. ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres no campo. In. NOVAIS, Fernando A. SEVCENKO,

Também na bibliografia estrangeira sobre o refluxo há poucos estudos, seja para os imigrantes saídos do Brasil ou o refluxo em geral dessa imigração, como observa Shumsky:

Este enorme fluxo de retorno de migrantes dos Estados Unidos tem recebido quase nenhuma atenção pelos historiadores, especialmente em comparação com o tremendo interesse na migração para os Estados Unidos. Recentemente muitos historiadores têm trabalhado pouco o fenômeno, ainda que o reconheçam. Eles têm mencionado o retorno dos migrantes em frases, em sentenças, e até em parágrafos, mas eles o dedicam menos atenção que para aqueles migrantes permanentes (SHUMSKY, 1987, p. 85, tradução própria).

Para os estudos sobre refluxo de italianos e espanhóis encontrou-se, na historiografia argentina, e sobre a Argentina algumas contribuições úteis para compreender também a saída desses imigrantes no Brasil. Devoto analisa o conjunto da imigração na Argentina e reserva para o refluxo a constatação de sua importância e dinamismo, apresenta dados da saída de italianos e espanhóis e compara a Argentina com o Brasil, onde aponta um movimento de saída ainda maior.

Detengámonos en el caso argentino, tomando un período amplio (1861-1920), retornaron a la nación de origen algo más de la mitad de los inmigrantes italianos arribados y algo menos de la mitad de los españoles, según las estadísticas argentinas, mucho más confiables que las europeas en éste y en otros puntos. En conjunto, entre 1857 y 1914, los regresos fueron del 44%. En el caso brasileño los datos disponibles sobre retornos son aún mayores. Basados en estadísticas españolas, volvió alrededor de un 44% del total de emigrados a Brasil, entre 1882 y 1925. Empero, tomando el total de la inmigración, entre los años 1899 y 1912, retornó el 65% del total de arribados. En realidad todo este movimiento transatlántico estuvo integrado, no sólo por migrantes de una única vez, sino también por otros reincidentes que intentaban la experiencia de ultramar varias veces en su vida. (DEVOTO, 2004, p. 73-74).

Bernasconi, ao comentar o dinamismo desse movimento imigratório, considera que os imigrantes italianos que retornaram da Argentina não necessariamente fracassaram no seu projeto (BERNASCONI, 2000, p. 75). Já estudos italianos sobre o retorno da Argentina apontam noutro sentido, com

Nicolau. *História da vida privada no Brasil*. República. São Paulo, vol. 3, pp. 283-287, 1998. CÂNOVAS, Marília Klaumann. *Hambre de Tierra: imigrantes espanhóis na cafeicultura, 1880-1930*. São Paulo: Lazuli Editora, pp. 148-154, pp. 205-207, 2005. Há outros trabalhos que apresentam o problema, mas só dedicam alguns poucos parágrafos.

considerações válidas também para os retornados do Brasil, destacando sempre a quantidade e uma frustração diante da dificuldade de fazer a América.

Mas a verdade é que são elevados os níveis de retorno na mostra de italianos compreendido em todo o período entre 1880 e 1930: quase 47%. Ou seja, de aproximadamente três milhões e meio dos italianos na Argentina, quase a metade retornou ao país ou à região de origem. Falta de adaptação, defeitos sérios de “meeting pot”, descontentamentos porque o “fazer a América”, não era tão fácil como se fez acreditar no coletivo imaginário das companhias de navegação e com os agentes de viagem? Toda uma série de profundas interrogações ou quase nenhuma resposta (CACOPARDO; MORENO, 1993, p. 69).

Para o caso da imigração francesa na Argentina, constatou-se a influência da economia no deslocamento, mas em maior ou menor escala essa foi uma característica de todo esse movimento imigratório.

Infelizmente, as fontes não permitem distinguir entre a proporção de retornos autênticos e as reemigrações para outros países, fenômeno testemunhado por numerosas referências qualitativas que não permitem uma reconstrução serial. O retorno e as reemigrações dos franceses acompanharam, em geral, a evolução da economia Argentina, correspondendo seus períodos de alta à crise financeira e comercial de 1890, às dificuldades do mercado de trabalho do período 1904-1914 e, sobretudo, à Primeira Guerra Mundial (OTERO, 2000, p. 139).

Uma constatação que chamou bastante a atenção entre os autores estrangeiros que comentam o refluxo foi o quadro comparativo apresentado por Cinel. O retorno de italianos era uma regra para o Brasil, para a Argentina e para os Estados Unidos, mesmo considerando as características de cada país e a maior quantidade para o Brasil e Argentina, o retorno próximo a 50% é uma realidade desse movimento imigratório.

O retorno de migrantes italianos dos Estados Unidos não foi uma exceção; esta foi uma regra. Isto ocorreu com os do Brasil e Argentina, da mesma forma com os do centro e norte da Europa. Por exemplo, de 1902 a 1910, 670.000 italianos foram para Argentina e 270.000 retornaram, 40 retornos para cada 100 que partiram. Os anos em que se registraram os maiores picos de retorno de migração foram 1907 e 1908. As partidas declinaram para 310.000 na década seguinte, mas retornos subiram para 291.000, 94 retornos para cada 100 que partiram, porcentagem mais elevada do que dos Estados Unidos. De 1921 para 1930 mais de meio milhão de italianos chegaram à Argentina e 170.000 retornaram, 32 retornos para cada 100 que partiram. Para o Brasil, 300.000 entraram nessa nação de 1902 a 1910, e 165.000 retornaram, 54 retornos para cada 100 que partiram. De 1911 a

1920, 125.000 foram em direção ao Brasil e 68.000 retornaram, uma queda considerável nos números absolutos, mas a taxa de retornos com relação às partidas permaneceu virtualmente inalterada. Na década seguinte, a emigração para o Brasil caiu para 76.000 pessoas e os retornos foram 12.000, 16 retornos para cada 100 que partiram. Embora a taxa de retornos sobre as entradas flutuasse mais desordenadamente para o Brasil e Argentina que para os Estados Unidos, é evidente que a migração de retorno era mais intensa temporalmente para o Brasil e Argentina que para os Estados Unidos (CINEL, 1991, p. 106, tradução própria).

O estudo de Cinel aborda, principalmente, a saída de italianos dos Estados Unidos. Segundo a sua análise, os italianos que retornavam tinham dificuldade de readaptação na terra natal em decorrência de períodos longos que ficaram nos Estados Unidos (CINEL, 1991, p. 233).

Este livro discute migração de retorno para a Itália no período de meio século, compreendido entre 1875-1925. O foco é principalmente a migração de retorno dos Estados Unidos para o sul da Itália, embora a migração de retorno de outros países e para o norte da Itália serão investigados às vezes para fazer comparações. Embora indicadores precisos não sejam disponíveis, nós sabemos que milhões de italianos se envolveram na migração de retorno. Por exemplo, no período de 1905-15 aproximadamente dois milhões de italianos retornaram para a Itália de várias partes do mundo, sendo que dois terços dos Estados Unidos (CINEL, 1991, p. 2, tradução própria).

Com relação à historiografia brasileira, apesar de não trabalhar detidamente com o tema, tratou de problemas que podiam desembocar no processo de saída dos imigrantes, como por exemplo, a questão da ascensão social, que foi trabalhada por vários estudiosos como Holloway, Hall, entre outros. Caio Prado Júnior identifica o problema do retorno ou reemigração dos imigrantes como um fator causador de instabilidade econômica.

Muitos imigrantes europeus, depois de um estágio mais ou menos longo no Brasil, irão fixar-se na Argentina. Esta emigração de trabalhadores agrícolas constituiu sempre, entre nós, um fato normal e permanente. Nos primeiros tempos da imigração, contudo, a entrada de grandes contingentes novos compensava sempre largamente, no conjunto, as saídas. Em 1900, porém, verifica-se pela primeira vez um déficit imigratório, tendo as saídas superado às entradas. Isto se reproduzirá em 1903 com um excesso de saídas de mais de 18.000 indivíduos (JÚNIOR, 1979, p. 213).

Lia Romano Leite Mertzig, em dissertação de mestrado, traz uma das poucas contribuições que priorizam o problema. Enfocou a saída de imigrantes do Estado de São Paulo, a repatriação e a reemigração. Analisando o período de 1889 a 1920 procurou buscar as causas desse movimento por meio da análise do sistema de trabalho implantado na lavoura cafeeira paulista. Para tal objetivo, observou quais as condições do novo ambiente, se eram favoráveis ou não aos propósitos dos imigrantes (MERTZIG, pp. 5-7, 1977). Alvim critica esse trabalho dizendo que nada acrescentou ao que já havia sido analisado por Hall (ALVIM, p. 116, 1986). No entanto, apesar dessa e outras obras terem trabalhado com a questão do mercado de trabalho, a autora aprofundou a análise com um enfoque no próprio movimento de saída, mostrando assim, o diferencial do trabalho. A maioria das demais referências na historiografia são capítulos breves ou parágrafos que não procuram esgotar o problema.

A tese de doutorado de Alves cuida, especificamente, dos retornados do Brasil à cidade do Porto e ele pondera, para os portugueses retornados, que os textos oficiais não reconheciam o problema.

O retorno na emigração do Brasil era, pois, elevado, apesar dos textos oficiais quase não o reconhecerem e de o fenômeno se tornar pouco visível em termos sociais. Essa invisibilidade crescia, de resto, à medida que chegava um ou outro mais enriquecido, ofuscando com as suas benemerências a acção discreta dos restantes. E como retorno empobrecido funcionava como uma atestação pública de fracasso, raramente se dirigia para o local de partida, evitando familiares e conhecidos, na medida do possível. (ALVES, 1993, p. 306).

Os estudos portugueses para o refluxo do Brasil se dedicaram a localidades onde eles se concentraram em Portugal, onde eram conhecidos como os “brasileiros”². A tese de Alves parte de uma perspectiva econômica e social e analisa os fenômenos da emigração e do retorno oitocentista na sua articulação com

² Para os estudos dos “brasileiros” segue-se a apresentação de algumas publicações: *Em Fafe dos “Brasileiros” (1860-1930) – Perspectiva histórica e patrimonial*, de 1991, apresenta-se artigos que analisam na cidade de Fafe, as manifestações culturais, urbanísticas, industriais, familiares, expressas no tecido urbano como inserção espacial local do “brasileiro” de retorno. A mesma preocupação está em “Os ‘brasileiros’ da emigração”, publicação fruto de seminário no Museu Bernardino Machado, que apresenta artigos de investigadores que, em termos gerais ou locais, desenvolvem perspectivas sobre emigração, enquanto elemento fundamental das relações históricas entre Portugal e o Brasil.

a região de origem, tendo como espaço a cidade do Porto, área de forte incidência migratória no Noroeste português. Salienta as oscilações do retorno também em função dos fatores tecnológicos com as novas condições técnicas e o aparecimento dos vapores, que reduziram o tempo e os custos das viagens (ALVES, 1993, p. 12).

A perspectiva de que o refluxo da imigração brasileira não foi uma característica local, mas sim uma tendência do movimento imigratório europeu para a América no período, reforça a necessidade desse estudo, mas não facilita a solução do problema, pois a economia local, a cultura, o contexto da imigração e do refluxo distingue a análise de país para país e de nacionalidade para nacionalidade.

Um problema no estudo do refluxo são as limitações que as fontes apresentam, referentes a documentações, às vezes, descontínuas e números subestimados ou superestimados. Também o movimento de retorno e reemigração envolve pessoas que poderiam repetir o movimento em um processo continuado, em um vai e vem, que não está registrado nos documentos. Esse é um problema nos estudos de refluxo em geral. É o que aponta Shumsky:

Obviamente, os problemas de estudar e escrever sobre a migração de retorno são tremendos. Em particular, a falta de evidências documentais coloca reais dificuldades. Contudo, estes problemas são somente uma parte da explanação para as falhas encontradas pelos historiadores ao estudarem a migração de retorno dos Estados Unidos. Para parar as análises aqui devia-se entender como verdadeiras algumas suposições que os historiadores procuram para estudar a migração de retorno, mas não podem por causa da carência de documentações adequadas. De fato, este não é o caso. Um conjunto de vários outros fatores fez com que influências, considerações, definições e diferentes pontos de vistas para com o problema histórico da migração de retorno tenham tolhido os historiadores de perguntas e respostas relativas à migração sobre o retorno de migração (SHUMSKY, 1987, p. 91, tradução própria).

Contexto econômico e social

O Brasil da República Velha e a economia mundial

A historiografia nos permite visualizar a situação econômica e social do Estado de São Paulo durante o final do século XIX e início do século XX, onde está

inserido o imigrante. Essa situação econômica e social é fundamental para se entender o movimento do refluxo, pois ela se encontra em destaque entre o conjunto de motivos do imigrante para o movimento. Essa análise a partir de São Paulo é uma delimitação razoável, tendo em vista que esse Estado acolheu a maior parte dos imigrantes estrangeiros.

O café era o eixo principal da economia paulista no período. Apesar de territorialmente grande, o Brasil era um país fundamentalmente agrário, preso à sua pauta de exportação nas monoculturas agrícolas, dependente da economia internacional para escoar a sua produção e para gerar divisas. A indústria e a urbanização do fim do século XIX eram incipientes, e o cenário político era de um poder centralizador e oligárquico. O fim da mão-de-obra escrava e da monarquia não promoveu mudanças liberais por muitos desejadas à semelhança das ocorridas na Europa, e a República foi marcada como um movimento militar para atender a demandas das oligarquias regionais. A principal ligação econômica do país com o mundo era com a Europa, e os acontecimentos econômicos e políticos daquele continente ecoavam diretamente aqui. Os preços do café eram ditados pelo mercado internacional, que era principalmente um mercado europeu. O país vivia cíclicas crises de crescimento e superprodução e o Estado era frágil no sentido de apresentar soluções que não fossem apenas remediadoras. A dependência do câmbio e a disposição de subsídios públicos para trazer mão-de-obra estrangeira estão entre as principais ações para a economia crescer e resistir às crises. Ainda assim, esse modelo de economia propiciou um crescimento considerável no Brasil. Na passagem do século e nos anos seguintes a imigração gerou um povoamento com demanda por manufaturas, alimentos, etc., e uma industrialização e uma urbanização considerável. Mas o café foi a principal riqueza para sustentar esse desenvolvimento.

Na Europa, a competição capitalista e os efeitos da revolução industrial também não indicavam um cenário favorável. Os países mais pobres sofriam com o crescimento populacional e com a miséria e, na zona rural, novas técnicas de produção expulsavam a população para as cidades, estas sem capacidade de absorção. A remuneração pelo trabalho em países como a Itália e a Espanha eram

menores do que a remuneração na América. Criou-se o mito de fazer a América e importantes países americanos, Estados Unidos, Brasil, Argentina e Canadá receberam milhões de europeus, principalmente italianos e espanhóis, mas também portugueses, franceses, alemães, austríacos, poloneses, ingleses, entre outros.

Na Argentina havia também o problema da necessidade de mão-de-obra decorrente de uma economia agrária e dependente, com algumas variações mais favoráveis do que o Brasil. Os Estados Unidos tinham uma capacidade extraordinária de absorver imigrantes, mas em 1908, ano da análise, passava por uma crise econômica que conteve o deslocamento. Todos esses elementos de crise econômica pelo mundo estão, direta ou indiretamente, ligados aos motivos da I Guerra Mundial e a economia brasileira não escapa do problema, seja para receber imigrantes, seja para expulsá-los.

A política imigratória

A imigração, no Brasil, em cada período, apresentou vários objetivos: o povoamento dos chamados “vazios demográficos”, a substituição da mão-de-obra escrava, a criação de núcleos voltados à agricultura de abastecimento e o fornecimento de trabalhadores para as obras públicas. Traçando um panorama da política imigratória, foi possível observar esses destinos na introdução de estrangeiros no Brasil e, especificamente, em São Paulo.

A partir de 1808, com a abertura oficial dos portos brasileiros aumentou a entrada de estrangeiros no País e, com a Independência acentuou-se a preocupação em resolver a questão da ocupação do território. Inicialmente, a imigração tinha como objetivo o povoamento e a defesa das fronteiras no Império, com a política imigratória estimulando a entrada de novos grupos populacionais. Em decreto de 25 de novembro de 1808, D. João VI permitiu a concessão de sesmarias a estrangeiros, reafirmado na lei de 1820, que serviu de base para a fundação de colônias sob o amparo do governo (REIS, 1961, p.75-76). Em São Paulo, por exemplo, fundaram-se as colônias alemãs de Santo Amaro e Itapecerica, em 1829,

mas antes outras foram fundadas no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. No entanto, muitas críticas apareceram com o descontrolado na entrada de imigrantes e também com o fracasso em muitas das colônias.

Analisando a história da criação de núcleos coloniais desde a fundação de Nova Friburgo ou de São Leopoldo até os fins da primeira República, percebe-se que interessava estabelecer o imigrante em lugar favorável para o escoamento de sua produção. Em geral, entretanto, vingam os interesses que, dentro da expansão capitalista, visam à valorização fundiária a pequeno custo, criando-se muitas vezes núcleos em terras muito afastadas dos centros consumidores, atingidas por vias de comunicação extremamente precárias (PETRONE, 1984, p. 34-35).

Apesar dos objetivos do governo, as condições da sociedade e suas dificuldades levaram as políticas imigratórias a oscilar em diversas orientações governamentais, como a proibição de quaisquer despesas públicas com a colonização estrangeira, presente na lei de 15 de dezembro de 1830. Mas o ato Adicional de 1834 inaugurou uma nova fase de estímulo à imigração, agora sob competência dos governos provinciais.

Em São Paulo, inicialmente, as medidas da política imigratória provincial, em 1840, introduziram famílias portuguesas, suíças e alemãs na fazenda Ibicaba, propriedade do senador Vergueiro, pelo sistema de parceria, no qual *“eram adiantadas aos colonos as despesas com a viagem, alimentação e equipamentos agrícolas durante o primeiro ano de instalação, adiantamento esse que deveria ser pago, depois, com juros anuais de 6%”* (TRENTO, 1989, p. 20). O trabalhador e sua família recebiam uma quantidade de pés de café para cuidar, colher e beneficiar e um lote para a produção de gêneros de subsistência, sendo o excedente vendido no mercado. Nestes dois casos, a metade do ganho ia para o fazendeiro. No entanto, esse sistema logo se mostrou frágil para os dois lados, dos imigrantes e dos fazendeiros. Trento, com base nas memórias do colono suíço Thomas Davatz, que trabalhou na fazenda Ibicaba e foi o porta-voz dos trabalhadores, aponta que:

[...] as razões de insuportabilidade podem ser resumidas em três pontos: 1) era obrigado a iniciar o trabalho crivado de dívidas, cuja extinção revelava-se particularmente difícil; 2) embora tendo sido estipulado um contrato, o fazendeiro tendia a interpretá-lo a seu bel-prazer; 3) os proprietários demonstravam uma má-fé de fundo, que se manifestava sobretudo em

fraudes nos livros contábeis, nos pesos, nas medidas, nas taxas de câmbio e no preço dos gêneros que o meeiro comprava nas vendas das fazendas. Acrescente-se a tudo isso a falta de liberdade (que chegava à venda nos mercados de trabalhadores e famílias, mediante o pagamento, por parte do comprador, da dívida para com o antigo proprietário) e o quadro estará completo (TRENTO, 1989, p. 21).

Assim, resultou em problemas para o proprietário, que corria o risco de perder o investimento adiantado aos imigrantes, que passaram a fugir e abandonar a fazenda e também a participar de revoltas.

Após 1850, houve mudanças na política imigratória, influenciando e sob influência da Lei de Terras. Essa medida legal contribuiu para o crescimento da imigração. Na verdade, como coloca Gutiérrez e Lopes a abolição da escravatura e a imigração eram problemas que foram debatidos paralelamente à Lei de Terras de 1850. Essa lei regulamentava as propriedades de terras, definindo e regularizando a utilização das *terras devolutas*, ou seja, terras públicas que não se encontravam em uso nos âmbitos nacional, provincial ou municipal, que não apresentavam títulos legítimos ou que estavam apossadas, mas não eram devidamente utilizadas. Parte dessas terras devolutas seria destinada ao estabelecimento de aldeias indígenas, fundação de colônias de povoamento e o fomento da infra-estrutura, como por exemplo, a construção de caminhos e edifícios públicos. No entanto, a lei teve variações regionais, quanto à sua aplicação e seu impacto, que, de certa forma, influenciou também no tipo de imigração adotada. A aplicação dessa lei é que diferenciou a imigração regionalmente.

Las dificultades de identificación de las tierras públicas baldías también no habrían permitido la expansión de la colonización y de la pequeña propiedad, en la medida deseada por muchas autoridades y políticos, y constante como otro de los objetivos de la ley de 1850, porque sin la medición esas tierras no podrían ser vendidas a colonos. Un éxito sorprendente, sin embargo, se verificó en las tres provincias del sur, Paraná, Santa Catarina y Río Grande do Sul. Con avances y reveses, el saldo final fue la implantación de centenas de colonias de inmigrantes asentadas en la pequeña propiedad (LOPES; GUTIÉRREZ, 2007, [no prelo]).

Para as zonas produtoras de café:

Efectivamente no habían tierras devolutas, o las había en poquísima extensión en función de la expansión cafetalera, pero también las respuestas padronizadas (de autoridades que también eran dueños de haciendas) podrían deberse a que los hacendados querían inmigrantes para sus haciendas y no para colonias de pequeñas propiedades que la existencia de tierras devolutas permitiría al gobierno crear (LOPES; GUTIÉRREZ, 2007, [no prelo]).

Mas também os proprietários das zonas cafeeiras temiam perder parte de suas terras que excediam as dimensões máximas permitidas pela lei e omitiram as dimensões reais das terras.

Já por volta do fim dos anos 70, em São Paulo, o sistema de parceria praticamente desaparecera. Por outro lado, muitas províncias passaram a proibir o tráfico interno e a Lei do Ventre Livre, de 1871, mostrava o caminho para a abolição. Assim, iniciou-se o trabalho assalariado e a necessidade da vinda de trabalhadores era cada vez maior. Também na província ocorreram outras mudanças na política imigratória: os fazendeiros passaram a custear a viagem dos imigrantes, desde que esses aceitassem um contrato quinquenal e reembolsassem o custo do transporte. Como os fazendeiros eram os próprios governantes no período, utilizaram do próprio Estado para a adoção dessa política imigratória.

Primeiro, através de sociedades semi-oficiais e depois através do governo estadual, os fazendeiros atuavam decisivamente para atrair o fluxo da mão-de-obra estrangeira. Os paulistas determinaram quantos deviam vir por meio do regulamento da passagem subsidiada. Influenciaram a origem dos trabalhadores, inicialmente pelo envio de recrutadores ao norte da Itália e, mais tarde, pela manutenção de arranjos contratuais com armadores que operavam entre portos especificados e Santos. Influenciaram a composição da corrente migratória, mediante restrições específicas à elegibilidade para a passagem subsidiada e o acesso às facilidades da hospedaria de imigrantes. Influenciaram o destino final dos imigrantes pelo controle da saída da hospedaria e concessão de passagens grátis para o interior, e pela determinação de quais empregadores podiam contratar usando as facilidades oficiais. Assim, os fazendeiros foram capazes de assegurar um abundante e continuado suprimento de gente pobre, em unidades familiares. (HOLLOWAY, 1984, p. 252-253).

A província de São Paulo auxiliou os proprietários com o pagamento da metade da passagem, permanecendo o contrato de cinco anos e o ressarcimento. Essa autorização regulamentada pelas leis n°. 42 da Província de São Paulo, de 30 de março de 1871 e n°. 4769, de agosto de 1871, autorizou o funcionamento da

Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração que seria responsável pela aplicação dos auxílios pecuniários do governo geral e provincial no pagamento das passagens dos imigrantes (BEIGUELMAN, 1968, p. 103). Dessa ajuda, passou-se ao subsídio total da imigração pela província de São Paulo, através do transporte gratuito às famílias que se propusessem instalar nas fazendas ou nos núcleos coloniais.

Em 1876, foi criada a Inspectoria Geral de Terras e Colonização, responsável pelos serviços relacionados à colonização, à promoção da imigração espontânea ou por conta de particulares e à recepção dos imigrantes. E em 1881, a Lei nº. 36, de 21 de fevereiro, autorizava o Governo da Província a construir um novo estabelecimento para os imigrantes. Surgia a segunda Hospedaria de Imigrantes na cidade, a Hospedaria do Bom Retiro; sua construção foi concluída em 1882, tendo capacidade para quinhentos imigrantes. Mas, o número de imigrantes era excedente e a necessidade da construção de uma nova Hospedaria tornava-se indispensável. Em 1885, saiu a autorização do governo para a construção da nova Hospedaria, conforme a Lei nº. 56, de 21 de março e, em junho 1886, iniciava-se as obras de construção da Hospedaria de Imigrantes do Brás, no Governo de Antonio de Queiroz Telles, o Barão de Parnaíba, que só foram concluídas em 1888, ou seja, no mesmo ano da Abolição da escravatura. A administração da Hospedaria, em seus primeiros dez anos, esteve a cargo da Sociedade Promotora de Imigração, responsável pela administração do programa de subsídio aos imigrantes até 1895 (PAIVA, 2001, p. 9-10).

A principal política pública para a imigração pelo subsídio ocorreu por iniciativa do Estado de São Paulo, que redundou no grande fluxo do final do século XIX e início do século XX. O governo federal também subsidiou a imigração, mas em menor volume, para o sul do país e com um modelo diferente.

É instrutivo notar que o comportamento da imigração (com o auxílio do efeito de desvio, favorecendo a Argentina em 1889 e, o Brasil em 1890) seguiu o padrão dos subsídios paulistas ao invés das do governo federal. Com respeito a isso, é importante lembrar que os subsídios paulistas foram dirigidos quase exclusivamente para atrair novos imigrantes italianos para o trabalho de colono nas plantações de café do Estado. Os do governo federal se destinaram tanto a subvenções para a viagem como a assistência mais dispendiosa aos esquemas já estabelecidos de

colonização fora do setor cafeeiro nas terras do governo federal nos Estados do sul. Portanto, não é surpreendente que o padrão da imigração da época seguiu mais de perto a mudança das subvenções paulistas e não do governo federal. Esse padrão foi quebrado somente quando houve uma forte mudança descontínua no financiamento federal em 1891 e 1892 (GRAHAM, 1973, p. 37).

Além disso, a imigração espontânea (sem subsídio) e a organizada por empresas e empresários particulares também foram consideráveis em São Paulo. Graham coloca que, depois de 1904, apenas 35% a 40% dos imigrantes estrangeiros chegados a São Paulo receberam subsídios, ou seja, mais de 50% vinham espontaneamente ou por empresas particulares destinando-se principalmente às áreas urbanas (GRAHAM, 1973, p. 49).

A economia cafeeira e o movimento imigratório

O movimento de imigração no período, apesar de ser mediado também por fatores de ordem social, demográfica, política, cultural, institucional e psicológica, estava intimamente ligado à questão econômica. O Estado de São Paulo, à frente da lavoura cafeeira, assumiu também o processo de desenvolvimento, destacando-se como região produtora mundial. O café era o principal item da balança comercial brasileira, e era o importante atrativo para a mão-de-obra imigrante. Sua economia determinou o fluxo e refluxo imigratório.

O período, desde a década de 1880 até a de 1930, foi, portanto, a época em que o oeste de São Paulo predominou entre as áreas produtoras de café do mundo; foi um período histórico e geograficamente distinto da era anterior do Vale do Paraíba, e separado também de desenvolvimentos ulteriores pelo hiato da Grande Depressão. Durante esse tempo, o fator que determinou a saúde da indústria cafeeira foi o movimento de preços no mercado mundial. Os níveis de preço do café tiveram um efeito direto e profundo nas atividades econômicas ocorrentes em São Paulo e um efeito indireto, porém não menos profundo, sobre o desenvolvimento social e político do Estado (HOLLOWAY, 1984, p. 26).

A economia agrária cafeeira, influenciada pelos preços no mercado mundial, financiou sua expansão e também proporcionou uma diversificação

agrícola, uma urbanização e um surto industrial. O desenvolvimento do parque industrial de São Paulo usufruiu um crescimento surpreendente durante os primeiros anos da República. Dean apontou que “o valor da produção industrial paulista foi calculado em 110.000 contos em 1905, em 189.000 em 1910 e em 274.000 em 1915 (respectivamente, 34.000.000, 56.000.000 e 67.000.000 de dólares)” (DEAN, 1991, p. 91). Ou seja, os negócios do café lançaram as bases para o primeiro surto da indústria graças ao crescimento da renda, ao desenvolvimento do comércio de exportação e importação e à imigração, além de outros fatores.

Esse panorama produziu, na sociedade paulista do período, uma multiplicação de profissões e ocupações a que se dedicaram os imigrantes que para aqui se dirigiram. O crescimento atingiu também pequenas cidades do interior, que se urbanizaram e estabeleceram novas relações de produção e consumo.

Uma das manifestações desse estágio é a rede urbana interiorana, e a própria feição que as cidades assumem. Não apenas o Rio de Janeiro e São Paulo, mas também as pequenas e médias cidades do interior paulista experimentam à época transformações em sua paisagem social e urbana. Investimentos em infra-estrutura alteraram as condições de vida nas pequenas e médias cidades do interior, seguindo muito de perto ou sendo mesmo contemporâneas àqueles da capital (OLIVEIRA; PIRES, 1992, p. 11).

Os imigrantes que não se adaptaram ao trabalho no campo foram para as cidades, somando-se aos poucos que tinham vindo diretamente para elas. Essas cidades ganharam importância e atingiram níveis de urbanização até então desconhecidos. A experiência dos imigrantes foi fundamental e o Brasil passou a um processo de modernização sem volta, ainda que dependente de um motor instável: a lavoura cafeeira.

Em diversos outros registros na história, as economias agrícolas de monocultura apresentaram fragilidades e dependência, com o café não foi diferente. A historiografia apresenta as peculiaridades da economia cafeeira e a relaciona com o movimento migratório. Não só indicando a imigração na sua dimensão histórica como produto dessa economia, mas também indicando a crise e os seus efeitos sobre a imigração. A crise é desencadeada pelos ciclos de superprodução, os quais

produziram oscilações na oferta e nos preços e variações na procura de mão-de-obra e no valor dos salários.

Em meados de 1890, os preços internos e mundiais do café começaram a decair, prenunciando uma prolongada crise provocada pela superprodução, que só terminaria em 1910. No início dos anos 1890, a taxa de câmbio decrescente mantivera elevados os preços em moeda interna, mas, em 1896, mesmo o preço em mil-réis começou a cair agudamente. Em 1902, os estoques mundiais de café haviam atingido uma cifra sem precedentes de 11 milhões de sacas, comparada a uma demanda mundial anual de 14 milhões de sacas, no final do século (STOLCKE, 1986, p. 56).

Com a crise do café, diminuiu-se o fluxo imigratório e cresceu a saída de imigrantes em contingentes significativos. Essa inversão atingiu também os imigrantes que vinham sem subsídios do governo, muitas vezes para trabalhar na indústria, comércio e na urbanização, pois as cidades também absorviam as crises, já que o café era a principal riqueza que as fomentava.

Durante os anos em que o café se vendeu bem, tudo faz crer que a indústria foi mais lucrativa e se expandiu mais depressa. Durante os anos maus do comércio do café, como aconteceu em 1892, 1895 e novamente entre 1902 e 1906, a indústria local agonizou. (DEAN, 1991, p. 93-94).

A saída dos imigrantes em decorrência da crise não serve apenas como uma medida do nível de fixação do imigrante, mas também se tornou parte de toda a engrenagem da regulação da força de trabalho no período e principalmente na definição da remuneração. O Estado de São Paulo intensificou a imigração subsidiada para garantir que a saída não pressionasse os salários para cima. A historiografia aponta um papel importante do refluxo, pois apesar de ocasionar a diminuição da mão-de-obra imigrante, impedia a reivindicação por aumento de salários em função da maior mobilidade das pessoas.

Tanto o mercado de trabalho influenciava a saída de imigrantes, quanto à saída tencionava o mesmo mercado. Percebe-se uma intensa relação entre ambos, além dos efeitos do preço do café, do aumento da safra, etc. A safra do café, que tinha o seu preço regulado pelo mercado internacional em decorrência da oferta e da demanda, produzia efeitos díspares entre imigrantes e fazendeiros. O significado desse cenário econômico diferia de personagem para personagem. Para

o proprietário da fazenda de café significava lucros baixos e aumento de estoques, já para o trabalhador, mesmo com a redução de salários, a superprodução significava uma receita extra naquela colheita, pois o trabalho era pago por tarefa. Alguns fazendeiros diante da crise chegaram até mesmo à falência, o que se refletiu na situação de trabalhadores agrícolas que acabaram perdendo seu emprego. Dessa forma, Holloway afirma que havia tendência de saída após a fase de superprodução, mas não necessariamente por dificuldades da classe trabalhadora, mas muitas vezes, pelo reembolso inesperado de dinheiro recebido a mais na colheita.

A safra excepcional de 1906 foi um dos muitos fenômenos específicos que desorganizaram o mercado de trabalho rural no correr dos anos. A safra refletia a expansão cumulativa anterior à taxa de 1903, e um tempo ideal durante os períodos de floração e desenvolvimento contribuiu para uma colheita mais que duas vezes maior que a safra anterior ou a subsequente. Para os fazendeiros, representava uma ameaça de desastre, porque a superprodução já era um problema e os preços permaneciam baixos. Para os trabalhadores, no entanto, uma safra excepcional significava substancial aumento na porção de seus ganhos pelo trabalho na colheita, pago por tarefa. Muitos trabalhadores do café aparentemente decidiram embolsar o lucro inesperado e deixar o Brasil. Os 41.349 passageiros de terceira classe, que partem de Santos em 1906, representavam 20 por cento mais do que a média de 1901-5 e 30 por cento mais do que a média de 1907-11 [...]. Alguns colonos provavelmente se estabeleceram como pequenos lavradores depois da colheita de 1906 ou se dedicaram a atividades artesanais ou comerciais. Durante o ano seguinte, embora a safra fosse muito menor, os inspetores distritais voltaram a registrar escassez de mão-de-obra (HOLLOWAY, 1984, p. 145).

Nesse mesmo caminho, Hall em estudo detalhado da evolução dos salários na época, mostrou a variação dos salários entre 1884 e 1914 e constatou que ocorreu um declínio quando os preços do café caíram, seguido por uma melhoria moderada entre 1902 e 1910, devido às partidas e ao número relativamente menor de imigrantes chegados ao país. Demonstrou também que essa falta de mão-de-obra levou os fazendeiros do Oeste Paulista a atrair mais levas de trabalhadores para conseguirem manter os salários baixos (HALL, 1969, pp. 144-147).

Hall, analisando a variação dos salários dos imigrantes, no final do século XIX e início do século XX, aponta um importante refluxo imigratório em função do desajuste econômico brasileiro e Mertzig, em sua tese de mestrado,

apresenta também a ineficácia da política pública paulista na fixação dos imigrantes na mesma época (MERTZIG, 1977, p. 10).

Mas o mercado de trabalho produz efeitos diferenciados entre as nacionalidades. Mertzig, em seu estudo sobre a imigração italiana, considera os italianos como referência para análise, por ser a maior corrente imigratória no período de 1889-1920 e porque “*a vida dos colonos portugueses e espanhóis em São Paulo, não apresentou distinções marcantes da dos italianos. Saíram da pátria levados pelos mesmos motivos, seus anseios e dificuldades encontradas foram os mesmos*” (MERTZIG, 1977, p. 10). Muitos estudos apontam a imigração italiana como um exemplo geral para a imigração no Estado de São Paulo e para as demais nacionalidades. Entretanto, segundo Martins, cada nacionalidade apresenta suas diferenciações. Privilegiando a diferenciação da força de trabalho, ele faz uma comparação entre o imigrante espanhol e o imigrante italiano.

O ponto de partida é este: o imigrante espanhol não se defrontou, de modo geral, com as mesmas circunstâncias históricas e com as mesmas condições que o imigrante italiano havia encontrado. Ele se destinou a repor a força de trabalho do imigrante italiano, que não estava sendo recriada pela própria imigração italiana ou que estava abandonando o país desde fins do século XIX (MARTINS, 1989, p. 7).

Assim, Martins salientou a diferença entre os imigrantes italianos e imigrantes espanhóis e procurou desfazer a idéia reinante de que o imigrante italiano serve como exemplo para o que ocorreu com as outras nacionalidades. Sua análise serve aqui para comparar o efeito do mercado sobre essas importantes nacionalidades:

Quando o imigrante italiano chegara, o futuro do imigrante era definido por uma perspectiva camponesa e por uma relação de trabalho que, em grande parte, era uma variação das condições de vida camponesa. O colonato estava no seu início. No surto da imigração espanhola, o colonato, já está modificado pela ação e pressão do próprio imigrante italiano e, mesmo, do governo italiano. Uma das principais modificações nas relações de trabalho fora a da ampliação do pagamento em dinheiro e a do acerto mensal com o trabalhador, em vez do acerto anual. A perspectiva do imigrante, nesse outro momento, está, pois, mais próxima do trabalho assalariado, resultante da lenta desagregação do colonato. O pagamento em dinheiro era, porém, um ardil que, em termos reais, empobrecia o imigrante ainda mais. (...) No típico colonato, ao menos, o trabalhador podia subsistir com o produto da

horta e da agricultura, com o intercalar de alimentos. Claramente, os imigrantes espanhóis desse período estão entre os mais pobres e os de menos mobilidade social (MARTINS, 1989, p. 10).

Alvim também relaciona o nível de salário dos colonos com uma duradoura crise do preço do café, mas acrescenta o comportamento e as formas de resistência do grupo imigrante italiano frente às relações sociais de trabalho vigentes nas fazendas paulistas como um importante ingrediente:

O preço do café no mercado mundial que se mantivera em alta até 1893-94, começou a cair a partir dessa data, iniciando uma trajetória que durou quinze anos e trouxe graves conseqüências para a lavoura e para o abastecimento da mão-de-obra, pois várias fazendas, não podendo saldar seus compromissos, começaram a resolver seus problemas às custas da parte mais fraca da relação de trabalho, isto é, do colono: diminuíram seus salários e aumentaram as multas, visando prendê-los por dívidas (...). O agravamento da crise, porém, e os novos rebaixamentos de salários levaram um número crescente de colonos a recorrer à fuga como alternativa às tristes condições encontradas em São Paulo. As proporções desse fenômeno assustaram o governo paulista, tornando mais urgente a tarefa de repor a mão-de-obra (ALVIM, 1986, p. 51).

A crise do café e a saída do imigrante

Quanto à questão do maior fluxo e refluxo de imigrantes em decorrência das crises do café, a historiografia identifica que ocorreu uma movimentação não somente na saída para outros países, mas também uma grande migração interna. Dentro do Estado de São Paulo e dentro do país, de fazenda para fazenda, de fazenda para centros urbanos ou para outros Estados.

Havia grande mobilidade geográfica na força de trabalho rural. De outra forma, as fazendas de café não teriam continuado a absorver centenas de milhares de trabalhadores que passaram pela hospedaria no correr dos anos. Os trabalhadores circulavam em áreas locais, iam de zonas mais velhas, estagnadas, para a fronteira em expansão, e abandonavam as fazendas para se tornar trabalhadores independentes, morar nas cidades, ou retornar à sua terra natal (HOLLOWAY, 1984, p. 107).

Mas o foco maior desse movimento era o deslocamento para a Argentina e para os Estados Unidos, como alternativa mais atraente para o

imigrante. Os Estados Unidos apresentava mais oportunidades e melhor remuneração e a Argentina, principalmente, gerava um movimento em decorrência da alternância sazonal entre as lavouras de café e trigo. As condições desses países foram preponderantes na reemigração. Os italianos como coloca Klein, encontraram um espaço melhor de investimento na Argentina, tanto na agricultura como na indústria, principalmente em relação aos imigrantes qualificados.

Na Argentina as oportunidades econômicas relativas eram tais que muitos imigrantes foram atraídos a investir sua poupança na economia local. Artesãos qualificados e profissionais de nível superior, ademais, foram mais atraídos pela situação argentina por causa da rápida expansão tanto da agricultura como da indústria. Como os italianos era o principal grupo de imigrantes, e de fato constituíam aproximadamente 14% da população nacional, o seu potencial para investimento da sua poupança na América era extraordinário. O fato, não obstante, de tantos terem voltado para a Itália testemunha a fortíssima intenção da maioria dos imigrantes de voltar para seu país natal (KLEIN, p. 110-111, 1989).

Quanto aos Estados Unidos, um dos países que mais atraíam os imigrantes, forneceu um diferencial frente à imigração dos demais: oportunidades tanto para os imigrantes qualificados quanto para os que não apresentavam nenhuma qualificação. Também apresentava a possibilidade de acúmulo de pecúlio, o que permitia muitos imigrantes de retornarem à pátria, caracterizando-se como um retorno de êxito.

De maneira geral, os mesmos fatores de diferencial de salários e alto potencial de poupança atraíram os italianos em número ainda maiores para os Estados Unidos. Lá as oportunidades para os trabalhadores não qualificados eram extraordinárias, ainda que a disponibilidade de empregos na indústria pesada e na agricultura fosse menor que na Argentina. Mas o mercado de trabalho para trabalhadores não qualificados e de baixo status estava se expandindo tão rapidamente que os italianos verificaram que mesmo a sua concorrência com outros grupos de imigrantes não era um impedimento para a rápida acumulação de poupança. O fato de a maioria deles ter voltado para a Itália é um testemunho do acerto da sua análise das condições do mercado abertas para eles (KLEIN, 1989, p. 111).

Hutter comenta que o número de repatriados italianos do Brasil foi elevado, porém, o mesmo se verificou também nos Estados Unidos e na Argentina,

onde muitos dos que voltavam desses países para a Itália eram imigrantes sazonais, indo e voltando de acordo com os ciclos agrícolas.

Outros voltavam para lá para empregar o dinheiro ganho na América, não sendo possível, contudo, identificar com precisão numericamente esses fluxos. Assim, outros dados comparam o índice de saída dos imigrantes dos Estados Unidos, da Argentina e do Brasil, referente ao ano de 1912.

Dos 292.811 emigrantes que partiram da Itália para a América, 208.447 foram para os Estados Unidos e de lá voltaram naquele ano para a Itália 117.656. Para o Prata foram 59.308 e retornaram 43.593 enquanto para o Brasil vieram 23.488 e foram repatriados 9.031 (HUTTER, 1987, p. 71).

Comparando o percentual de retorno dos imigrantes italianos dos Estados Unidos com o Brasil, os Estados Unidos se destacam com um percentual mais elevado. A explicação é que as economias do imigrante eram maiores facilitando o retorno, o que reitera a distinção entre o imigrante esperançoso do retorno e o imigrante disposto a fixar-se na terra estrangeira. Alvim expõe essas diferenças de retorno dos imigrantes italianos no Brasil e os dos Estados Unidos:

O índice de retorno dos italianos que vieram ao Brasil é inferior ao registrado nos Estados Unidos, onde a taxa de saídas no período 1880-1920 chega a 54%, com 2.174.761 repatriados para um total de 4.016.508 imigrados. Vale observar, no entanto, que além da óbvia diferença de qualidade entre as estatísticas dos dois movimentos, uma comparação seria arriscada porque os italianos que se dirigiram aos Estados Unidos foram, em esmagadora maioria, trabalhadores meridionais, sem a família, em busca de ocupação temporária (ALVIM, 1986, p. 122).

A posição de Hutter quanto à situação dos Estados Unidos é que a crise econômica e social que eclodiu depois, no conflito de 1914, já vinha se alastrando por todo o mundo, sendo que os Estados Unidos e a Argentina também sofriam com a crise, como o Brasil.

Em 1909, a crise que, nos Estados Unidos se iniciara por volta de 1907, já se fazia sentir com mais intensidade: era enorme o número de desempregados e os que trabalhavam tinham tido seus salários diminuídos de 20% a 25% (...) Na Argentina, também, naquele ano de 1909, a taxa de desemprego era elevada (HUTTER, 1987, p. 65).

No Brasil, os números de deslocamentos para a Argentina e para os Estados Unidos, além do retorno para os países de origem passaram a ser um problema prioritário para as autoridades competentes do Estado, que tentavam buscar soluções para fixar o colono ao solo.

Em seu relatório de 1906, o secretário da Agricultura, Carlos Botelho afirmava que o movimento imigratório no Estado fora favorável naquele ano, apesar de ter sido suspensa a imigração subsidiada, por contar já a lavoura com número suficiente de braços. Se a entrada fora da ordem de 48.429 imigrantes contra 47.816 do ano anterior, chamava a atenção para o número crescente de saídas, pois de 34.819, em 1905, subira para 41.349 naquele ano. Daí defender aquela autoridade a tese de que não bastava introduzir imigrantes, era necessário fixá-los. Os que saíam demandavam à Argentina, o que causava na expressão do relator, justo alarma. Explicava o fenômeno pelo fato de após uma colheita volumosa, como ocorrera no ano anterior, desenhar-se a perspectiva de uma safra reduzida, induzindo os colonos que haviam obtido bons ganhos a não esperarem a repetição de resultado tão satisfatório, e conseqüentemente, engrossarem as fileiras dos que anualmente se dirigiam para aquele país do sul. (NOGUEIRA, 1973, p. 43).

A reação surtiu um efeito relativo, porém a idéia principal não era fixar o imigrante no campo, mas sim garantir mão-de-obra suficiente para a lavoura cafeeira. Naturalmente, conseguir que o imigrante se fixasse era o caminho mais econômico.

A reação à saída do imigrante

Várias ações foram tomadas para conter o movimento de saída, e até mesmo o deslocamento do campo para a cidade e para outros Estados. Uma das medidas do Estado para estimular a fixação foi buscar imigrantes em grupos familiares, que consideravam uma forma mais segura de unir o imigrante ao destino e desprendê-lo de laços de origem. No entanto, se essa medida funcionou não foi plena, como se observou na grande quantidade de famílias no refluxo. Outras medidas procuravam conter os problemas de superprodução cafeeira, como o Convênio de Taubaté.

O efeito limitado do imposto proibitivo, juntamente com o abalo em 1906 pelas dimensões da safra vindoura, finalmente produziu o primeiro programa de subsídio aos preços, aprovado na Convenção de Taubaté entre os principais estados produtores de café, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Sob o acordo, com o auxílio de uma emissão de dinheiro respaldada por um empréstimo estrangeiro, garantido por um imposto de exportação sobre cada saca de café, o governo do Estado de São Paulo concordava em comprar os excedentes para estabilizar os preços. Visto que o café é uma cultura com grandes safras geralmente seguidas de safras menores, a expectativa era de que os estoques acumulados seriam vendidos nos anos em que a produção fosse baixa (STOLCKE, p. 60, 1986).

Buscou-se, também, proporcionar aos imigrantes melhores condições de trabalho. Dessa forma, o movimento de refluxo de imigrantes provocou o início das primeiras leis de proteção aos colonos. No campo trabalhista instituíram-se a caderneta agrícola para regular o contrato de trabalho e a Agência de Colonização e de trabalho para supervisionar a relação de trabalho dos imigrantes.

A atuação do Estado em relação à imigração far-se-ia sentir nos primeiros anos desse mesmo século, visando fazer frente à concorrência que sobretudo Argentina e Estados Unidos – além do próprio meio urbano – representavam em relação à demanda de mão-de-obra, atuação que mais do que inscrever-se no âmbito dos direitos trabalhistas, inscrevia-se no âmbito de garantir regular oferta de trabalhadores para a lavoura. Foi assim instituída a caderneta agrícola em 1904, regulamentando o contrato de trabalho – garantindo, por exemplo, ao colono, os salários ganhos, a concessão de moradia e de terras para o plantio -, além de ter sido instalada, em 1906, a Agência de Colonização e de trabalho, com o encargo de supervisionar a introdução e colocação de trabalhadores estrangeiros. A década de 1910 assistiria, por sua vez, no âmbito da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, à criação do Departamento Estadual do Trabalho, em julho de 1911, e do Patronato Agrícola, em dezembro do mesmo ano. (MOURA, 2000, p. 258).

Outra alternativa ao problema estava na abertura da imigração para nacionalidades que até então não desempenharam representatividade no processo imigratório para o Brasil, como ocorreu principalmente com os espanhóis e depois com os japoneses. Há de se notar que a imigração espanhola foi impulsionada, principalmente, quando ocorreu a crise da cafeicultura em São Paulo, crise que, na historiografia, é relacionada como causa do retorno e da reemigração de muitos italianos. Esses espanhóis que, na sua maioria, eram camponeses, são considerados por Martins como um grupo que chegou com a família imigrando de

forma definitiva, enviados principalmente para as zonas mais antigas, as do “oeste velho” paulista, onde as oportunidades de ascensão eram bem menores.

A imigração espanhola cresceu acentuadamente quando a imigração italiana subvencionada foi dificultada e quando uma proporção muito alta de italianos começou a deixar São Paulo, entre o fim do século XIX e o começo do século XX, na maioria dos casos, para retornar à Itália ou para reemigrar a outros países. Nesse período, os números de saída de imigrantes italianos superaram os números de entrada. É justamente o período da primeira grande crise do café (MARTINS, 1989, p. 9).

Em 1908, o imigrante japonês ainda não era identificado no refluxo, embora, nesse mesmo ano, tenha ocorrido a vinda da primeira leva dessa nacionalidade a título de experiência (NOGUEIRA, 1973, p. 86). Mas depois, tornou-se uma das correntes mais importantes a se direcionar a lavoura cafeeira. A imigração japonesa também se caracterizou como familiar e para o trabalho no campo, mas o imigrante japonês, entre as grandes comunidades, foi o que mais resistiu à idéia de fixação. A historiografia aponta as diferenças culturais, em especial a precariedade da educação no Brasil, para justificar esse desejo mais contundente ao retorno (NOGUEIRA, 1973, p. 30).

Quanto ao objetivo do emigrado, escrevendo no ano de 1912 o Ministro Provisório do Japão no Brasil, Rioji Noda, esclarecia que o agricultor que emigrava não o fazia por estar passando por dificuldades extremas, mas porque desejava tentar a sorte fora a fim de ganhar muito dinheiro e voltar com quantia suficiente para o pagamento de dívidas, a construção de nova residência, a reforma daquela que possuía ou a aquisição de terras para cultivo; enfim, sonhava obter os meios necessários que lhe permitissem levar uma vida tranqüila. Visualizando uma permanência temporária em terras estranhas, o nipônico ia disposto a qualquer tipo de sacrifício (NOGUEIRA, 1973, p. 30).

No entanto, como coloca Mertzig, as medidas em relação ao refluxo foram apenas paliativas e não resolveram o problema da fixação dos imigrantes. Segundo a autora, o Estado não estava preparado para receber e fixar os imigrantes, e os próprios homens do governo se confundiam com uma aristocracia escravocrata e resistente a mudanças necessárias de gestão pública e relação de trabalho (MERTZIG, 1977, p. 166-168). Alvim ressalta que a mobilidade geográfica era um aspecto de resistência por parte do imigrante italiano, resistência que,

embora considerada desorganizada e sem articulação política, representava a continuidade da luta já iniciada, na própria Itália, para manter a autonomia do imigrante. Essa luta para a historiadora é uma luta de classes, no qual o imigrante realiza a busca consciente para melhorar a sua situação de trabalhador (ALVIM, 1986, p. 115-116).

Com a crise, as condições do refluxo

É, nesse cenário, que a historiografia reconhece a importância do refluxo: como um movimento que interfere nas condições da economia cafeeira, mas concluindo um ciclo migratório e, portanto, como um movimento voltado para trás. Há muitas contribuições destacando o refluxo, mas limitadas a identificá-lo como resultado da crise entre a mão-de-obra imigrante e a superprodução de café. As análises giram em torno de como o refluxo influenciou na definição da remuneração do imigrante, na definição das políticas de subsídios para novas levas, de entender como outros países conseguiram atrair os imigrantes do Brasil, para então explicar as engrenagens e as falhas da economia local, e de como a superprodução levou ao refluxo. Não há um estudo do refluxo em si, que reconheça as suas verdadeiras dimensões e que permita identificar a sua importância e a sua condição como um movimento que se estende no destino e que se insere em um movimento ainda maior, no movimento das diversas economias envolvidas em receber e em expulsar, com princípios econômicos comuns. A seguir temos vários estudos que destacam o refluxo, alguns apontando no sentido desta pesquisa, mas, como já observado, com referências breves, principalmente o refluxo brasileiro.

Holloway, ao informar os números gerais das saídas do porto de Santos, ao mesmo tempo em que aponta a sua expressividade e constância, apresenta o desafio de ter uma resposta mais completa para o refluxo uma vez que, nem sempre, as condições econômicas eram desfavoráveis, como, por exemplo, vantagens oferecidas aos colonos, na produção de gêneros alimentícios entre outros (HOLLOWAY, 1984, p. 140).

Na verdade, como coloca Alves para o caso dos portugueses, há uma multiplicidade de situações que envolvem a emigração de retorno, isso vale também para as outras nacionalidades. A motivação da imigração não se resumiu à situação no Estado de São Paulo, tampouco ao país de origem ou de reemigração, mas a um pacote diverso de expectativas que envolviam o imigrante desde a saída, durante a primeira imigração. Homens, mulheres, crianças e idosos, acompanhados ou isolados buscavam oportunidades que envolviam os vários aspectos de uma vida. O retorno pode ser tanto reflexo da frustração com a imigração quanto da satisfação. Alves coloca as principais situações de retorno:

- *retorno de fracasso, especialmente constituído por emigrantes de origem rural, que só conseguiram postos de trabalho de condição inferior, nunca se tendo integrado nas sociedades de acolhimento, pelo que voltam em condições idênticas às de partida;*
- *retorno de conservantismo, por parte daqueles que, apesar de terem tido algum sucesso, conservam os seus comportamentos tradicionais de origem e vivem na obsessão do retorno para um estabelecimento próprio, em pequenos negócios ou serviços;*
- *retorno de jubilação, por parte dos que tiveram êxito, conseguiram avultadas economias e a idade não lhes permite novas adaptações, pelo que voltam apenas para viver das economias ou das eventuais pensões de reforma;*
- *retorno de inovação, em referência aos imigrantes que aproveitaram a sua experiência para melhorar os seus conhecimentos e qualificação profissional, adquiriram novas atitudes e comportamento, e voltam ao país de origem para aproveitar os seus conhecimentos numa reinserção mais eficaz na sociedade (ALVES, 1993, p. 23).*

Além dessas situações, faltaria considerar o retorno de sucesso que significaria que o imigrante alcançou as metas que o levaram a se envolver na imigração retornando com patrimônio, família e bens.

Si éxito y fracaso se mezclan pues entre los que permanecieron y entre los que retornaron, la explicación hay que buscarla menos por el lado del mercado que por el de las redes sociales. Mucho tuvieron que ver, en los disímiles itinerarios y resultados, las posibilidades que ofrecía la red social en la que estaban insertos los inmigrantes al arribar al nuevo país (DEVOTO, 2004, p. 309).

A aquisição de terras e as atividades comerciais, industriais e financeiras proporcionaram o êxito de alguns imigrantes. Holloway analisando as propriedades rurais no Estado de São Paulo constata que para o ano de 1905,

aproximadamente 15% das propriedades rurais pertenciam a estrangeiros, percentual que dobrou no ano de 1920. Nesse último ano, os italianos figuraram como donos de 15,5% das propriedades rurais, os portugueses de 5,1% e os espanhóis de 4,6%, conformando as três nacionalidades estrangeiras com mais acesso à terra. Em 1920, o número total de propriedades rurais tinha alcançado a 76.310, dos quais 22.065 estavam em nome de imigrantes. Especificamente no que se refere à propriedade das fazendas de café do Oeste paulista, dados de 1923 indicavam que os estrangeiros detinham 43,1% das fazendas, com destaque para os italianos com 32%. A participação dos estrangeiros aumentaria mais um pouco até a década de 1930, quando a tendência começa a se reverter em favor dos brasileiros e descendentes dos imigrantes aqui nascidos (HOLLOWAY, 1984, pp. 210-248).

Mais impressionantes são as informações da inserção de estrangeiros nas propriedades de estabelecimentos industriais. Em 1920, 64,2% dos estabelecimentos existentes no Estado de São Paulo pertenciam a imigrantes, sendo $\frac{3}{4}$ de italianos. O recenseamento de 1920 registrou 2.966 estabelecimentos industriais, estando em mãos de estrangeiros 1.904³.

Considerando conjuntamente os estabelecimentos rurais e industriais em propriedade de estrangeiros, o número chegaria, em torno dos 24.000 imigrantes proprietários em 1920, no Estado de São Paulo. Supondo-se que esses proprietários fossem chefes de família, o universo dos estrangeiros adscritos a empreendimentos próprios elevar-se-ia ainda mais se fossem incluídos os respectivos cônjuges e filhos. Isso significaria que o número de imigrantes bem sucedidos teria sido significativo. Mas, deve-se ponderar que o total de imigrantes entrados no Estado de São Paulo apenas no período de 1896–1920 fora algo superior à 1.100.000 pessoas, das quais tinham retornado ou reemigrado 707.000, permanecendo no Estado, em torno de 410.000 estrangeiros⁴.

Trento coloca com relação aos italianos:

[...] a exaltação contínua da riqueza servia para esconder ou levar a ver como inelutáveis as condições de profunda miséria em que vivia a maior

³ CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: IBGE, v. 2 e 3, p. 178, 1981.

⁴ Relatório da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1920.

parte dos imigrantes que se dedicavam a misteres urbanos. Contudo, independente dessas considerações, a colônia italiana acolhia em seu seio vários exemplos de nouveaux riches. Se Lunardelli ganhou a alcunha de “rei do café” e Morganti de “rei do açúcar”, bem mais numerosos foram os que, mesmo sem ostentar coroas ou tendo-as de metais menos preciosos, ali estavam para demonstrar como o espírito de iniciativa era largamente recompensado. Para os recém-chegados, porém, a situação já não se revelava tão favorável como havia sido nos primeiros tempos; prova disso é o fato de as maiores fortunas italianas surgirem entre o fim do século XIX e o início do XX (TRENTO, 1989, p. 139).

É mais comum relacionar a saída ao sucesso ou insucesso das políticas da imigração do que ao desempenho do próprio imigrante.

Quer seja pelo estímulo da expectativa de vantagens econômicas, quer seja pela influência de vários agentes que induzem o indivíduo a emigrar – cartas de parentes e amigos, campanhas interessadas no movimento imigratório, etc. – sempre há uma certa dose de exagero quanto às possibilidades oferecidas pelo novo ambiente. Esta atitude preconcebida do emigrante foi a base de sua reação à vida no país de adoção (MERTZIG, 1977, p. 21).

Outra situação para o retorno é o caso dos imigrantes que se envolveram com a política local, principalmente em posições políticas de questionamento da ordem vigente, atrelados às ideologias de esquerda importantes da Europa na época. Parte desse grupo também engrossaria a corrente do refluxo e, segundo a historiografia, alguns foram expulsos por cometerem crime político. O projeto que a regulamentava foi aprovado em 1907 e ficou conhecido como decreto do Gordo, por ter sido apresentado por Adolfo Gordo, representante da oligarquia paulista.

A lei em questão previa a expulsão do território brasileiro daqueles estrangeiros que representassem perigo para a segurança nacional ou para a tranqüilidade pública, e a deportação para Estados diferentes do de residência (em geral o Acre) para os brasileiros. O encaminhamento do processo era rápido e deixava pouquíssimo espaço para a defesa. Os governos estaduais enviavam ao governo federal seu pedido de expulsão, acompanhado de um relatório da polícia com eventuais testemunhos de imputação. Com base nesses poucos indícios, o Supremo Tribunal Federal decidia expulsar ou não o imigrante (TRENTO, 1989, p. 218).

Apesar dessa arma de expulsão ter sido usada imediatamente atingindo principalmente italianos, espanhóis e portugueses, com 132 imigrantes no

primeiro ano de aplicação, durante os anos seguintes a média anual foi inferior (TRENTO, 1989, p. 219).

O planejamento do retorno: as remessas e os vínculos preservados

Dean destaca que as remessas de recursos dos imigrantes para seus países de origem eram resultadas de um planejamento de retorno que foi mais relevante do que a existência ou não de crises econômicas no lugar da imigração. Essas remessas ocorreram tanto em condições favoráveis dos Estados Unidos, como em condições desfavoráveis do Brasil, e vice-versa (DEAN, 1991, p. 13). A quantidade de remessas enviadas garantia a manutenção dos familiares no país de origem ou em outros casos, o cumprimento do plano de retornar ao país de origem. Essas remessas relacionavam-se também com o tempo de permanência no Brasil.

Apesar de consistente, o fluxo de remessas do Brasil apresentou-se inferior aos dos Estados Unidos e Argentina, em decorrência do perfil do movimento imigratório para esses países. Como coloca Trento:

As remessas maiores dos Estados Unidos, em parte, podem ser explicadas pelo fato de tratar-se de uma emigração individual, enquanto para o Brasil vieram núcleos familiares, decididos a construir o próprio futuro do país de adoção e que, em todo caso, não tinham deixado (ou tinham em grau bem menor) parentes próximos a quem enviar dinheiro (...).

A prova das piores condições que o emigrante italiano conhecia no Brasil não está, contudo, tanto no montante global das remessas, quanto no número das mesmas: entre 1902 e 1920, foram 11.440.826 dos Estados Unidos, 736.022 da Argentina e só 344.949 do Brasil. O que mais chama a atenção é que o montante médio de cada uma é bem mais elevado no Brasil (509 liras, contra 323 dos Estados Unidos e 322 da Argentina). Na minha opinião, isso significa que as possibilidades de poupança miúda eram mais difusas nos outros países. De fato, é improvável que o colono da fazenda constituísse elemento significativo nas remessas para a Itália, as quais devem provavelmente atribuir-se àquela faixa de pequenos comerciantes e artesãos que a crise do café lançara nos centros urbanos. Seu valor médio relativamente elevado tenderia a atestá-lo (TRENTO, 1989, p. 74).

As remessas é a constatação mais contundente de que o movimento imigratório não deve ser entendido apenas como parte da engrenagem da economia

local. O volume expressivo de remessas e o conseqüente retorno apontam um projeto diferente e importante também para o país de origem.

No caso do envio de remessas para Portugal:

Durante pelo menos sessenta anos, de 1870 a 1930, a entrada de dinheiro brasileiro não só constituiria um instrumento de monetarização da vida rural e um estímulo ao investimento na propriedade fundiária e na construção, como exerceria papel determinante na balança de pagamentos portuguesa e na situação cambial (PEREIRA, 2002, p.63).

Em função dos resultados financeiros obtidos em São Paulo, por exemplo, o “brasileiro” em Portugal pôde inserir-se novamente no país de origem.

Se muitos voltavam à agricultura, outros estabeleciam pequenas lojas de ‘pesos e medidas’ (grande parte da rede de comércio a retalho em Portugal estava então na mão de emigrantes retornados), outros ainda optavam por hospedarias ou mesmo hotéis, denotando uma subida de estatuto face à posição de partida. Os de maior riqueza, participavam nas novas companhias comerciais ou industriais, sobretudo nas sociedades anónimas que se organizavam nas duas grandes cidades – Lisboa e Porto, ou aplicavam dinheiro nos títulos de dívida pública (ALVES, 1998, p. 242-243).

Assim a constatação das remessas e o volume do refluxo permitem a seguinte indagação: os imigrantes faziam economias apenas para o retorno ou com o dinheiro eles também optavam por adquirir um lote de terra e se fixar no Brasil? As duas situações ocorreram.

Um dos estudos importantes a respeito do grau de aquisição de propriedade de terras por imigrantes são as pesquisas de Verena Stolcke. Ela apresenta os autores com postura pessimista e otimista, por exemplo, Hall e Holloway, respectivamente.

Os pessimistas afirmam coerentemente que os colonos queriam abandonar as fazendas devido às condições miseráveis, mas tinham pouca oportunidade de fazê-lo. Os otimistas contrapõem que as condições de trabalho não eram ruins. Elas permitiam que uma proporção significativa de colonos economizasse o suficiente para comprar terra própria, de modo que poderiam abandonar o sistema de trabalho que supostamente lhes recompensava (STOLCKE, p. 79, 1986).

Stolcke posiciona-se favorável aos otimistas, mas considera que até meados da década de 20, os italianos tiveram certa dificuldade em adquirir uma propriedade se comparado ao período posterior (STOLCKE, pp. 78-94, 1986). O ano de 1908, aqui analisado, enquadra-se no período de difícil aquisição de terra por parte do imigrante, devendo ser esse um fator de motivação para o novo deslocamento. Como o tema é polêmico, é difícil quantificar a proporção de sucesso ou fracasso dos imigrantes em adquirir uma propriedade de terra e, mais complicado é dizer que o refluxo também corresponde a um fracasso ou sucesso do imigrante.

Outras motivações eram decorrentes das próprias fatalidades da vida. Como os problemas relacionados à saúde do indivíduo ou da família e o falecimento de familiares que auxiliaram nas decisões de saída. Fatores como a morte de um cônjuge ou um filho podiam desestruturar as famílias motivando o retorno e até um novo deslocamento.

A saúde era um fator importante de influência na adaptação ou não do estrangeiro na pátria de adoção. No caso de chegarem doentes ou contraírem doença após a chegada, evidentemente, isto influía negativamente no ânimo do imigrante. Entre as famílias italianas que para cá vieram, muitas retornaram à Itália devido à perda de um dos membros, ou à doença, sobretudo do chefe da família (HUTTER, 1987, p. 61).

Tal ocorrência gerava situações comuns em que o cônjuge sobrevivente, especialmente os homens, enfrentavam dificuldades para a criação dos filhos menores, independentemente mesmo da situação financeira. A ausência prolongada dos pais, inclusive por motivo de trabalho, também era um outro fator determinante para a entrega das crianças a parentes próximos como os avós ou outros adultos que se responsabilizavam pelos cuidados a serem dispensados às crianças (SCOTT, 2004, p. 5).

A viuvez possibilitava a gratuidade da repatriação. O retorno de uma viúva e os seus órfãos indica uma condição social e econômica precária e insustentável.

A condição do imigrante após o refluxo

Também se encontram na historiografia algumas abordagens sobre os efeitos do refluxo, tanto no deslocamento em si e nas condições subumanas da

viagem, quanto na nova condição ao chegar à terra natal, com a recepção ou discriminação pelos conterrâneos, ou ao chegar noutra terra estranha ao reemigrar. O começo é a decisão pela viagem, quando as imagens dos incidentes durante o percurso de entrada, naturalmente, voltariam à memória. Nos navios, os imigrantes sofriam com as condições de higiene, de alimentação, a existência de doenças contagiosas e superlotação. Incidentes esses que poderiam passar no novo deslocamento.

Em alguns casos, na terra de origem, a sociedade procurava distinguir os fracassados e os que voltaram com sucesso e uma das fontes que indicam esses posicionamentos é a imprensa, que apresenta as diversas situações e nomenclaturas aos imigrantes em retorno por sua condição. Esse é o caso de Portugal, onde diferenciavam os portugueses retornados em dois grupos: os “*brasileiros*”, que voltavam com sucesso econômico, e os “*abrasileirados*”, que eram considerados fracassados no processo imigratório:

A verve popular e da imprensa, não se furta a distinguir entre os ‘brasileiros’, que teriam provado a sua capacidade individual de realização através de estadias prolongadas e transformadas num visível sucesso económico, e os ‘abrasileirados’, com estadias ligeiras e não significativas sob o ponto de vista económico. A memória colectiva conserva ainda algumas das maroteiras que os rapazes das aldeias protagonizavam sobre os seus jovens conterrâneos que voltavam de bolsos vazios, mas vestidos com o exótico fato branco, incompatível com os hábitos do campo (ALVES, 1993, p. 306).

Também para o caso dos italianos, ocorria a identificação dos retornados do Brasil, através do texto de Luigi Rossi escrito em 1913, citado por Alvim:

Voltam só os naufragados, os perdidos, enquanto muitos, mesmo que estejam mal, continuam presos ao solo (...). E como voltam! No porto de Gênova (...) distingue-se à primeira vista os que voltam do Brasil (...) pela fisionomia, pelo porte, pelas roupas. Basta dizer que o Commissariato subsidia um patronato em Gênova para socorrer os repatriados, principalmente do Brasil, aos quais devia fornecer roupas e sapatos (ALVIM, 1986, p. 60).

Na Argentina, muitas imagens negativas do imigrante que saía do Brasil se fizeram sentir, mas também como tática para criticar o país e fortalecer a intensa propaganda em favor próprio. Como coloca Blanca Sánchez Alonso ao citar o manifesto do Departamento General de Inmigración argentino de 1893:

[...] totalmente irregular e incapaz procedente del Brasil; polacos que llegaban enfermos, desnutridos y miserables (...), andaluces de físico indeleble; italianos que llegan a aquel país, como los polacos y los andaluces con pasaje gratuito siendo la pesadilla de los capitanes de los buques transportadores por sus malas condiciones (SÁNCHEZ ALONSO, 1995, p. 112)

Diante dessas situações, o retorno vai ter uma determinada função no país de origem tanto satisfatória quanto negativa. Alves aponta obras que salientam as duas condições, primeiro como vantagens da imigração:

Como nos diz E. Reyneri, é normal fazer sobressair do lado das vantagens, argumentos deste tipo: - a emigração reduz a pressão demográfica, o desemprego e o subemprego, sobretudo na agricultura; - os emigrantes que retornam fazem-no com qualificações profissionais acrescidas, representando ganhos sob o ponto de vista do 'capital humano'; - a maioria dos emigrantes remetem para os familiares ou com vista ao momento do regresso; - os emigrantes de retorno constituem um factor de inovação, já que o seu contacto com outras visões do mundo pode contribuir para estimular a mudança e o desenvolvimento social e económico das áreas de partida (ALVES, 1993, p. 22).

Depois como desvantagens, o que predominam nos estudos:

Por fim, todos os estudos apontam para o retorno como uma ilusão em termos de desenvolvimento, pois este tipo de refluxo é sempre muito selectivo, já que o país de imigração exerce uma atracção muito grande sobre os melhores elementos, em termos categoriais. O retorno é, com alguma frequência, o reconhecimento de um insucesso, ainda que em termos subjectivos, e faz-se muito rapidamente quando não se concretizam as expectativas do emigrante (logo, sem ganhos monetários ou de qualificação profissional), ou ocorre ao de alguns anos, para aqueles que mantinham um determinado projecto, de retornar numa situação de independência, os quais só muito raramente revelam vontade de se reintegrarem no tecido produtivo existente na área de partida (ALVES, 1993, p. 32).

O refluxo e as correspondências enviadas divulgaram propagandas negativas dos imigrantes que se encontravam no Brasil (ALVIM, 1986, p. 52). Foram

graças a essas propagandas que o governo italiano tomou algumas medidas com relação à imigração e enviou ao Brasil, em 1901, o inspetor do Ministero degli Affari Esteri, Sr. Adolfo Rossi, a fim de avaliar as denúncias da realidade do imigrante no Brasil, principalmente, do Estado de São Paulo. Dessa visita surgiu o Decreto Prinetti, proibindo a vinda de imigrantes italianos com passagens gratuitas, deixando livre apenas a vinda de cidadãos que, com seus meios, propusessem-se a emigrar para o Brasil. Contudo, não se deve relacionar exclusivamente a diminuição da corrente imigratória italiana a esse decreto, mas à própria percepção da crise da lavoura cafeeira. Essa propaganda levou inclusive ao governo italiano a subsidiar o retorno, com uma cota mensal distribuída no consulado (ALVIM, 1986, p. 136).

Além do Decreto Prinetti, o 'governo italiano, preocupado com as condições de vida enfrentadas em São Paulo por seus compatriotas, oferecia a possibilidade de partida para aqueles que quisessem se repatriar e encontrou-se diante de um fenômeno de difícil solução (...) pois nos dias que precediam a partida de algum navio, a multidão que queria voltar, proveniente de todas as partes do Estado, era tão grande que o consulado não tinha espaço suficiente para recebê-la. (ALVIM, 1986, p. 136).

Muitos repatriaram, mas outros inseguros com a volta e o retorno das dificuldades que tinham na terra natal, acabavam por buscar outra solução, por buscar novas oportunidades em outros países. No caso, destacavam-se o destino aos Estados Unidos e à Argentina. A reemigração, no caso de São Paulo para a Argentina, é considerada para muitos autores como uma migração temporária. O trabalhador ia para lá em épocas de colheitas, em que se necessitava de uma mão-de-obra alternativa.

2. O PERFIL DOS IMIGRANTES NA HISTORIOGRAFIA

As nacionalidades

Ao falar da imigração estrangeira para o Brasil, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, é importante não só entender as engrenagens do sistema, mas também, relacioná-las ao perfil desses imigrantes e suas características fundamentais tanto no movimento de entrada quanto na reemigração e retorno. Na análise das listas de bordo que trazem informações sobre a nacionalidade, o destino, a idade, o sexo, a religião, a composição familiar, a instrução, etc., pode-se fazer uma reflexão mais abrangente sobre a tendência do refluxo imigratório. Na historiografia, essa perspectiva está dispersa entre os estudos e aqui se procurou reuni-los.

A nacionalidade é a característica que mais diferencia o imigrante. A maioria dos estudos se concentra em uma ou noutra nacionalidade, o que não é o caso deste estudo porque se pretendeu compreender o refluxo como um movimento com fundamentos comuns entre as nacionalidades. Mas isso não dispensa apontar as diferenças entre elas. Para Bassanezi, os grupos imigrantes nacionais que se dirigiram ao Brasil diferiam por volume, por estratégia migratória adotada, destino e tempo de duração da corrente migratória (BASSANEZI, 1996).

Entre as correntes migratórias, a dos portugueses se destacou das demais por ser a mais numerosa a mais longa que se dirigira ao território brasileiro. Constante desde a colonização até a segunda metade do século XX, não dependeu dos subsídios que estimularam outras correntes importantes. Eles tinham em comum com o Brasil a história decorrente da colonização e falavam a língua local.

O Brasil abriga hoje uma das maiores comunidades lusitanas fora de Portugal. Considerando-se imigrantes e descendentes são mais de um milhão de portugueses espalhados por todos os estados brasileiros. As maiores concentrações, no entanto, estão nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro (RODRIGUES, 1999, p. 31).

Além desses aspectos, essa corrente contou com o apoio do governo português diante da emigração, que demonstrava laços fortes com o Brasil não recorrendo à proibição da emigração, mesmo em épocas de más condições econômicas ou mesmo más condições de convivência, como condições de saúde pública que propiciavam a propagação de doenças para Portugal, o que era comum no país (LEITE, 1987, p.465).

Deve-se acrescentar-se que Portugal nunca proibiu a emigração para destinos específicos, enquanto outros países europeus impuseram certas restrições – pelo menos temporárias – devido a incidentes diplomáticos, condições sanitárias ou outras. Por exemplo, no que respeita à emigração para o Brasil houve restrições na Alemanha em 1859 e 1872 e na Itália em 1889 (LEITE, 1987, p. 465).

A emigração portuguesa para o Brasil, nesse longo período de participação, apresentou perfis diferentes ao longo do tempo. Até os finais do século XIX, o imigrante que partia de Portugal rumo ao Brasil, não era indivíduo de camadas populares, mas jovens provenientes de famílias com recursos financeiros que enviavam seus filhos como uma estratégia familiar e de reprodução social.

A partida em idade jovem adequava-se, portanto, ao sucesso nos circuitos tradicionais, não sendo obviamente, condição suficiente. Por outro lado, ajustava-se ao modelo de exclusão e distribuição dos filhos das casas de lavoura ou comerciais nas fases de preparação de transmissão do patrimônio, pois este processo devia desenrolar-se cedo, na fase do ciclo familiar que ainda permitisse o controlo do jogo de decisões pelos ascendentes (ALVES, 1993, p. 221).

Com o desenvolvimento da política pública do Estado de São Paulo em subsidiar a imigração, o perfil dos portugueses modificou-se, e a prática da imigração familiar se tornou mais corrente. Mas também passaram a vir famílias para a cidade, sem subsídio. No entanto, nesses casos vinha um componente da família, em especial do sexo masculino, para depois de estabelecido receber a família.

Com mais encargos, menos predisposta a correr risco e ao espírito aventureiro, mais 'pesada' a diversos níveis para tentar fugas e subverter contratos, a família era uma garantia de estabilidade para o empregador. Mas não podemos esquecer a componente familiar da emigração livre, sem contratos prévios e destinada, normalmente, aos mercados de trabalho urbanos. Nestes casos, o reagrupamento familiar processava-se por fases,

em que o homem partia primeiro, tentava resolver os problemas que deixava para trás, pagando dívidas, por exemplo, e criando depois as condições para chamar os familiares. Tratava-se de uma prática preventiva, para a hipóteses de fracasso, procurando evitar os transe difíceis à mulher e crianças, as quais ficavam esperando pela chamada ou, eventualmente, pelo retorno, conforme a evolução ulterior (ALVES, 1993, p. 211-212).

A imigração portuguesa caracteriza-se por uma maior concentração nas cidades e nas atividades como o pequeno e grande comércio. No entanto também se destinaram à lavoura do café e à agricultura em geral. Nesse movimento de imigração dos portugueses para o Brasil, há a predominância do elemento masculino e de pessoas oriundas dos Açores e das províncias do noroeste português.

O perfil do imigrante português singulariza-se pelo caráter prolongado e pela continuidade do movimento migratório, pelo autocusteio, pela preferência pelas atividades urbanas em duas cidades altamente significativas [Rio de Janeiro e São Paulo] na transformação econômica que então ocorria, pela afinidade cultural, pela maior tendência à fixação na nova terra, pela participação multiforme na vida do país de residência (LOBO, 2001, p. 319-320).

Quanto ao retorno dos portugueses, apesar das dificuldades em se calcular, Alves não só analisou os aspectos, como também apresentou estimativas para o movimento na região da cidade do Porto e destacou a importância de novos estudos a respeito.

No campo do retorno, foi possível, ao longo da investigação, matizar o quadro tradicional, levando-nos a aceitar, com base em informações oficiosas e processos indirectos, a sua grande importância, pois não terá andado longe dos 30 a 50%, conforme as épocas e destino, apesar de ser um fenómeno geralmente minimizado (ALVES, 1993, p. 413).

Entretanto, para fins do século XIX e início do século XX, o fluxo mais significativo de imigrantes foi dos italianos, sendo o Brasil o terceiro país da América a que mais se dirigiram, depois dos Estados Unidos e da Argentina. No Brasil, os italianos ocuparam o primeiro lugar, dentre os imigrantes, apenas no período que corresponde ao final dos anos 80 à virada do século; nos demais períodos, anteriores e posteriores a esse, predominaram os portugueses.

Entre 1880 e 1924, entraram no Brasil mais de 3.600.000 emigrantes, dos quais 38% eram constituídos por italianos, percentual que sobe para 57,4%, se examinarmos apenas o período 1880-1904. Em segundo lugar, mais longe, os portugueses, depois os espanhóis e, enfim, os alemães. O Brasil colocava-se, assim, em 3º lugar no fluxo incessante da emigração italiana entre os anos 80 e a Primeira Guerra Mundial, depois dos Estados Unidos (5 milhões entre 1875 e 1913) e a Argentina (2.400.000) (TRENTO, 1988, p. 18).

Esta corrente teve como especificidade o predomínio da imigração familiar, graças principalmente à política imigratória do Brasil, particularmente de São Paulo, que atraiu essas famílias de origem agrícola mais empobrecida, vindas principalmente da região de Vêneto. Dentro do Brasil os destinos destes imigrantes foram diversos. Alguns se dirigiram para os projetos de colonização no sul e sudeste do país ou rumaram inicialmente para as cidades. Outros, após um período no campo, se deslocaram para as áreas urbanas em busca de novas oportunidades. Porém, o maior número de italianos fixou-se nas fazendas cafeeiras paulistas, em substituição ao trabalho escravo, sob o regime de colonato. Os que desistiram do colonato migraram para a capital e cidades do interior ou se transferiram para áreas de predomínio da pequena propriedade rural ou saíram do Brasil. Com o Decreto Prinetti e a atração de outros países, constata-se que a imigração italiana no Brasil não se interrompeu, mas se reduziu significativamente.

Tendo como referência o ano de 1910, Hutter aponta características do imigrante italiano, inclusive o imigrante em refluxo.

Dos 37.690 que entraram, 8.988 eram italianos sendo que reembarcaram no porto de Santos, naquele mesmo ano, 14.278 italianos. O porto de destino para onde seguiu a maior parte, do total de imigrantes saídas de Santos no mesmo ano (1910), foi o de Buenos Aires para onde embarcaram 8.811 pessoas. Afora a Argentina, dirigiram-se eles também principalmente para a Itália e alguns para Portugal, desembarcando, respectivamente, em Gênova e Lisboa. Os que chegaram a esses dois portos faziam parte do contingente de repatriados (HUTTER, 1987, p. 70).

Analisando 100 interrogatórios da época dirigidos a imigrantes italianos que se repatriaram, a historiadora constatou que 60 eram casados e com filhos, sendo que o número de filhos variava de 1 a 8; 67 eram agricultores; 77 já estavam no Brasil há mais de 5 anos; 44 pagaram ao Patronato *degli Imigranti* sua repatriação e de sua família e 36 voltaram por motivo de doença.

Hutter assinala algumas motivações para os pedidos de repatriação, entre essas, os problemas pessoais que envolvem a saúde, a idade avançada, o descontentamento, etc. Mas, de uma forma geral, o que se percebe é alguma ligação na resposta com uma falha, pessoal ou pública, do projeto imigratório.

Outras vezes respondiam que queriam repatriar-se por já ter seguido parte da família para a Europa. Uns alegavam estar doentes, porém, segundo o resultado do exame médico, pelo qual passavam na Hospedaria, gozavam de boa saúde. Vários requerem a repatriação devido à idade avançada. Alguns alegaram que o ganho não era suficiente para o seu sustento e o de sua família. Um professor de música e um entalhador repatriavam-se por não terem encontrado trabalho de acordo com a sua profissão. Alguns dizem que não se davam bem com o clima ou não se entrosavam no serviço da lavoura, pois não eram agricultores, etc. Houve caso em que o imigrante requereu o repatriamento por ter ouvido dizer que o repatriamento para a Itália era gratuito! (HUTTER, 1987, p. 72).

A Itália, no período que abarca a grande imigração, era um país com diversidade regional muito forte e Alvim procurou observar essas diferenciações. Considera a diferença regional pela destinação profissional, pela relação familiar e por outras características. Analisa a partir de fontes italianas do regresso e leva em conta a região que o imigrante era proveniente. De 1905 a 1920, com base nessas fontes, apontou os percentuais entre as regiões mais importantes do retorno: Vêneto, Campânia, Calábria e Lombardia (ALVIM, 1986, p. 65-66).

O retorno dos vênnetos é bastante significativo se comparado ao número de emigrantes dessa região que foram para o Brasil após 1902. Eram 38.917, voltaram, nesse ano, 23.702, o que equivale a 69% [o valor correto é 60,9%] das saídas; como, porém, essa região predominou em larga medida antes de 1902, muitos desses retornados haviam chegado há muito tempo no Brasil, o que impede de se considerar a volta dos vênnetos maior que as das outras regiões.

Mas o que interessa destacar agora é que, dos 57.779 da Campânia que entraram após 1902, 23.641 voltaram, representando uma porcentagem de 40,9%; e dos 63.211 da Calábria, voltaram 20.670, isto é, 42,7% [o valor correto é 32,7%]. Isso pode significar que o movimento de volta de meridionais em relação aos vênnetos e outros setentrionais foi mais intenso, confirmando a tese de que na emigração do Sul – mesmo para o Brasil, com sua preferência por famílias – houve um forte contingente de trabalhadores temporários (ALVIM, 1986, p. 65-66).

Se portugueses e italianos mereceram a atenção de vários pesquisadores, o mesmo não ocorreu com os espanhóis, que só têm recebido estudos recentemente, um exemplo é o estudo de Cánovas. Os espanhóis que

emigraram para a América o fizeram preferencialmente à Argentina, Cuba, e o Brasil como terceiro lugar. Os espanhóis apresentaram uma imigração tardia, impulsionada, sobretudo, quando a imigração subsidiada de italianos apresentou-se dificultada e as saídas desse grupo cresceram. Terceiro grupo em importância no país, depois dos italianos e portugueses, devido à sua concentração em São Paulo, ocupou o segundo lugar entre os estrangeiros nesse Estado, sendo após os japoneses, o grupo que proporcionalmente mais ali se concentrou.

Nesse contingente vieram, principalmente, camponeses da Galícia, proprietários de pequenas glebas e trabalhadores agrícolas, sem-terra da Andaluzia. Pobres e menos instruídos dentre os contingentes de imigrantes que vieram para o Brasil, os espanhóis imigraram, em grande parte, em unidades familiares, sendo o grupo que mais trouxeram filhos.

A imigração espanhola foi, portanto, caracteristicamente imigração de mão-de-obra, pouco diversificada e pouco qualificada. Não só o imigrante chegou numa época de poucas oportunidades, como ele próprio era dos menos preparados para aproveitar as oportunidades, se elas existissem (MARTINS, 1989, p. 12).

Tiveram como principal destino a cafeicultura paulista, graças principalmente ao subsídio provincial, sendo principalmente trabalhadores agrícolas. Três quartos dos espanhóis chegaram ao Brasil entre 1890 e 1930, dos quais 75% receberam subsídios para o transporte. Em 1910, depois de uma investigação sobre as denúncias com relação ao tratamento que os colonos estavam recebendo, o governo espanhol proibiu a emigração para o Brasil com passagens gratuitas fornecidas pelo governo brasileiro, a exemplo da Itália, que já tinha proibido a emigração subsidiada. No entanto, essa atitude não teve muitas consequências, continuando a imigração contratada pelo porto de Gibraltar, até o final dos anos 20.

Alguns espanhóis se dirigiram, também, para as cidades e outros para os núcleos urbanos do interior de São Paulo. Na cidade de São Paulo, fixaram-se nos bairros da Mooca, Ipiranga e Brás, trabalhando como operários de indústrias da construção civil e nas estradas de ferro, como pequenos comerciantes, com destaque para os donos de padarias e comerciantes de ferro-velho. Santos foi uma das cidades onde também se destacou a presença de espanhóis, superados apenas

pelos portugueses. Muitos, ao desembarcarem no porto, acabavam por permanecerem ali mesmo, estabelecendo no comércio local e fundando diversas associações assistenciais e de recreação.

A comunidade espanhola *“desapareceu na sociedade brasileira praticamente sem deixar sinal. Nem mesmo ficou a memória dessa diferença, que existiu um dia e durante um certo tempo”* (MARTINS, 1989, p. 10). Afirmações como essa de Martins encontra-se em outros autores, como por exemplo, Gallego e Klein.

Assim, no final do século XX, não existe mais uma comunidade espanhola, de traços próprios e claramente identificáveis no Brasil, apesar dos 750 mil espanhóis que fizeram desse país seu lar. Mesmo com a adição da segunda geração nascida no Brasil, essa população de bem mais de um milhão de imigrantes espanhóis tornou-se parte integral da cultura nacional (KLEIN, 1994, p. 94).

Klein comenta também a escassez de documentações espanholas referentes à viagem de volta, mas que sugerem a representatividade masculina no total de retornos. *“As poucas estatísticas disponíveis de fontes espanholas sobre essa migração de volta sugerem que foram, em esmagadora maioria, os homens mais jovens – e muito provavelmente solteiros – que voltaram para a Espanha”* (KLEIN, 1994, p. 52). Com relação a isso, aponta a preocupação do consulado em cuidar das obrigações militares dos imigrantes espanhóis do sexo masculino. *“No mês de março de 1910, por exemplo, ele inscrevia catorze jovens no ‘Registro de Emigrados sujetos al servicio militar’. Esses rapazes eram registrados mesmo quando nascidos no exterior”* (KLEIN, 1994, p. 53).

A imigração alemã para o Brasil teve a década de 1920 como o período de maior incidência na chegada, embora em menores proporções registrou-se em fluxo constante desde os tempos do Império. Há constância de alemães desde os decretos de D. João VI de 1808 e 1820, visando à colonização do país e apoiado no regime de pequena propriedade.

A predominância de alemães nos primeiros projetos mais consistentes de colonização pode ser explicada pela presença influente de indivíduos de ascendência germânica junto ao governo imperial brasileiro, e seu papel na orientação da política imigratória (SEYFERTH, 2000, p. 277).

Os alemães vinham principalmente pela Holanda, pelo porto de Amsterdam e também por Hamburgo. Caracterizavam-se por serem pobres e saírem de regiões agrícolas da Alemanha.

Os imigrantes dos anos 1830-50 vinham do Sudoeste da Alemanha, de regiões definidas como tendo estrutura econômica agrícola em combinação com o artesanato rural e com pequenas indústrias domésticas. No período 1850-65, provinham das regiões agrárias do Norte e do Leste. Do restante da Alemanha saíram, durante os anos 1865-95, grupos sociais empobrecidos, juntamente com artesãos e pequenos empresários. A partir de 1880, a maioria dos emigrados passam a ser de procedência urbana (ALENCASTRO; RENAUX, 1992, p. 318).

Numericamente foi o quarto grupo dos imigrantes no Brasil, vindo após portugueses, italianos e espanhóis, excedendo os japoneses e outros grupos. Os alemães, grupo de heterogeneidade cultural, de diversas regiões da Alemanha e marcado pela forte ligação com a cultura e a sociedade de origem, fundaram instituições beneficentes, definindo bases para a vida associativa no Brasil. Essa preservação dos costumes e uso cotidiano da língua alemã deu-se pela concentração dessa nacionalidade em áreas restritas, ou seja, relativamente isoladas no território brasileiro. Parte significativa dos alemães formou colônias importantes no sul do Brasil. *“Entre 1824 e 1914, entraram no Rio Grande do Sul cerca de 48.000 alemães, 64,3% dos quais entre 1824 e 1889, 35,7% entre 1889 e 1914. Haviam representado, entre 1824 e 1870, 93,5% da imigração, já não significaram senão 15% entre 1889 e 1914”* (ROCHE, 1969, p. 121).

O investimento colonizador no Sul do País, portanto, não atraiu um fluxo espontâneo de alemães. Tinha como finalidade ocupar terras devolutas, objetivando a ocupação do território num sistema que privilegiou a pequena propriedade agrícola trabalhada com a mão-de-obra familiar, o que se traduz no tamanho dos lotes concedidos a cada unidade familiar – cerca de 75 hectares (que, na segunda fase do processo, foi sendo paulatinamente reduzido até chegar a 25 hectares) (SEYFERTH, 2000, p. 277).

Assim, a agricultura foi atividade característica e exclusiva dos colonos alemães que, além das colônias do sul, também se destinaram aos núcleos coloniais de São Paulo, sendo, neste caso, o grupo pioneiro. Para o período posterior a 1918,

também passaram a concentrar-se na cidade de São Paulo, formando o maior núcleo urbano de alemães, mais numeroso do que os do sul.

A primeira tentativa de colonização com alemães também foi patrocinada pelo governo imperial, o qual encaminhou perto de duzentas pessoas para Santo Amaro e Itapevicirica, em 1829. A experiência malogrou, todavia. Parte dos colonos dispersou-se e o restante misturou-se com a população do campo. (...) O sistema de parceria do senador Vergueiro atraiu novo afluxo de grupos colonizadores. Entre os anos de 1847 e 1855, segundo o relatório de Handelman, foram fundadas 22 colônias de parceria, principalmente com alemães. Contavam elas com 2.976 habitantes, dos quais pelo menos 1.792 eram alemães e suíços e os outros portugueses (FOUQUET, 1974, p. 43).

Os japoneses também foram importantes, apesar de se tratar de uma imigração tardia iniciada somente em 1908. Sua distinção se deu pelas características étnico-culturais diferenciadas de seus integrantes e relacionamento desses com a população e com os órgãos governamentais brasileiros.

De 1908, quando teve início, até 1923, o movimento de japoneses para o Brasil se caracterizou pela imigração subsidiada para a cafeicultura, trouxe pessoas de origem basicamente rural, na maioria homens, entre 20 e 40 anos de idade. Nos anos 20 – e até à II Guerra Mundial, o fluxo foi mais intenso, aumentou a imigração de famílias, cresceu o número de pessoas envolvidas em atividades não agrícolas (BASSANEZI, 1996, p. 09).

Além dessas nacionalidades, outros grupos minoritários engrossaram a corrente imigratória, que, no entanto, apresentam poucos estudos. Entre esses grupos, destacaram-se os sírios e os libaneses, que apresentaram características imigratórias parecidas. Participaram da imigração espontânea, que não recebia o subsídio governamental, e se concentraram, principalmente, nas cidades. Vieram, em sua maioria, solteiros e quase sempre com a determinação de retornar à terra de origem, depois de acumular algum capital.

No caso de sírios e libaneses, portanto, a emigração nunca poderá ser entendida como uma empreitada de aventureiros desgarrados do tecido social na terra de origem. Como em geral acontece, não foram os estratos sociais mais desprivilegiados que conformaram as hostes da emigração. Enviar um ou mais filhos à América, era uma decisão no âmbito da família, coordenada pelo seu chefe, num cálculo destinado a melhorar, ou pelo menos manter a situação relativa do núcleo familiar na sociedade local (TRUZZI, pp. 28-29, 1997).

Esse grupo começou a chegar ao Brasil ainda nos anos 1870, mas há uma imprecisão em seu registro, pois foram registrados como turcos, turcos-árabes e turcos-asiáticos.

Com relação aos poloneses, o seu registro sofreu com a subestimação dos dados, por estarem indicados como outras nacionalidades, como russos, austríacos e alemães.

Imigrantes provenientes das terras polonesas, neste período, portanto, portavam documentos das potências estrangeiras que ocupavam a região. Os poloneses que aqui chegaram durante a 'febre brasileira' foram classificados nas estatísticas oficiais como alemães, austríacos ou russos. Há indícios de que a maior parte vinha das regiões ocupadas pela Rússia, e acabaram sendo classificados sob a rubrica 'russos'. Tudo indica que os 'russos' registrados nas estatísticas históricas eram na verdade poloneses. Ao analisarmos as estatísticas oficiais notamos, inclusive, que embora tenham alcançado volume expressivo entre 1890 e 1910, a imigração 'russa' praticamente desaparece após os anos 20 – justamente quando a Polônia ressurgiu como país independente (DECOL, 2000, p. 6).

Outros grupos que participaram do movimento migratório e também apresentaram a questão da identificação ou vieram em contingentes muito pequenos acabaram sendo esquecidos ao serem agrupados como “outras nacionalidades”.

Grupos familiares

Outra abordagem importante para caracterizar o perfil do imigrante é quanto ao seu agrupamento familiar, principalmente porque a propaganda veiculada na Europa e o subsídio à viagem eram destinados a arregimentar famílias interessadas em emigrar, pela avaliação de que, viajando em família o imigrante tinha mais facilidade e disposição à fixação. Mas assim como a família estimula a fixação, também produz motivos para a saída; para abordar o seu perfil é muito importante o conjunto das informações sobre o imigrante. Holloway faz uma discriminação detalhada das proporções entre as características familiares nos imigrantes entrados no porto de Santos.

Registros feitos por inspetores de imigração no porto de Santos, rota de entrada de 85 por cento dos imigrantes para São Paulo, fornecem um quadro geral do sexo e estado civil dos que chegaram, sem considerar a categoria de subsídio. Dos imigrantes que entraram em Santos, com doze anos ou mais, no período 1887-92, 62 por cento eram do sexo masculino, e 30 por cento das entradas compunham-se de crianças com menos de doze anos de idade. Das entradas pelo porto de Santos, considerando todas as categorias etárias, no período de 1893-98, 59 por cento eram do sexo masculino, e 61 por cento dos imigrantes com doze anos de idade ou mais eram casados. Crianças até doze anos representavam 34 por cento. Há uma lacuna nos registros de Santos de 1899 a 1907, mas dos anos de 1908 a 1930, 64 por cento das pessoas que entraram por Santos eram homens, e 51 por cento dos que tinham mais de doze anos de idade eram casados. Durante este último período, 23 por cento estavam com menos de doze anos de idade (HOLLOWAY, 1984, p. 93).

Esta imigração se marcava por ser de uma população principalmente europeia empobrecida que se dirigiria às grandes fazendas de café, sendo que os subsidiados se empregavam sob o sistema de *colonato*. A destinação ao trabalho no setor agrícola, no caso de São Paulo, atraía, principalmente, os imigrantes que se encontrassem na faixa etária produtiva, de doze anos ou mais, como demonstraram os índices de entrada na Hospedaria do Imigrante.

De 1887 a 1892, 341.000 imigrantes entraram em São Paulo. Com base na distribuição etária registrada nas chegadas a Santos durante aquele período e nos ingressos na hospedaria em anos posteriores, pode-se calcular que 70 por cento dos imigrantes de 1886-92 – cerca de 240.000 almas – estavam no grupo economicamente ativo de doze anos de idade ou mais (HOLLOWAY, 1984, p. 102).

O sistema de colonato, iniciado a partir de 1880, caracteriza-se como um sistema de trabalho familiar em toda a produção do café, resultando, assim, na divisão de tarefas. Nas colônias se encontravam agrupamentos de casas de colonos com imigrantes submetidos à produção do café e também à produção para sua própria subsistência. Ou seja, entre os colonos, o conjunto da família responsabilizava-se pelo trato do cafezal e pela colheita e recebiam pagamentos em função dessas atividades. O fazendeiro fornecia moradia e pequenas parcelas de terra para produzirem gêneros de subsistência.

Nos estudos sobre imigração, a família é uma referência recorrente, o que é pertinente, uma vez que a imigração familiar teve destaque especial nas políticas migratórias adotadas pelo governo brasileiro e/ou provinciais (depois estaduais), no século XIX e primeira metade do século XX.

Qualquer que fosse o objetivo a ser atingido – atrair imigrantes para colonização agrícola visando à defesa, o povoamento da terra e o abastecimento do mercado interno ou introduzir mão-de-obra livre para a grande lavoura cafeeira (em substituição ao trabalho escravo), a ênfase governamental foi sempre na atração de unidades familiares. (BASSANEZI, 1999, p. 166).

As passagens subsidiadas se destinavam principalmente a famílias que se estabeleceriam nesse esquema, definindo um grupo imigrante caracterizado pelas exigências com relação à composição familiar: a necessidade de pelo menos um indivíduo do sexo masculino entre 12 e 45 anos de idade e a limitação à inclusão de outros membros da família (BASSANEZI, 1995, p. 169).

A composição dessas famílias estava relacionada às exigências para a aquisição da passagem subsidiada. Os membros dependentes da família que podiam ser incluídos na passagem eram pais, avós, irmãos solteiros, cunhados e sobrinhos órfãos do chefe da família. Mulheres casadas que iam se reunir aos maridos no Brasil poderiam ser escolhidas, mas primos e parentes mais distantes não (HOLLOWAY, 1984, p. 79).

Com relação ao tamanho das famílias, havia diferenciação entre as diversas nacionalidades, principalmente entre portugueses e espanhóis, nos quais tinham na família em média 3,7 e 5,1 pessoas, respectivamente (BASSANEZI, 1995, p. 172). Essa imigração familiar possibilitou o aumento do deslocamento de mulheres, que sempre apareceram com percentuais reduzidos na imigração. No caso dos italianos:

Nesse movimento de regresso, as mulheres representavam 44,2% dos originários da Campânia. Aqui a diferença entre os sexos não é muito grande. Mas, para a Calábria, as mulheres correspondiam a somente 25,5% dos que voltavam; para Basilicata, esse percentual feminino foi de 30,6% (ALVIM, 1986, p. 65-66).

Mas a função dessas mulheres não se resume ao fato de participarem ou não do movimento migratório, pois mesmo não participando do deslocamento tiveram que vivenciar, ao dirigir a família e as atividades da casa sem os homens da família, nos países de origem.

[...] al permanecer en las sociedades de origen, tuvieron que ejercer como responsables del hogar, de la casa y de la familia. De estas funciones derivaron otras relacionadas con la educación de los hijos, la organización

de las actividades domésticas y extradomésticas, la administración de los bienes y el mantenimiento de las principales pautas culturales, sobre todo en los medios rurales, los más afectados por la emigración. El fenómeno tuvo además repercusiones psicológicas de mucha importancia (VILA, 1998, p. 29).

A abordagem sobre o papel da mulher na imigração ainda não se esgotou, e são amplas as possibilidades de investigação dessa temática, como a análise de sua relação com a sociedade de origem, sua inserção no mundo do trabalho, sua vida cotidiana e sua relação com outras coletividades imigrantes ou nativas, etc. No retorno, também devem ter empenhado nas decisões e motivações do grupo familiar. Alves apresenta a questão do gênero para a época entre os portugueses, caracterizando a condição inferiorizada da mulher.

Diga-se, desde já, que a prática dos passaportes familiares oculta de certo modo a componente feminina integrada e dá relevo às situações em que as mulheres partiam autonomamente e desprotegidas. Assim, uma grande parte do sexo feminino partia adstrita à documentação do familiar mais responsável ou mais velho (o marido, o pai, o tio, o irmão). Este pormenor burocrático alargava-se também a outras situações como a de crianças ou de adolescentes e idosos. Com o correr do tempo, a facilidade de transportes, os incentivos à imigração familiar por parte do Brasil, a baixa do câmbio brasileiro que produzia erosão sobre as remessas para a família, a emigração familiar vai aumentando. A crescente participação feminina que se vai verificar tem a ver com a ampliação deste tipo de emigração (ALVES, 1993, p. 209).

Mas na caracterização do gênero na imigração a predominância do sexo masculino é evidente, tanto para a entrada como para a saída. Analisando as tabelas do Anuario Statistico da Itália, Alvim percebeu o caráter masculino dessa imigração entre os italianos de volta à origem. Principalmente entre os que viajavam sozinhos.

O caráter masculino dessa imigração temporária surgiu também nas tabelas extraídas do Anuario Statistico, que analisam o movimento de volta, contrapondo indivíduo X família e onde o percentual de indivíduos sozinhos é de 26,2%. Como o Brasil exercia um controle muito grande sobre as mulheres desacompanhadas, 'podendo mesmo as autoridades da imigração se negarem a recebê-las', esse contingente de solteiros só podia ser de imigrantes masculinos. (ALVIM, 1986, p. 66).

Bassanezi também coloca, com relação à entrada de imigrante, que os grupos familiares não vieram sós nos navios. A família era a principal referência para o tipo de agrupamento do imigrante, mas muitos vieram como agregados, acompanhavam uma família porque isso poderia trazer alguma facilitação na imigração.

Estes traziam também um número menor de pessoas, geralmente homens, que não faziam parte de uma unidade familiar no momento em que atravessaram o oceano, mas que no Brasil podiam se vincular, através do casamento, às famílias estrangeiras ou às brasileiras (BASSANEZI, 1999, p. 170).

Partir da terra de origem onde a família se estruturou não era uma decisão fácil de ser tomada. Implicava em ruptura com as tradições, muitas vezes, com a língua e o próprio envolvimento cotidiano. O ato de emigrar constituía-se em uma difícil decisão que fragmentava as bases fundamentais dos vínculos humanos: a família e a comunidade de origem. Enfim, um projeto de imigração que envolvia as famílias era dificultado pelo custo do seu deslocamento, o que foi atenuado com os subsídios públicos. Quando o imigrante não saía com família, mas apenas um membro dela, acabava permanecendo um maior vínculo ao país de origem, que correspondia a um desejo maior de retorno como registrado nas cartas de imigrantes.

Nas cartas que imigrantes italianos enviaram da Província, depois Estado de São Paulo, para a Itália, chamam a atenção aquelas que, dirigidas a parentes próximos – esposas, filhos, pais, sogros – testemunham, ao contrário, que muitas vezes os chefes de família emigravam sós ou acompanhados apenas por alguns dos familiares e/ou por amigos. Nelas, estão presentes a saudade, a sentida ausência dos familiares (MOURA, 2000, p. 241).

Quanto à família no refluxo, o perfil do imigrante não decorria dos mesmos fatores da viagem inicial. Há que se considerar que não é mais a primeira viagem e poderia ter se modificado as condições do país de origem. Também as motivações psicológicas de cada núcleo familiar já não eram as mesmas, com o crescimento dos filhos, o nascimento de outros, a morte de algum membro, a doença, etc. Quando o refluxo era composto por grupos familiares, mais do que

antes, a união e a boa vontade de toda a família eram essenciais para que o objetivo se tornasse real. A família mantinha um papel importante no refluxo dos imigrantes, pois era a instituição mais sólida que restara, já que os laços com o Estado, com a comunidade, com a igreja, com outros familiares, etc., eram frágeis.

A conjugação do esforço de todos os membros da família era a chance de juntarem alguma poupança, sustentando os sonhos de montar um pequeno negócio, comprar um lote de terra, ou mesmo voltar à pátria. Era sua única maneira para manterem autonomia enquanto camponeses e afastarem o fantasma da proletarização. Isso, porém, exigia um esforço hercúleo de toda a família (ALVIM, 1986, p. 100).

Ocupações

A historiografia oferece também uma diferenciação entre os imigrantes quanto ao perfil profissional. Duas questões se põem a esse perfil: a sua caracterização é muito dispersa, distribuída de acordo com as diversas regiões dos países de saída, principalmente, os que predominaram na imigração para o Brasil – Itália, Portugal e Espanha – e segundo, o Brasil captava mão-de-obra predominantemente para a lavoura cafeeira, muitas vezes, independentemente da profissão originária do imigrante. Havia uma preocupação em trazer um trabalhador do campo, mas isso não era absoluto. Ainda assim, como já apontado, para as principais nacionalidades, os portugueses vinham mais para a cidade e para ocupações ligadas a serviços, os italianos compunham um leque variado de ocupações e os espanhóis eram, predominantemente, camponeses.

Pasckes resume o perfil ocupacional do imigrante português no Brasil:

A atividade econômica mais importante que os imigrantes portugueses no Brasil procuravam, foi sem dúvida, o comércio e o setor de serviços. Poucos se dirigiram para a lavoura em São Paulo. Daí que a imigração portuguesa no Brasil não pode ser vista como uma necessidade de atender ao desenvolvimento da agricultura cafeeira em substituição à mão-de-obra escrava (PASCKES, 1991, p. 91).

Entretanto, no auge da imigração em massa, em decorrência dos estímulos para o trabalho no café, muitos portugueses também vieram para a

lavoura em São Paulo, como aponta Lobo: "*Da emigração total para o Brasil em 1900, segundo fontes internacionais, 40.300 indivíduos, 22.802, isto é, 56,5% iam para São Paulo, para a agricultura na sua maioria, e 13.804 para o Rio de Janeiro (34,2%)*" (LOBO, 2001, p. 24).

Com relação aos italianos e espanhóis, Martins faz uma comparação e demonstra que apesar do destino à lavoura cafeeira, essas nacionalidades se diferenciaram no perfil profissional que trouxeram do país de origem:

A grande diferença entre a imigração espanhola e a imigração italiana está em que esta última imigração estava estratificada em classes sociais: havia camponeses sem terra, operários, comerciantes, capitalistas, artesãos, além de intelectuais. A imigração espanhola, ao contrário, foi predominantemente de camponeses. Mesmo os não camponeses, que em certa proporção também imigraram para o Brasil, foram os que mais reemigraram (MARTINS, 1989, p. 9).

Já Trento diferencia, entre os italianos, a região de origem e o perfil profissional:

Os vênets e os lombardos, que constituíam o componente seguramente camponês, sofrem uma queda na participação na emigração, enquanto se mantêm estacionários piemonteses, lígures e toda a Itália central. Cresce, ao contrário, de maneira visível, a participação meridional: todas as regiões, exceto Abruzos e Sardenha, conhecem aumentos significativos e, em alguns casos (Sicília, mas, sobretudo, Calábria), até mesmo notáveis. A maior participação do sul tende a demonstrar a diferente composição profissional: de fato, é sabido que os meridionais emigravam preferencialmente sem família e privilegiavam as ocupações urbanas (TRENTO, 1989, pp. 59-60).

Em dados gerais do porto de Santos de 1908 a 1936, apresentadas por Truzzi, indicaram-se as profissões declaradas dos imigrantes na entrada, e a importância de várias nacionalidades para a mão-de-obra agrícola. É um resultado que corresponde aos contingentes mais expressivos, que receberam subsídios e que imigraram preferencialmente em núcleos familiares:

Os dados relativos à profissão de imigrantes, coligidos quando da entrada deste pelo porto de Santos e disponível para o período 1908-1939, apontam que os sírios e libaneses, dentre as demais etnias, pouco se apresentaram como agricultores, provavelmente porque já tinham em mente trabalhar em atividades comerciais, aproveitando-se da inserção de parentes ou conterrâneos previamente estabelecidos. Apenas 18% deles se declararam

agricultores, em franca discrepância com outros contingentes de italianos (49,11%), portugueses (47,99%), espanhóis (78,63%), japoneses (98,95%) e alemães (31,08%). Nesse aspecto, são evidentes as diferenças em relação a outros contingentes imigratórios, sobretudo aos que aqui chegaram subsidiados. Nestes estiveram presentes circunstâncias (o acompanhamento de toda a família, a passagem pela Hospedaria dos Imigrantes, a condução do grupo às propriedades rurais, dívidas a serem resgatadas com o trabalho, etc.) que coibiram qualquer tentativa de uma maior mobilidade mais acentuada no início (TRUZZI, 1997, p. 44).

Os imigrantes em um imbricado movimento da cidade para o campo e do campo para a cidade mostraram o dinamismo característico do cenário. O *colonato*, apontado como referência para as relações de trabalho imigrante no período não era o único tipo de relação de trabalho existente no Estado de São Paulo na época. Existiram também os imigrantes que eram utilizados como mão-de-obra avulsa, colhedores de café que ganhavam por funções realizadas na produção cafeeira, ou trabalhadores para outras tarefas na fazenda, como por exemplo, os camaradas e mensalistas, que eram geralmente imigrantes solteiros dispostos a se engajar nessas atividades (MARTINS, 1989, p. 20-21).

Apesar das sucessivas levas de colonos destinarem-se à agricultura, sobretudo à cafeeira, parte significativa não se fixou na zona rural, indo muitos para as cidades, com ou sem pecúlio. A agricultura cafeeira foi o principal caminho para outras oportunidades de ocupação econômica, sobretudo, nos núcleos urbanos que se criaram e cresceram, com sua expressiva participação (SIMÃO, 1981, p. 25). Outra parte dos imigrantes veio por conta própria e acabaram se fixando nas cidades sem a passagem pela lavoura.

No interior das fábricas e oficinas – nas quais reproduzia-se, como no campo, o trabalho das mulheres e das crianças -, bem como fora delas, a presença italiana, assim como a presença de imigrantes de outras nacionalidades, tornou-se recorrente na cidade a partir de fins do século XIX, integrando a paisagem de bairros como o Brás, o Bom Retiro, o Belenzinho, a Moóca, o Ipiranga, a Bela Vista – o popular ‘Bexiga’ – além de outros (MOURA, 2000, p. 261).

Assim, além do trabalho no campo, com o desenvolvimento do café, as cidades cresceram e passaram também a fornecer inúmeras atividades urbanas, do artesanato ao comércio de rua, às indústrias e aos profissionais liberais.

A classe operária da metrópole se constituía, na maior parte, de imigrantes, compondo-se de homens que haviam tentado tratar de cafezais, mas não se haviam dado bem nessa ocupação, e de imigrantes subsidiados que, se bem nunca houvessem assinado contratos, tinham conseguido permanecer nas cidades. O número deles fora aumentado por imigrantes com experiência industrial, mormente operários de fábricas de tecidos, e por escravos libertos que, na melhor das hipóteses, eram jornaleiros não especializados e, na pior delas, formavam um miserável lumpenproletariat (DEAN, 1991, p.58- 59).

Simão apresenta algumas estimativas quanto à participação de estrangeiros na indústria paulista:

O arrolamento da indústria paulista, realizado em 1901, declarava que 90% dos empregados eram estrangeiros, de ambos os sexos e diferentes idades, que distribuíam por toda a escala dos serviços fabris. Os dados aí constantes sobre o pessoal ou posse, com especificação de nacionalidade, permitem estimar que eram alienígenas 80% dos 2.237 trabalhadores de um conjunto de 20 empresas da Capital. Para outro grupo de 35 estabelecimentos, há apenas indicação de que eles formavam a maioria dos 2 mil empregados. Em 1912, dos 10.104 tecelões ocupados em 31 fábricas, apenas 18% eram nascidos no Brasil. Entre estes, grande número deveria ser descendentes de imigrantes. (...) Entre os estrangeiros chegados nos anos de 1908 a 1919, constavam-se 30.245 artífices e 157.121 pessoas de diversas profissões urbanas, que se juntaram aos já fixados nas cidades (SIMÃO, 1981, p. 28-29).

No conjunto do proletariado estrangeiro, predominaram os italianos, com exceção nos serviços portuários executados, principalmente, por portugueses e espanhóis. Esses imigrantes urbanos também enfrentaram muitas dificuldades e o sucesso econômico era exceção.

Essa gente tinha poucas probabilidades de elevar-se acima da classe inferior; quando muito poderia chegar ao nível do comércio varejista ou das oficinas mecânicas. Os imigrantes que adquiriram fortunas e conseguiram igualar-se aos fazendeiros em posição social eram de origens totalmente diversas. Os dados biográficos que se possuem revelam que quase todos, em suas pátrias, haviam morado em cidades, pertenciam a famílias da classe média e possuíam instrução técnica, ou, pelo menos, certa experiência no comércio ou na manufatura (DEAN, 1991, p. 59).

Como formas de resistência com relação às dificuldades encontradas em São Paulo, os imigrantes participaram de greves e revoltas, organizaram-se em partidos e criaram jornais. “Entre 1901 e 1914, houve 81 registros de greves referentes à Capital, e 38, a várias cidades menores, dos quais um quarto relativo a

conflitos de certa amplitude, incluindo estabelecimentos de um mesmo ou de vários setores econômicos” (SIMÃO, 1981, p. 99).

Por fim, parte dos imigrantes urbanos foi genericamente classificada como participantes da economia informal, devido à dificuldade, de identificar um setor.

Analisando a estrutura do mercado de trabalho da metrópole paulistana nos fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, observa-se a predominância acentuada e a proliferação das pequenas ocupações autônomas e do trabalho informal, setores incluídos na chamada economia invisível, oculta, subterrânea, submersa, informal, paralela, não oficial; são tantos os seus nomes quanto as dificuldades para dimensioná-la (PINTO, 1984, p. 101).

Diante dos perfis traçados pela historiografia da imigração, é que se encontrou um referencial para o refluxo na análise das listas de bordo, buscando uma nova contribuição à história da imigração e, demonstrando qual o tipo de imigrante que o Estado de São Paulo estava perdendo com esses deslocamentos. O propósito na pesquisa na seqüência é, além de identificar vários pontos que foram trabalhados pela historiografia, procurar traçar um perfil do refluxo e oferecer à historiografia uma contribuição para o estudo da imigração no Brasil.

3. REFLUXO: TENDÊNCIAS GERAIS

Entrada de imigrantes

O ingresso massivo de imigrantes pelo porto de Santos no final da década de 1880 à década de 1920, período de análise, permanece em altos patamares. Como contrapartida, houve uma constante saída de imigrantes que chegou à metade do contingente na década de 1900 a picos de 90%. Nesse refluxo, destacaram-se sem contrapeso os italianos, seguidos pelos espanhóis e portugueses. Essas nacionalidades foram marcadas pelo predomínio de homens casados e em idades produtivas, mas também a participação de crianças, sugerindo que muito do refluxo se deu em grupos familiares.

Neste capítulo, propõe-se explorar esses padrões da imigração de São Paulo, bem como sua economia, recorrendo aos dados oficiais do Estado nos relatórios e boletins das Secretarias e nos Anuários Estatísticos. Dar-se-á privilégio ao período de 1890 a 1920, conjunto de décadas selecionado por corresponder à imigração em massa para São Paulo. Esse conjunto de dados oficiais do Estado de São Paulo permite uma comparação e uma compreensão ampliada do refluxo. Mas é preciso fazer algumas ponderações sobre esses dados oficiais, pois apresentam índices de períodos longos e fragmentados.

Sabe-se dos problemas que carregam os dados quantitativos da imigração, como a descontinuidade e a diversidade dos métodos de registro que deverão ser levados em conta. Os Boletins oferecem dados de entrada e saída, o que permite uma visão de conjunto. Para a entrada, segundo os boletins da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, o Estado de São Paulo começou a registrar os imigrantes no ano de 1827. Desse ano até 1936, já haviam entrado no Estado, 2.901.204 imigrantes. Nesse longo período de 110 anos, houve grandes flutuações nas entradas, sendo de se notar que o movimento imigratório só tomou notável incremento nos últimos 50 anos do período⁵.

⁵ Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, Boletim da Directoria de Terras, Colonização e Imigração, Ano I, São Paulo, Outubro de 1937, nº 1, p. 35.

Para o período de 1855 a 1887, as entradas totalizaram somente 81.414 imigrantes. Nos trinta anos seguintes ingressaram 1.609.232 imigrantes em São Paulo, resultando em uma média anual de 53.641 indivíduos, ou seja, uma média próxima ao total dos ingressados nos trinta anos, de 1855 a 1887 (ver tabela 1). No período de 1887 a 1920, foram os anos de 1891, 1895, 1912 e 1913 os que ultrapassaram 100.000 imigrantes no total das entradas no Estado. Ainda no período referido, os anos que acusaram um total de entradas inferior a 20.000, foram 1903, 1915, 1916 e 1918.

Tabela 1 – Entrada de imigrantes pelo porto de Santos em números absolutos, 1855-1820

<i>Períodos</i>	Entrada de imigrantes
1855-1865	4.525
1866-1876	7.026
1877-1887	69.863
1888-1898	717.794
1899-1909	417.132
1910-1920	474.306
Total	1.690.646

Fonte: Relatório da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1920.

Os números dos Boletins não indicam somente o volume, mas também características, como nacionalidade, agrupamento familiar, profissão, etc. De 1908 a 1936, desembarcaram no porto de Santos 1.221.282 imigrantes e as nacionalidades que acusaram maiores entradas foram as seguintes: portugueses com 275.257 indivíduos, espanhóis com 209.282, italianos com 202.749; japoneses com 176.775 e brasileiros com 125.826. Seguem-se as demais nacionalidades com totais inferiores a 50.000⁶. Ressalte-se que esses anos não contemplam o grande volume da imigração italiana, que é anterior.

Os 1.221.282 imigrantes que entraram em São Paulo, no período de 1908 a 1936, subdividiram-se em 174.928 famílias e 446.357 avulsos.

⁶ Idem, p. 36.

Proporcionalmente, dentre as principais correntes imigratórias que se dirigiram para São Paulo no período acima, foram os japoneses os que apresentaram menor porcentagem de avulsos, vindos em grande maioria agrupados em famílias. Por outro lado, foram os brasileiros, turcos e portugueses que acusaram uma porcentagem superior a 50% de avulsos, sobre o total de entradas referentes a essas nacionalidades. A corrente imigratória italiana que, no seu início, era constituída, principalmente, de famílias, de 1908 em diante passou a acusar maior porcentagem de elementos avulsos, com 18,4%, denotando que a maioria desses elementos chegou agrupada em famílias, o que distingue um perfil de agrupamento familiar por nacionalidade⁷.

Com base nos dados gerais de entrada desse período, Scott expõe um conjunto rico de números e análises. Salieta a presença dos solteiros, predominante em todas as nacionalidades para o movimento de entrada de imigrantes, com porcentagem média de 58,3%. “*Entre os portugueses, encontramos uma proporção 55% de solteiros, enquanto que os italianos apresentaram 55,3%, os espanhóis 60% e os japoneses 56%*” (SCOTT, 2000, p. 16). Considere-se que a sua análise contempla as crianças e os agregados, então os solteiros não correspondem apenas aos sozinhos. Outra questão apontada pela autora nesses números gerais é a diferença entre os gêneros. Apesar do maior número de homens no movimento imigratório, pelos índices do período, o percentual de mulheres variou entre as nacionalidades. Destacaram-se os portugueses com porcentagem de mulheres inferior à média geral, que não representavam mais do que 32% entre os imigrantes lusitanos que entraram em São Paulo, proporção abaixo daquela referente aos italianos, que registraram pouco mais de 35% de mulheres imigrantes (SCOTT, 2000, p. 15). Para as outras nacionalidades:

Embora no geral as mulheres representassem cerca de 36%, entre os estrangeiros desembarcados, esta proporção poderia ser mais equilibrada, como aconteceu entre os iugoslavos (em torno de 52% de indivíduos de sexo masculino para 48% do feminino), como poderia apresentar um desequilíbrio bastante acentuado, como no caso dos turcos (pouco mais de 26% de indivíduos do sexo feminino) ou dos austríacos (pouco mais de 27% de mulheres). Numa faixa intermediária (entre 40 a 47% de mulheres)

⁷ Idem, p. 36-37.

encontraríamos os naturais da Espanha, do Japão, da Romênia, e os imigrantes oriundos da Lituânia (SCOTT, 2000, p. 15).

A questão da idade, nesta análise, também mostrou diferenciações ao levar em conta cada nacionalidade. No caso das crianças, observou que:

Crianças abaixo de sete anos, em geral, não alcançavam os 15% em média (14,6%). Neste ponto, os portugueses mostraram um perfil bastante específico, pois colocaram-se abaixo do percentual médio: apenas 11,8% de crianças nesta faixa etária. De fato, constituíram o grupo que menos incluía crianças entre os imigrantes estrangeiros numericamente mais expressivos no contexto da emigração para o Brasil. Somente os italianos ficaram abaixo da média como os portugueses, ao apresentarem 13,6% de crianças menores de sete anos. Diferentemente, os espanhóis e japoneses incluíam percentagens maiores de crianças abaixo de sete anos entre os imigrantes registrados no porto de Santos: para os espanhóis encontramos 18,2% e para o grupo dos japoneses encontramos uma percentagem que quase atingiu um quinto do total, ficando acima dos 19% (19,3%) (SCOTT, 2000, pp. 16-17).

Já os imigrantes na idade produtiva, ou seja, para os maiores de 12 anos, ocorreu uma percentagem mínima de 68,5% entre os espanhóis, e máxima de 83,7% entre os alemães; para os portugueses, pouco acima da média geral, situada em 76,9% (SCOTT, 2000, p. 16). Na questão da alfabetização, as diferenciações entre as nacionalidades também se mantêm, sendo que:

Os espanhóis compunham o grupo com maior índice de analfabetos, quase três quartos do total. Na situação oposta com menores índices de analfabetos encontravam-se os imigrantes alemães, com pouco mais de 13%. Os portugueses estavam somente atrás dos espanhóis, com um índice de mais de 57% de analfabetos (SCOTT, 2000, p. 18).

Apesar do predomínio dos imigrantes ligados à agricultura, ocorreram desproporções ao também se levar em conta à questão da nacionalidade.

Os japoneses constituíam um grupo praticamente fechado, constituído por indivíduos que se dedicavam aos trabalhos da agricultura, nada menos que 99%. Entre os espanhóis predominavam os agricultores numa margem bastante expressiva, a segunda maior, com quase 80%. Os alemães, por outro lado, não alcançavam os 32%, sendo a maioria deles classificados no grupo de profissões 'diversas'. Portugueses e italianos apresentaram proporções semelhantes (49,7% e 47,8% respectivamente de agricultores) (SCOTT, 2000, p. 18).

Esses dados de entrada revelam uma imigração multifacetada, tanto pela variedade de nacionalidades que a compõe, quanto pelas diferenças entre essas nacionalidades. Como a historiografia aponta também outros destinos no mesmo movimento migratório para o período, não podemos dizer que o Brasil era o motor atrativo do movimento, mas um elemento comum que é o povoamento da América. Quanto às características específicas do imigrante para o Brasil no período, ainda que com variações, predomina uma imigração em família para o trabalho no campo. Mas esse imigrante, estando aqui, participou efetivamente do crescimento de cidades importantes como São Paulo. À exceção dos japoneses, as maiores nacionalidades são européias e especificamente latinas, onde a língua e a cultura foram determinantes para o movimento.

Saída de imigrantes

Além das entradas, os dados oficiais apresentam alguns índices referentes à saída pelo porto de Santos. Em contato com a documentação oficial percebem-se lacunas quanto a esses dados, o que provavelmente explica o reduzido envolvimento dos estudos sobre o tema.

Nos boletins, relatórios e anuários, encontram-se referências aos totais de saída de imigrantes pelo porto de Santos desde a década de 1890, bem como os saldos migratórios. É o que dispõe o relatório da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1920, apresentando os números totais de imigrantes entrados e saídos de São Paulo ano a ano a partir de 1896 e agrupados aqui na tabela 2. Esta tabela indica os números de entrada e saída, o percentual e o saldo por períodos de cinco anos. Na comparação geral entre as colunas de entrada e saída, os números do refluxo são consideráveis e até muito próximos dos de entrada. O período em que o percentual de saída é o mais elevado em relação à entrada é o de 1906-1910, período em que está inserido o ano aqui para análise pormenorizada. Observando as informações das listas de bordo, das quais foram contabilizados pormenorizadamente os dados de 1908 (27.416 estrangeiros viajaram em 3ª classe),

os números são relativamente compatíveis com o indicado pelo Relatório da Secretaria (30.750 imigrantes em saída de 3ª classe), com um percentual de saída próximo a 82% do número de entrada para o mesmo ano.

Tabela 2 – Entradas e saídas de imigrantes pelo porto de Santos, 1896 a 1920

<i>Períodos</i>	Entradas	Saídas	<i>% de saídas</i>	Saldos
1896-1900	298.156	129.871	43,5	168.285
1901-1905	194.332	170.944	87,9	23.388
1906-1910	190.186	173.671	91,3	16.515
1911-1915	338.588	173.292	51,1	165.296
1916-1920	96.232	59.972	62,3	36.260
Total	1.117.494	707.750	63,3	409.744

Fonte: Relatório da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1920.

Para o período de 1908 a 1936 o Boletim de Terras, Colonização e Imigração de 1937 coloca que as saídas de emigrantes pelo porto de Santos acusaram os seguintes totais: italianos 176.991; portugueses 160.920; espanhóis 107.179; brasileiros 95.845 e japoneses com 12.615. Destaca-se que mesmo sendo os italianos que registraram maiores saídas, pelo porto de Santos, não significa que seja pequeno o índice de fixação dos imigrantes italianos no Estado de São Paulo, pois deve levar-se em conta que, no período anterior a 1908, é que se verificou o maior impulso da imigração italiana para São Paulo⁸.

Constata-se que, no período de 1908 a 1936, quando começam aparecer os registros de saída nas listas de bordo com detalhamento dos dados do imigrante, só em 1915 é que se verifica um déficit nas entradas de imigrantes em São Paulo sobre as saídas por via marítima. Esse déficit chegou a 5.246 indivíduos⁹.

Os índices gerais de migrantes salientam a constante oscilação da taxa de migração no Estado de São Paulo. Essa taxa de migração é o saldo entre entrada e saída e a oscilação, como a bibliografia apresenta, pode ser motivada por

⁸ Idem, p. 36.

⁹ Idem, p. 35.

questões pessoais, políticas públicas e estrutura do mercado de trabalho, etc. Mas, devido à constância do movimento de refluxo, as questões do mercado de trabalho e das políticas públicas em relação à economia e ao imigrante pesavam mais na decisão. Apesar do movimento de passageiros de refluxo ser naturalmente inferior ao verificado na vinda, não é de se desprezar, já que é proporcionalmente elevado e até foi apontado este saldo negativo em alguns anos. O Relatório da Secretaria da Agricultura para o período de 1898 a 1920 indica que os anos de 1900, 1903 e 1907 foram os anos que apresentaram saldo negativo.

Entretanto Alves observa problemas referentes ao saldo migratório:

Naturalmente que o movimento de retorno acontece, por definição, em diferido, e dada a sua natureza de refluxo, tem tendência a crescer em momentos de atenuação da emigração. Calculá-lo com base num indicador como a percentagens de retornos sobre as partidas, significa estabelecer uma relação deslocada, pois, em rigor, os retornos deveriam ser correlacionados com os volumes de partidas anteriores que lhe serviram de base. Só uma análise de tipo longitudinal, que acompanhasse os indivíduos ao longo da sua trajetória, desenhando o calendário dos acontecimentos migratórios permitiria um conhecimento aprofundado do fenómeno, mas para isso tornava-se indispensável a existência de registros próprios, que fornecessem indicações de identificação suficiente para os retornados (ALVES, 1993, p. 302-303).

Na verdade, não há a exata correspondência entre imigrantes que entraram e imigrantes que saíram, pois durante a permanência aqui, que pode ter demorado vários anos, eles podem ter constituído família e tido filhos. Entre os imigrantes em refluxo, com base nas listas de bordo de saída de 1908, o número de brasileiros com laços familiares com os estrangeiros é reduzido, em torno de 0,3% do número total de imigrantes, mas pode ser, que no momento de declarar a naturalidade dos filhos, o chefe do domicílio preferiu identificá-los como de sua nacionalidade, para facilitar o deslocamento de saída.

Outro ponto importante, com relação à correspondência dos índices de entrada e saída, ou seja, a indicação do saldo de entrada, é que parte dos imigrantes não entrou pelo porto de Santos, mas por algum outro porto brasileiro, vindo para São Paulo por via terrestre, mas na saída escolheram o Porto de Santos. Não existindo esse controle, apresenta-se problemática a determinação exata dos saldos do movimento migratório do Estado de São Paulo. O cálculo, portanto, dos

saldos do movimento migratório do Estado só leva em conta as saídas pelo porto de Santos, já que as por via terrestre os números não são conhecidos. Mas, no geral, no período de 1908 a 1936, entraram, no Estado de São Paulo, 1.651.711 imigrantes, dos quais 1.221.282 ou 73,94% vieram por via marítima e 430.429 ou 26,06% por via ferroviária, ou seja, era maior o índice de entradas por vias marítimas¹⁰. Com relação a isso, o Relatório da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo de 1914, colocou, por exemplo, que nos anos de 1912 e 1913, foi grande a saída de russos, austríacos e alemães, excedendo em muito à entrada, tendo-se verificado, porém, tratar-se de retirantes vindos dos Estados do sul por estrada de ferro. Nesse caso, ocorreu o aumento da diferença entre a entrada e saída de imigrantes pelo porto de Santos, mas este porto caracterizou-se como principal porto de saída de imigrantes do Brasil. Assim, o saldo migratório de São Paulo é maior do que o apresentado pela relação entre entrada e saída, pois muitas vezes, os imigrantes dão entrada por outros portos, como o do Rio, e saída por Santos¹¹.

Ainda que o saldo não corresponda a um critério seguro para avaliar o sucesso das políticas públicas de imigração, os números de saída utilizados para a sua indicação destacam a relevância das saídas. Esses números dos boletins também são relevantes para confirmar o período do maior movimento de saída.

Perfil do refluxo

Os dados oficiais trazem também uma análise do perfil do movimento de saída. Traçam algumas características dos imigrantes saídos pelo porto de Santos, tais como, as acomodações de viagem, o destino, a nacionalidade, a idade, o estado conjugal e o sexo. Entretanto, essas informações se encontram somente para alguns anos, o que não permite uma visão completa do perfil do refluxo. Foram

¹⁰ Idem, p. 36.

¹¹ Relatório da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, p. 182, 1914.

apontadas aqui para garantir um diálogo e reafirmar as conclusões obtidas para o ano de 1908 a partir das listas de bordo de saída.

As tabelas 3 e 4, com base nos boletins da Secretaria de Agricultura do Estado São Paulo, oferecem uma diferenciação útil do destino, portos nacionais e os estrangeiros, e a classe de viagem, ou seja, possibilita a verificação do tipo de acomodação na qual os imigrantes viajavam no período, 1ª, 2ª ou 3ª classe. Naturalmente, as viagens de 1ª e 2ª classes eram mais confortáveis e mais caras que as de 3ª classe, a acomodação predominante nas viagens dos imigrantes para o Brasil. Nas viagens a portos nacionais, verifica-se uma maior predileção pela 1ª classe. Esse fato pode ser interpretado em parte por conta do tempo das viagens nacionais e do menor custo, possibilitando um maior número de passageiros nas classes de maior conforto. Já no caso dos portos estrangeiros, a escolha recaía na 3ª classe indicando a precariedade de recursos dos imigrantes, já que se tratava de viagens mais caras e demoradas.

O maior número de passageiros destinados a portos nacionais viajava em 1ª classe, já os que se destinavam aos portos estrangeiros viajavam em 3ª classe. No geral, a historiografia, coloca como imigrantes apenas os que viajavam em 3ª classe. Deve-se considerar que, apesar de poucos, os imigrantes conseguiram algum êxito ou estavam envolvidos em atividades comerciais que proporcionavam a possibilidade de viajar em 1ª e 2ª classe, mesmo quando o destino era o exterior.

Na saída pelo Porto de Santos de 1908 a 1920, segundo a tabela 4, é maior o destino para os portos estrangeiros. Para o ano de 1908, por exemplo, saíram para portos estrangeiros 30.616, contra 7.864 para portos nacionais. Indica que esse porto, no período, era marcado pelo fluxo e refluxo migratório de estrangeiros. Embora a tabela indique que a preferência de refluxo era para portos estrangeiros, há de se notar que grande parte do refluxo no país se dava por via terrestre.

Tabela 3 – Passageiros destinados a portos nacionais segundo a classe da viagem, porto de Santos, 1908 a 1920

Anos	Portos nacionais				
	1ª classe	2ª classe	3ª classe	Total	% 3ª classe
1908	4.015	330	3.519	7.864	44,7
1909	3.736	253	3.506	7.495	46,8
1910	4.240	192	3.207	7.639	42,0
1911	4.559	209	2.726	7.494	36,4
1912	6.769	359	2.572	9.700	26,5
1913	7.837	590	3.558	11.985	29,7
1914	6.879	525	3.190	10.594	30,1
1915	5.823	234	2.180	8.237	26,5
1916	5.005	251	2.004	7.260	27,6
1917	4.390	88	2.108	6.586	32,0
1918	3.832	21	2.109	5.962	35,4
1919	5.382	91	3.051	8.524	35,8
1920	5.233	95	3.081	8.409	36,6
Total	67.700	3.238	36.811	107.749	34,2

Fonte: Boletim do Serviço de Imigração e Colonização, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, São Paulo, março de 1941, n° 03, p. 50.

Tabela 4 – Passageiros destinados a portos estrangeiros segundo a classe da viagem, porto de Santos, 1908 a 1920

Anos	Portos estrangeiros				
	1ª classe	2ª classe	3ª classe	Total	% 3ª classe
1908	2.092	1.293	27.231	30.616	88,9
1909	2.448	1.156	31.006	34.610	89,6
1910	2.910	1.613	27.554	32.077	85,9
1911	3.969	2.211	24.605	30.785	79,9
1912	4.627	3.088	34.868	42.583	81,8
1913	5.451	3.806	37.596	46.853	80,2
1914	3.921	3.801	38.644	46.366	83,3
1915	1.636	1.813	24.003	27.452	87,4
1916	1.667	1.087	10.772	13.526	79,6
1917	981	926	7.289	9.196	79,2
1918	710	656	4.433	5.799	76,4
1919	1.802	1.459	11.458	14.719	77,8
1920	2.530	2.053	13.667	18.250	74,9
Total	34.744	24.962	293.126	352.832	83,0

Fonte: Boletim do Serviço de Imigração e Colonização, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, São Paulo, março de 1941, n° 03, p. 50.

É interessante notar que a historiografia identificou um descontentamento dos imigrantes com as acomodações na viagem para o Brasil: “entre as centenas de milhares de imigrantes trazidos depois de 1886, alguns protestaram abertamente contra as condições de superlotação e falta de higiene reinante nos navios, no porto de Santos ou na hospedaria de São Paulo” (HOLLOWAY, 1984, p. 80). Mas, apesar das dificuldades encontradas no momento e durante a partida para entrar no Estado de São Paulo, os imigrantes não desanimavam e retornavam ou reemigraram da mesma forma que entraram, com o mesmo tipo de acomodação, o que pode indicar que sua condição não mudou tanto durante o tempo em que ficaram no país.

A tabela 5, do Relatório da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, de 1914, apresenta os imigrantes provenientes de Buenos Aires que entraram pelo porto de Santos e os que partiam desse porto para Buenos Aires, entre 1908 e 1913.

Tabela 5 – Entrada e saída de imigrantes entre o porto de Santos e Buenos Aires, 1908 – 1913

<i>Anos</i>	<i>Emigrantes saídos do porto de Santos para Buenos Aires</i>	<i>Imigrantes chegados de Buenos Aires ao porto de Santos</i>	<i>Saldo de saída</i>
1908	8.599	4.660	3.939
1909	10.678	4.317	6.361
1910	8.813	4.442	4.371
1911	7.627	6.876	751
1912	11.259	6.470	4.789
1913	9.557	9.421	136

Fonte: Relatório da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, p. 182, 1914.

Buenos Aires era o principal porto do exterior de imigrantes em refluxo. O relatório indica que no ano de 1912, o porto de Buenos Aires foi o pico na recepção de imigrantes proveniente de Santos, seguido do ano de 1909. Em 1913, constatou-se que o número de emigrantes saídos de Santos com destino a Buenos Aires foi muito próximo ao número de imigrantes procedentes dali, sendo o

movimento migratório menos desfavorável para o Estado de São Paulo¹². Essa constatação também pode ser observada para o ano de 1911, que também apresentou índices próximos de entrada e saída para Buenos Aires. Para os outros anos a saída para Buenos Aires foi mais acentuada que a entrada. Buenos Aires se mostrou uma área mais atraente aos estrangeiros, não só para reemigrantes oriundos de São Paulo, mas para os imigrantes em geral.

O destino a Buenos Aires era um dos principais destinos dos espanhóis, sendo que, mesmo para o período anterior, como o ano de 1907, a constatação sobre o destino dos espanhóis à Argentina também é válida. Como coloca o Relatório da Secretaria da Agricultura: *“apresentam maior número de agricultores [...], na sua maior parte, subsidiados [e] apresentam a maior porcentagem dos saídos. Mais do que a metade dos emigrantes espanhóis tinham destino de Buenos Aires”*¹³.

Com relação às entradas e saídas de imigrantes das principais nacionalidades, portugueses, italianos e espanhóis, para os anos do período de 1908 a 1920, a tabela 6 salienta que os portugueses se sobressaíam nos índices de entrada no Estado de São Paulo se comparado às outras nacionalidades. No entanto, a tabela demonstra que para esse período os italianos entraram mais que os espanhóis, o que difere do período de 1908-1936, e que pode corresponder a uma diminuição de entrada dos italianos e um aumento da entrada de espanhóis após 1920.

¹² Idem, p. 182.

¹³ Relatório da Secretaria da Agricultura, 1908, p. 157.

Tabela 6 – Passageiros saídos pelo porto de Santos para portos estrangeiros segundo a nacionalidade, 1908-1920

<i>Anos</i>	<i>Portugueses</i>			<i>Italianos</i>			<i>Espanhóis</i>		
	Entradas	Saídas	% saídas	Entradas	Saídas	% saídas	Entradas	Saídas	% de saídas
1908	12.342	4.797	38,9	10.781	15.898	147,5	8.662	5.552	64,1
1909	9.606	5.305	55,2	11.302	17.858	158,0	12.663	5.843	46,1
1910	9.355	5.282	56,4	10.698	15.014	140,3	13.658	6.433	47,1
1911	14.724	5.675	38,5	20.055	14.610	72,8	11.664	4.489	38,5
1912	30.346	8.051	26,5	26.527	17.364	65,4	27.321	6.349	23,2
1913	28.340	10.657	37,6	26.970	16.747	62,1	30.721	8.100	26,4
1914	12.459	13.202	105,9	13.910	14.870	106,9	15.151	8.021	52,9
1915	6.287	8.126	129,2	6.111	11.586	189,6	4.697	4.603	98,0
1916	5.208	3.756	72,1	4.458	3.463	77,7	7.589	3.799	50,0
1917	2.862	1.808	63,2	5.243	2.141	40,8	9.658	3.530	36,5
1918	2.718	942	34,6	999	1.311	131,2	2.062	2.309	112,0
1919	4.875	5.021	103,0	4.547	2.636	58,0	3.980	3.886	97,6
1920	12.544	4.969	39,6	6.850	4.924	71,9	7.621	3.628	47,6
Total	151.666	77.591	51,2	148.451	138.422	93,2	155.447	66.524	42,8

Fonte: Boletim do Serviço de Imigração e Colonização, Brasil, São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, março de 1941, p. 52, nº 03 (elaboração própria).

Quanto às saídas de 1908-1920, a seqüência se manteve a mesma do período de 1908-1936, saindo, em números absolutos, mais italianos, seguidos pelos portugueses e espanhóis. Também a tabela mostra uma grande oscilação no saldo migratório de italianos, com seqüências de anos positivos e de anos negativos. As saídas sobressaíram às entradas em alguns anos. No caso dos portugueses o saldo foi negativo em 1914, 1915 e 1919; já entre os italianos foram os anos 1908 a 1910, 1914, 1915 e 1918 e para os espanhóis o saldo negativo foi apenas em 1918. Assim, o percentual de italianos retornados de 1908 a 1920 chegou a 93,2%, o que se deve ao fato da diminuição das entradas desses imigrantes, já que tiveram maior entrada nas décadas anteriores. Para os portugueses e espanhóis o saldo mais foi próximo, 51,2% e 42,3%, se comparado aos italianos, mas salientando maior saída dos portugueses. Essa tabela indica também que o ano de 1908, de análise pormenorizada, tem uma porcentagem de saída correspondente à média geral do período, com portugueses e espanhóis próxima à metade da entrada e com italianos com elevada saída.

Fica nítida a mudança quanto ao movimento migratório depois de 1914. As taxas de entrada de imigrantes das três nacionalidades em análise sofreram uma queda após o início da 1ª Guerra Mundial. Quanto às taxas de saída também sofreram oscilações, a queda se manteve entre o grupo de italianos e portugueses. Contudo, em relação aos espanhóis não se verifica uma queda acentuada, principalmente porque esse grupo se destinava principalmente à Argentina.

Cánovas amplia o grupo de imigrantes saídos para outras nacionalidades em um período parecido. Com relação à fixação dos espanhóis, agrupa números para os anos 1905-1925 e calcula o coeficiente geral de fixação dos imigrantes espanhóis compara-os com os principais contingentes, considerando as saídas para os portos do Rio da Prata, Europa e América do Norte. Observou-se que japoneses e espanhóis foram os grupos que apresentaram os maiores índices de fixação no Estado de São Paulo e os alemães foi o grupo que apresentou o menor índice de fixação (ver tabela 7).

A respeito da fixação dos espanhóis conclui que *“o imigrante espanhol despontou, no período, como o grupo europeu a atingir o mais alto índice de fixação,*

ainda que reconhecemos como muito elevada a porcentagem dos saídos” (CANÓVAS, 2005, p. 148). Note-se que os espanhóis, no que a fixação se refere, são superados apenas, embora com bastante vantagem, pelos japoneses.

Tabela 7 – Coeficiente geral de saída e fixação dos principais contingentes de imigrantes, porto de Santos, 1905-1925

<i>Nacionalidade</i>	<i>Entradas</i>	<i>Saídas</i>	<i>% de fixação</i>
Japoneses	48.542	9,5%	90,5%
Espanhóis	192.206	44,5%	55,5%
Portugueses	211.192	53,9%	46,1%
Italianos	180.061	64,4%	35,6%
Alemães	30.198	70,9%	29,1%
Brasileiros	45.421	76,7%	23,3%

Fonte: Relatório da Secretaria da Agricultura. Ano 1927. (CANÓVAS, 2005, p. 149, QUADRO XXI).

Para os espanhóis, Cánovas apresenta também a dificuldade do retornado se fixar novamente na terra natal:

As cifras referentes às entradas podem, ainda, ter incluído imigrantes reingressados: temos relatos de que a permanência dos retornados na Espanha era quase impossível, quer seja concretamente porque a situação do país era ainda muito difícil, o que obrigava o colono a voltar ao Brasil, quer seja porque o colono retornado geralmente deixava no Brasil seus familiares, filhos, noras, genros, netos, e essa contingência provocava seu desajustamento social (CANÓVAS, 2005, p. 151-152).

Não se encontraram dados agrupados para período longos que pudessem relacionar as principais nacionalidades com os destinos dos imigrantes saídos pelo porto de Santos. Contudo, optou-se por apresentar os dados de 1910 e 1913 que dispõem dessas variáveis, apesar das diferenças com relação a dados da tabela 6, coletados de outra fonte. Observa-se que entre as nacionalidades saindo de Santos, os espanhóis foram os que mais se destinavam ao sul da América, sendo que entre as outras, alemães, italianos e portugueses, predominava o deslocamento à Europa. Entre os portugueses, o destino a outras localidades diferentes da Europa e América do Sul era maior que esses destinos, possivelmente porque nessa

reemigração eram levadas em conta outras colônias ou ex-colônias portuguesas na África e na Ásia (ver tabela 8).

Tabela 8 – Passageiros saídos pelo porto de Santos segundo a nacionalidade e o destino, 1910 e 1913

<i>Destino</i>	<i>Portuguesa</i>	<i>%</i>	<i>Italiana</i>	<i>%</i>	<i>Espanhola</i>	<i>%</i>	<i>Alemã</i>	<i>%</i>
<i>1910</i>								
Europa	4.139	75,3	8.934	62,6	2.579	39,3	578	66,6
América*	259	4,7	4.601	32,2	3.685	56,2	72	8,3
Outros	1.101	20,0	743	5,2	296	4,5	218	25,1
Total	5.499	100	14.278	100	6.560	100	868	100
<i>1913</i>								
Europa	8.849	83,4	10.220	69,4	3.412	42,6	1.158	70,4
América*	443	4,2	3.620	24,6	4.192	52,4	166	10,1
Outros	1.319	12,4	882	6,0	396	5,0	320	19,5
Total	10.611	100	14.722	100	8.000	100	1.644	100

Obs.: * América refere-se apenas aos países da América do Sul, exceto Brasil.

Fonte: Fundo da Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Movimentos Migratórios. Anos 1907 a 1911. Elaboração própria.

Os anos de 1910 e 1913 também constam informações sobre as faixas etárias dos imigrantes que saíam pelo porto de Santos, classificados por nacionalidade (tabela 9). É interessante notar que, nesses dois anos, foi baixo o número de menores de 12 anos entre os portugueses (15% e 13%, respectivamente) se comparado aos italianos (31,8% e 23,3%) e aos espanhóis (33,9 e 23,4), demonstrando que a maior parte dos portugueses que saíam estava na faixa etária produtiva e não estavam acompanhados por crianças. Já os italianos e espanhóis estavam na faixa etária produtiva, porém, envolvidos em um grupo familiar, por apresentarem um percentual significativo de crianças.

Tabela 9 – Imigrantes saídos do porto de Santos segundo a faixa etária e a nacionalidade, 1910 e 1913

<i>Faixas etárias</i>	<i>Portugueses</i>	<i>%</i>	<i>Italianos</i>	<i>%</i>	<i>Espanhóis</i>	<i>%</i>
<i>1910</i>						
Menores de 12 anos	826	15,0	4.536	31,8	2.216	33,8
Maiores de 12 anos	4.673	85,0	9.742	68,2	4.344	66,2
Total	5.499	100	14.278	100	6.560	100
<i>1913</i>						
Menores de 12 anos	1.453	13,7	3.427	23,3	1.873	23,4
Maiores de 12 anos	9.158	86,3	11.295	76,7	6.127	76,6
Total	10.611	100	14.722	100	8.000	100

Fonte: Fundo da Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Movimentos Migratórios. Anos 1907 a 1911, Arquivo do Estado de São Paulo, (elaboração própria).

Relacionando o estado conjugal para os anos de 1910 e 1913, pode ser observado que no movimento de refluxo sobressaem os casados, seguidos dos solteiros e uma pequena participação de viúvos entre as principais nacionalidades (ver tabela 10). O percentual de casados, solteiros e viúvos é próximo para todas as nacionalidades nos dois anos. Esses dados, entretanto, contradizem as análises historiográficas que informam entre os portugueses um maior número de solteiros entre as nacionalidades mais importantes que imigraram para o Brasil.

Tabela 10 – Imigrantes saídos pelo porto de Santos segundo o estado conjugal e a nacionalidade, 1910 e 1913 (excluídos os menores de 12 anos)

<i>Estado conjugal</i>	<i>Portugueses</i>	<i>%</i>	<i>Italianos</i>	<i>%</i>	<i>Espanhóis</i>	<i>%</i>
<i>1910</i>						
Casados	2.927	62,6	6.496	66,7	2.722	62,7
Solteiros	1.670	35,8	3.076	31,6	1.478	34,0
Viúvos	76	1,6	170	1,7	144	3,3
Total	4.673	100	9.742	100	4.344	100
<i>1913</i>						
Casados	6.134	67,0	7.447	66,0	3.448	56,3
Solteiros	2.923	31,9	3.710	32,8	2.475	40,3
Viúvos	101	1,1	138	1,2	204	3,4
Total	9.158	100	11.295	100	6.127	100

Fonte: Fundo da Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Movimentos Migratórios. Anos 1907 a 1911. Elaboração própria.

Com relação ao gênero, para os anos de 1897 e 1910 a 1913, próximo a dois terços eram do sexo masculino, o que permite as constatações quanto ao caráter econômico do movimento e às dificuldades de fixação do imigrante (ver tabela 11). A historiografia já constatou que:

Por razones evidentes de diversa índole, la movilidad de la mujer estuvo muy limitada y dependió, mucho más que en el caso del hombre, de la existencia de algún pariente que la reclamase para poder partir hacia América tal y como atestiguan las cartas de llamada. La emigración de mujeres requerirá, por regla general, mayores garantías de seguridad al otro lado del Atlántico y por esa razón, no todos los países atrajeron mujeres en igual proporción. La prensa de la época está llena de advertencias acerca de los peligros que pueden correr en caso de que se dedican a emigrar (VILA, 1998, p. 33).

Tabela 11 – Imigrantes saídos do porto de Santos segundo o sexo, 1897 – 1913

Anos	Masculino	Feminino	Total	% de homens
1897	25.645	10.005	35.650	71,9
1910	27.555	13.121	40.676	67,7
1911	27.375	11.782	39.157	69,9
1912	38.885	15.131	54.016	72,0
1913	29.654	11.500	41.154	72,0

Fonte: Fundo da Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Movimentos Migratórios. Anos 1890 a 1911. Elaboração própria.

A tabela 12, com base no Anuário Estatístico, apresenta dados referentes ao período da 1ª Guerra Mundial dos passageiros que saíram pelo porto de Santos, assume que a 3ª classe corresponde a dos imigrantes. Durante a guerra, ocorreu a queda no movimento de saída dos estrangeiros, ocorrendo elevação apenas em 1919. A primeira e a segunda classe também sofreram redução quanto ao movimento de saída, apesar de não ser muito acentuada. Quanto à questão de gênero manteve-se o predomínio dos homens.

Tabela 12 – Passageiros saídos pelo porto de Santos segundo a classe, o sexo e a nacionalidade, de 1915 a 1919

Anos	1ª classe	2ª classe	Imigrantes	Homens	Mulheres	Brasileiros	Estrangeiros	Total
1915	7.459	2.047	26.744	26.546	9.704	5.191	31.059	36.250
1916	6.672	1.334	13.215	15.055	6.166	4.585	16.636	21.221
1917	5.368	976	9.966	11.667	4.643	4.089	12.221	16.310
1918	4.542	677	6.890	8.425	3.684	4.153	7.956	12.109
1919	7.127	1.544	14.971	15.978	7.664	5.952	17.690	23.642

Obs.: O Anuário não discrimina a 3ª classe, mas a associa imediatamente com os imigrantes.
 Fonte: Anuário Estatístico de São Paulo (Brasil) de 1919, p. 197, 1923.

Note-se que os relatórios e boletins das Secretarias do Estado, bem como os Anuários acabam tendo variações nos índices, devido a delimitações desses documentos oficiais, como por exemplo, a exclusão de 1ª e 2ª classe, de brasileiros, ou a inclusão de imigrantes entrados ou saídos pelas estradas de ferro, etc. De qualquer forma, as variações encontradas não foram tão elevadas a ponto de alterar o conjunto analisado.

A partir desses dados oficiais, há diversos estudos que os coletaram e os interpretaram conforme diversos enfoques. Daí destaca-se, por exemplo, o estudo de Levy que polemiza a análise do nível de fixação entre os países de maior imigração na América:

Convém notar que MORTARA aplica, a partir dos dados globais de imigração-emigração para toda a América, diferentes proporções de fixação – ou seja, porcentagem dos que não retornaram aos países de origem ou que não deixaram os países de destino – aos países considerados. Assim, considera uma proporção de fixação para o período de 1840-1940, para toda a América, de 64,29%. Para o Brasil utiliza uma proporção de 68,75%, para a Argentina 48,65%, para os Estados Unidos 21,83% e Canadá 20%. Com esse procedimento MORTARA estaria subestimando o retorno do Brasil, em comparação com os outros países, e assim superestimando o papel da imigração no crescimento. Esse autor conclui que durante o período considerado (1840-1940) para o Brasil, de um crescimento populacional estimado em 35,3 milhões, 81,02% foi devido ao crescimento natural, 9,63% ao crescimento natural dependente da imigração e 9,35% diretamente do contingente imigratório. É interessante observar que usando a mesma técnica, mas considerando a proporção de fixação de 64,29% – a mesma da América como um todo – encontramos 91,2% devido ao crescimento natural e 9% devido a participação direta e indireta dos estrangeiros. Desse modo, a participação do contingente migratório

estrangeiro fica reduzida em 10%, em outras palavras, à metade (LEVY, 1974, p. 14).

Outra análise que revela as conclusões divergentes que podem levar os dados discrepantes das fontes é exposta por Martins. Com base nos boletins e relatórios que agregaram dados referentes ao período de 1908 a 1926 para São Paulo, apontou que o movimento de refluxo teve pouca influência na lavoura cafeeira, pois a porcentagem de saída de agricultores era, proporcionalmente, menor do que a entrada.

Na realidade, a reemigração, a saída de imigrantes espanhóis e italianos, atingia pouco a lavoura. O perfil do imigrante desse período, de 1908 a 1926, é a esse respeito muito claro. Dos 192.206 espanhóis entrados em São Paulo, apenas 17,3% eram indivíduos avulsos, sem família, (comparados com 41,6% dos 180.061 italianos que imigraram na mesma época). Eram agricultores 81,4% dos espanhóis e 52,2% dos italianos. Artista (artesãos e operários) eram 2,2% dos espanhóis e 11,4% dos italianos. Na categoria de 'diversos', estavam 16,3% dos espanhóis e 36,5% dos italianos. Dos 86.512 espanhóis que saíram, 31,5% eram agricultores, 0,06% eram artistas e 67,9% estavam na categoria de 'diversos'. Dos 155.230 italianos que reemigraram, as proporções eram respectivamente: 37,7% agricultores, 2,8% artistas e 59,6% 'diversos'. No conjunto dos imigrantes entrados em São Paulo, 59,4% eram agricultores e, no conjunto dos que saíram, 74,3% estavam na categoria de 'diversos' (MARTINS, 1989, p. 19).

Se as porcentagens de saída não correspondem totalmente às de entrada, deve-se ao dinamismo da imigração. O imigrante pode ter declarado a profissão que exercia no momento de saída e a agricultura pode ter sido a sua primeira ocupação em São Paulo, mas que, diante de dificuldades e do contexto econômico, precisou abandonar.

Esses dados e estudos traduzem o refluxo no período, mas apenas como tendências, pois a documentação não apresenta ciclos completos de dados. Nessas tendências verificou-se a preferência por viagens de 3ª classe no movimento de saída pelo porto de Santos. Apontou-se o alto índice de saída dos italianos para o período, que destinavam principalmente à Europa. Também, a participação significativa de espanhóis destinados à Europa e América do Sul, com destaque para Buenos Aires, porto de intercâmbio com o de Santos. E a participação de portugueses com destino à Europa e colônias e ex-colônias da Ásia e África.

Percebeu-se o caráter econômico do movimento de saída, com o predomínio de homens em idade produtiva e casados, mas também a presença de grupos familiares, com presença de crianças.

4. REFLUXO EM 1908: DEMOGRAFIA E GRUPOS FAMILIARES

O refluxo e seu significado

Os estudos da imigração, em regra, são limitados aos deslocamentos de população entre pólos de expulsão e de recepção, contemplando as conseqüências *a posteriori* para as sociedades envolvidas, mas encerrando o fenômeno em um único movimento, com o começo e o fim definidos pelos pólos de expulsão e de recepção. Se há o reconhecimento da interação entre esses pólos após a imigração, é muito mais como resquício dos laços rompidos do que como um novo fenômeno imigratório ou como uma continuidade natural do movimento, não menos importante e não menos dinâmico.

O conjunto de informações que as listas de bordo fornecem sobre a saída do porto de Santos no ano de 1908, a pujança dos seus números, equiparando a quantidade de saída à de entrada, bem como os números similares para os outros anos desse importante período imigratório brasileiro mostram como o refluxo é um fenômeno dinâmico e complexo que não se resume a um percurso contrário ao movimento de entrada do imigrante. Também não se pode compreendê-lo como uma retração da imigração, pois ocorre, paralelamente, à entrada de outros imigrantes.

Se a saída dos imigrantes fosse apenas uma resposta a uma determinada entrada, bastaria um cruzamento entre as listas de entrada e saída para avaliar o rescaldo. Mas os que saem não saem no mesmo conjunto e no mesmo tempo dos que entram. E, enquanto permanecem no primeiro destino, não necessariamente, têm a mesma trajetória, bem como não escolhem o mesmo destino na saída. Então, o cruzamento de listas não seria satisfatório, melhor é entender o refluxo como novos contornos dados ao destino, seja o retorno ao país de origem ou à reemigração para outros países, a partir de um perfil constatado nas listas, como um fracionamento do estudo da imigração.

Essa constatação é reforçada por outros estudos como, por exemplo, a análise de Cánovas, para o caso dos espanhóis durante o ano de 1910, onde de um total de 13.336 espanhóis entrados no Estado de São Paulo, 1.221 imigrantes eram provenientes de outros países e Estados, com destaque para Argentina e Uruguai (CÁNOVAS, 2005, pp.147 – 148). Possivelmente parte desses espanhóis já passou pelo Brasil, pois a Argentina foi um dos principais destinos na reemigração de 1908.

O dinamismo do refluxo amplia as possibilidades do movimento imigratório. Por exemplo, a imigração para o Estado de São Paulo passa a ser importante para outros países além do Brasil e do país de origem. Outras vezes, é importante para o país de origem não só pela saída como também pelo retorno. Analisando o retorno dos portugueses, Alves reitera as conclusões acima e comenta que:

[...] o retorno da emigração do Brasil terá sido importante, diminuindo o impacto do efeito da emigração, embora sem compensar os anos de 'vazio' demográfico que a respectiva ausência provocou. Se há uma imagem oficiosa baseada na ideia de que o português abandona a pátria e se dissemina pelo mundo, adaptando-se à diversidade de culturas, com elas convivendo pacificamente, também a contra-imagem do retorno a contrabalança, podendo dizer-se que, pelos escassos dados existentes, se se estabelece algum equilíbrio em termos quantitativos, com o retorno a atingir uma importância considerável, que só os autores que o procuram estudar lhe reconhecem, pois a maioria tem tendência a fixar-se essencialmente na maior visibilidade da emigração. (ALVES, 1998, p. 246).

Entre os imigrantes em refluxo, é possível diferenciar duas categorias: os retornados ao seu lugar de origem e os emigrados para outros. A reconstituição desses fluxos, bem como o perfil demográfico e econômico dos envolvidos é possível de ser feita com as listas de bordo do Arquivo do Memorial do Imigrante de São Paulo.

As listas de bordo e o universo pesquisado

As listas de bordo do porto de Santos permitem uma análise detalhada do refluxo na imigração paulista. O ano escolhido para a análise principal, 1908,

corresponde ao primeiro ano em que há documentação de listas de bordo de saída no Arquivo do Museu do Imigrante de São Paulo. Procedeu-se a coleta das informações referentes ao ano, no qual foram registrados 31.520 passageiros. Desse universo de informações, foram feitas algumas delimitações para que o objetivo da pesquisa fosse alcançado. Do número total de passageiros coletados, foram aproveitadas as informações de 95% dos passageiros. Contudo, apenas 85% correspondem à análise do refluxo e os outros 10% correspondem a passageiros de 1ª e 2ª classe e os que se deslocavam para outros Estados do Brasil, que não serão desconsiderados, mas trabalhados separadamente.

Foram excluídos os que eram brasileiros e os que por alguns motivos apresentados a seguir não foram considerados pela análise aqui como passageiros em refluxo. No entanto, corresponde a um percentual pouco significativo dentro do universo coletado (ver tabela 13).

Tabela 13 – Informações gerais dos dados coletados, porto de Santos, 1908

<i>Observações gerais</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
Refluxo (3ª classe)	26.843	85,2
Deslocamento para outros Estados (3ª classe)	2.630	8,3
Passageiros de 1ª e 2ª classes	620	2,0
Excluídos (1ª, 2ª e 3ª classes)	1.427	4,5
Total geral de passageiros listados	31.520	100,0

Obs.: O total de 1ª e 2ª classes inclui 46 passageiros que estavam se deslocando para outros Estados do Brasil.

Fonte: Listas de bordo de saída de imigrantes do Porto de Santos, Acervo do Memorial do Imigrante.

Os passageiros que se destinavam para outros Estados do Brasil, no total de 2.676 pessoas não entraram na análise total do refluxo, sendo apresentados no capítulo 5. Esses caracterizam uma migração interna e, possivelmente, deslocavam-se com mais frequência. Isso se observou pelo perfil deles, envolvidos em atividades urbanas e com predomínio de homens solteiros. Além disso, principalmente, não correspondem ao total real desse tipo de migração interna, já que a preferência eram os deslocamentos por terra.

Também foram feitas outras delimitações em função das acomodações. Os passageiros tinham três tipos de acomodações para a viagem, a primeira e a segunda classe com mais conforto e a terceira, básica, para a maioria deles. Sabe-se por fontes da época e por bibliografia secundária que a terceira classe é considerada a classe em que os imigrantes viajavam. Mas antes de analisar o perfil das acomodações nas embarcações, ou seja, a informação da classe que os passageiros viajavam, é necessário fazer algumas ressalvas quanto ao procedimento adotado pela documentação utilizada.

Observando a documentação, percebe-se um desinteresse da companhia de navegação em informar as características dos passageiros de primeira e segunda classe nas listas de bordo de saída. Por exemplo, em torno de 32% não oferecem informação do grau de parentesco e 25% não informam a idade, só demonstram preocupação em falar da atividade profissional, da nacionalidade e do destino; ao contrário da terceira classe, que dispõe de informações mais completas. Além das listas não terem muitas informações dos passageiros de primeira e segunda classe, esses também não eram somados no número total das listas. Considerou-se que tal atitude percebida na fonte era devido à preocupação do Estado brasileiro em conhecer principalmente os imigrantes que vieram para o Brasil e que, por motivos desconhecidos, deslocaram-se do país. Havia, portanto, uma avaliação do Estado de que estes passageiros não eram imigrantes, ou pelo menos, não participavam do movimento migratório que o interessava. Dessa forma, optou-se por analisar separadamente os passageiros de 1ª e 2ª classe dos imigrantes de 3ª classe. Ressalte-se que é possível o retorno na 1ª e 2ª classe de imigrantes enriquecidos, mas essa porcentagem, de qualquer modo, não seria estatisticamente significativa. O conjunto de quem viajava de 1ª e 2ª classe foi de 620 indivíduos.

O padrão das viagens dos imigrantes entrados era de terceira classe, principalmente os que se deslocaram para o Brasil. Esse também foi o padrão quando se toma o total de passageiros listados para a saída, como destaca a tabela 14. Do total de 30.093 passageiros de saída aqui considerados, em torno de 91% viajavam de terceira classe, cabendo à primeira e à segunda classe apenas 2% dos passageiros.

Tabela 14 – Passageiros listados para a saída segundo a classe da viagem, porto de Santos, 1908

<i>Classe</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
Primeira classe	321	1,1
Segunda classe	299	1,0
Terceira classe	27.416	91,1
Sem informação	2.057	6,8
Total	30.093	100,0

Obs.: Esse total não considera os excluídos, como brasileiros e não embarcados que, ao todo, somavam 1427 pessoas.

Fonte: Listas de bordo de saída de imigrantes do Porto de Santos, do Acervo do Memorial do Imigrante.

Os brasileiros que não tinham no seu núcleo familiar um estrangeiro, não foram considerados imigrantes em refluxo e também foram excluídos. Esses passageiros correspondiam a um total de 1.113 pessoas. Devido à sua nacionalidade de brasileiros não cabe considerá-los dentro da análise da imigração internacional, objeto desse trabalho.

Entre os excluídos também estão 77 artistas em trânsito, que faziam parte, principalmente, de duas companhias, a Bilharo e Rottalli e a Fregoli. Esses artistas foram indicados como 'em trânsito' nas observações das listas de bordo, razão pela qual, não foram considerados aqui como imigrantes, por ser uma categoria que se encontrava em constante deslocamento por diversas cidades e países.

As observações das listas de bordo também fazem referências a 64 passageiros que, por um motivo ou outro, não embarcaram. Para alguns passageiros não havia indicação do motivo de não embarcar, outros estavam doentes, sendo a varicela a única moléstia especificada. Também há observações indicando passageiros que compraram passagem de ida e volta e 179 passageiros que não eram passageiros em refluxo, mas em entrada no porto de Santos para baldear para outro porto do Brasil, todos estes também excluídos.

O universo pesquisado, portanto, foi de 28.666 pessoas, sendo que 26.843 eram imigrantes em refluxo, 620 passageiros de 1ª e 2ª classe e 2.630 que se deslocaram para outros Estados do Brasil. Admite-se que dentro do universo selecionado possa haver passageiros que não eram retornados ou reemigrantes por circunstâncias não constatadas, mas que não foram excluídos, porém deve tratar-se de números inexpressivos. Por exemplo, não é possível averiguar se haveria turistas estrangeiros que fariam parte dos passageiros que saíram de Santos. Contudo, estima-se pela bibliografia sobre o período que essa presença devia ser mínima, ou quase inexistente e, portanto, a não identificação e exclusão não alteram as tendências gerais que foram encontradas. Para o caso do turismo entre os portugueses, Alves confirma que:

As visitas de turismo eram, então insignificantes, sob o ponto de vista quantitativo e tinha como destino quase única a Europa, embora seja possível observar o desfile de um ou outro 'dandy' conhecido, de intelectuais cotado (Antero de Quental, Alberto Sampaio, Rodrigues de Freitas, em 1878, provavelmente para a Exposição Universal de Paris) e de alguns 'brasileiros' de retorno (ALVES, 1993, p. 204-205).

Também se esses casos existiram, provavelmente viajaram em 1ª e 2ª classe. A separação realizada entre os viajantes para outros Estados do Brasil e entre os viajantes de 1ª e 2ª classe não exclui a sua condição de imigrante, mas caracterizam outros movimentos imigratórios, com motivações e condições distintas.

Imigrantes retornados e em reemigração

A partir da compreensão do movimento de refluxo e das delimitações possíveis nas listas de bordo, passa-se aqui à análise do ano de 1908, procurando dimensionar o movimento e apontar suas vertentes - o retorno ao país de origem e a reemigração para outros países – relacionando-as às características dos imigrantes. A tabela 15 inclui a separação dessas duas vertentes do refluxo da imigração. Constatou-se um percentual mais elevado entre os retornos, por volta de 58% em comparação ao percentual de reemigrações para outros países, que esteve em

torno de 40%. Isso demonstra a disposição do imigrante em retornar a sua terra de origem, onde resgatará seus costumes, tradições, família, etc., mas também, já que a diferença não é tão acentuada, a disposição de buscar novas oportunidades em outros destinos. Esse cenário não considera e não descarta a possibilidade de que essas pessoas tenham sofrido a influência de outros fluxos imigratórios após o retorno ou a reemigração e tenham se deslocado para outros lugares.

Tabela 15 – Participação de imigrantes retornados e em reemigração, porto de Santos, 1908

<i>Tipo de refluxo</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
Retornos para terra de origem	15.753	58,7
Reemigração para outros países	10.974	40,9
Sem especificação (da nacionalidade e/ou do destino)	116	0,4
Total	26.843	100,0

Fonte: Listas de bordo de saída de imigrantes do Porto de Santos, passageiros de 3ª classe, Acervo do Memorial do Imigrante.

Observa-se que o número elevado do refluxo não significa uma decepção generalizada com a imigração, mas um movimento importante que, em parte, é uma frustração dos imigrantes em refluxo, e também em parte é a própria dinâmica da imigração na época, com um nível limitado de fixação e com um movimento contínuo em vários sentidos. Alves, por exemplo, coloca essa questão do novo deslocamento a partir do retorno:

Dos que retornam com saúde mas sem sucesso económico há ainda os que se vêem obrigados a partir de novo, seja por inadaptação social, seja por rejeição familiar, por não quererem carregar o fardo do 'insucesso' e acharem que, apesar de tudo, o Brasil ainda representa alguma oportunidade. Nos testamentos surgem alguns casos de chamada das despesas das duas viagens à conta final de partilhas, lendo-se alguma desilusão nestas situações, o que terá criado o ambiente propício à reemigração. Naturalmente que outros, com mais autonomia, preferem partir para a cidade e procurar os empregos de tipo urbano (ALVES, 1993, p. 343).

A corrente imigratória do final do século XIX e início do século XX, era composta na sua grande maioria por europeus: destacando-se italianos, espanhóis e portugueses. Contudo, além dessas nacionalidades tiveram participação importante: alemães, franceses e japoneses. Com relação ao movimento de refluxo, percebeu-se também o destaque dos italianos, espanhóis e portugueses, para os quais será realizada uma análise mais aprofundada.

Outras nacionalidades também engrossaram a corrente do refluxo pelo porto de Santos que se seguem pela seqüência de representatividade: alemães, com 1,8%; turcos, com 1,6%; russos, com 0,9 e austríacos, com 0,8. Com percentual em torno de 0,5 aparecem os árabes, os sírios e os franceses. Alguns brasileiros, a princípio, não definidos como imigrantes, foram incluídos como participantes do refluxo, por fazer parte de famílias imigrantes, que somaram 63 pessoas. Além desses imigrantes outros fizeram parte do contingente de refluxo com números reduzidos, de 28 a 14 pessoas, apresentados por ordem numérica: ingleses, húngaros, polacos, japoneses, búlgaros, argentinos, norte-americanos, gregos, belgas, suíços e holandeses. Finalmente, o grupo restante irrisório, com menos de 5 imigrantes, compunha-se de: macedônios, dinamarqueses, orientais, chilenos, suecos, canadenses, romenos, finlandeses, colombianos, mexicanos e israelitas. Dentro do universo delimitado para a pesquisa, em apenas 0,1 não constavam informações de nacionalidade.

Mais adiante, na tabela 16, verifica-se uma disposição diferente entre as principais nacionalidades no refluxo, tanto para o retorno quanto para a reemigração. O estudo comparativo é interessante porque respeita as diferenças e oferece uma visão estrutural, no qual Estado e economia interferem, independentemente, dessas diferenças. Entre as três principais nacionalidades que imigraram para São Paulo, levando em conta o retorno, os portugueses apresentam o índice de 87,8%, os italianos de 67,9% e os espanhóis de 28,8%. Constata-se assim, que a predisposição ao retorno é mais acentuada entre os portugueses e italianos e menos entre os espanhóis. Com relação à reemigração para outros países, temos então o inverso, um percentual para espanhóis, italianos e portugueses, em torno de 73,2%, 32,1% e 12,1% respectivamente, destacando a

preferência dos espanhóis em reemigrar para outros países e não retornar para a Espanha.

A predisposição maior dos espanhóis à reemigração pode ser explicada pela destinação à Argentina, tanto por ser um país próximo ao Brasil, quanto pelos fatores culturais decorrentes da colonização, como o idioma, os quais facilitaram a reemigração. Os espanhóis também tinham menos motivos para o retorno, pois esse é o período de maior imigração espanhola para o Brasil. O espanhol daqui recebia informações desfavoráveis da Espanha com os novos imigrantes que iam chegando. Já o português tinha a maior predisposição ao retorno, pois o Brasil era a principal opção entre as nações colonizadas por Portugal¹⁴.

Tabela 16 – Participação de imigrantes retornados e em reemigração segundo a nacionalidade, porto de Santos, 1908

<i>Tipo de refluxo</i>	<i>Italianos</i>	<i>%</i>	<i>Espanhóis</i>	<i>%</i>	<i>Portugueses</i>	<i>%</i>
Retorno para a terra de origem	10.101	67,9	1.420	26,8	3.905	87,8
Reemigração para outros países	4.767	32,1	3.873	73,1	536	12,1
Sem informação	5	0,0	4	0,1	6	0,1
Total	14.873	100,0	5.297	100,0	4.447	100,0

Fonte: Listas de bordo de saída de imigrantes do Porto de Santos, passageiros de 3ª classe, Acervo do Memorial do Imigrante.

O refluxo representa a perda de imigrantes que entraram no Estado de São Paulo por meio dos subsídios de transporte oferecido pelo governo estadual, frustrando o investimento público realizado. *“De 1889 a 1900, perto de 878 mil imigrantes chegaram nessa província primordialmente cafeeira, dos quais mais de três quartos eram subsidiados pelo Estado”* (KLEIN, 1994, p. 17). Contudo, por

¹⁴ Sobre os países de preferência dos espanhóis cf.: KLEIN, Herbert. *A imigração espanhola no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, p. 37, 1994. E, quanto às preferências dos portugueses cf.: PEREIRA, Miriam Halpern. *A Política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru, SP: EDUSC, p. 25, 2002.

exemplo, Klein chama a atenção para o caráter temporário dessa reemigração para a Argentina, que apresentou índices altos.

Os que partiam do Brasil, especialmente para outros destinos americanos, também podiam voltar. Não era raro que os imigrantes espanhóis vindos dos portos do Prata já tivessem experiência anterior na cafeicultura brasileira. (...) O que estava obviamente ocorrendo nesses casos é que os trabalhadores dos cafezais iam para a Argentina colher trigo e depois voltavam ao Brasil para um novo contrato como trabalhadores do café. Evidentemente, essas eram as famílias menos bem-sucedidas que pareciam incapazes de acumular economias suficientes para deixar a posição de colono, ou de lavrador sem terras. Nessa migração constante de ida e volta, houve inclusive casos de famílias que perderam contato entre seus membros (KLEIN, 1994, pp. 57 e 59).

Os portugueses também foram marcados pela imigração esporádica, como salienta a obra de Alves. Em sua dissertação, analisa os fenômenos da emigração e do retorno oitocentista privilegiando a área de forte incidência migratória no Noroeste português, a cidade do Porto, no período de 1836 a 1879 e coloca como propulsores da imigração, as conjunturas econômicas e as estratégias familiares (ALVES, 1993, p. 12). No destino a Portugal, que é predominante de portugueses, distribuído por meses do ano, apenas no mês de março há uma alteração substancial, indicando que uma parte desses imigrantes não sofreu interferência dos calendários agrícolas.

Então, para um número crescente de indivíduos, a emigração transatlântica assume uma configuração de pendularidade alargada, embora com bastante irregularidade, ao sabor de crises locais e de projectos individuais de pequenos investimentos, a que a oscilação cambial dos finais do século também não é estranha. Retorna-se do Brasil com pequenos capitais e após curtas estadias, e volta-se, de novo, ao Brasil, quando o capital se esgotou ou não se reproduziu segundo as expectativas em causa, quando o câmbio baixou de tal modo que sorveu as rendas provenientes do outro lado, ou ainda face à necessidade inesperada de novas injeções de capital em unidades agrícolas ou outros estabelecimentos (ALVES, 1993, p. 413).

Entretanto, nas nacionalidades com menor participação no refluxo a tendência era consideravelmente maior à reemigração (e não o retorno ao país de origem), com 100% entre russos, árabes, turcos, austríacos, sírios, suíços e polacos, com 85% entre os ingleses, com 76% entre os franceses e com 50% entre os alemães. O destino principal deles era a Itália, a França, a Argentina e os Estados

Unidos. Uma parte deles, possivelmente, estava aproveitando rotas mais freqüentes para baldearem e retornarem ao país de origem. Entretanto a reemigração, por exemplo, à Argentina e aos Estados Unidos, justifica-se por questões econômicas como também esses imigrantes podem ter encontrado mais dificuldades no Brasil, por participarem de colônias menores e menos consolidadas.

Na tabela 17, as diferenças entre os imigrantes nessas principais nacionalidades são apresentadas de acordo com a faixa etária e indicou o movimento de refluxo influenciado pelo mercado de trabalho. Para os italianos e espanhóis o percentual de refluxo apresentou algumas oscilações. Se entre os italianos a predominância era o retorno, conforme foi constatado na tabela 16, por faixa etária o percentual de retorno teve uma queda na faixa de 21 a 30 anos, com 55%, se comparado às outras faixas etárias que apresentavam um percentual em torno de 66% a 90% (ver tabela 17). Observa-se certo equilíbrio entre retornos e reemigrações naquela faixa, indicando uma maior reemigração na idade de maior produtividade e uma dificuldade dos italianos, para as demais faixas etárias, em se adaptar à terra estrangeira. O fato torna-se mais evidente nas idades mais avançadas, acima de 61 anos, onde o percentual de retorno era de aproximadamente 90%.

Os espanhóis tinham a maior tendência em reemigrar, apresentando índices de reemigração em torno de 68 a 78%, mas teve também leve queda do percentual de reemigrados na faixa de 61-100 anos, 60%, indicando menor propensão nas idades mais avançadas. Já a tendência entre os portugueses em refluxo era o retorno, que foi constante em todas as faixas etárias.

Tabela 17 – Retorno e reemigração por faixa etária e principais nacionalidades em porcentagem, porto de Santos, 1908

<i>Nacionalidade</i>	<i>Retorno (país de origem)</i>	<i>%</i>	<i>Reemi- gração (outros países)</i>	<i>%</i>	<i>s/i</i>	<i>Total</i>	<i>% (total)</i>	<i>% (total de imigrantes por nacionalidade)</i>
Faixa 0 –10								
Italianos	3.602	68,6	1.652	31,4	-	5.254	100	35,3
Espanhóis	388	23,1	1.289	76,9	-	1.677	100	31,7
Portugueses	789	88,7	101	11,3	-	890	100	20,0
Faixa 11 –20								
Italianos	904	66,1	463	33,9	-	1.367	100	9,2
Espanhóis	108	21,3	399	78,5	1	508	100	9,6
Portugueses	210	83,3	42	16,7	-	252	100	5,7
Faixa 21 –30								
Italianos	1.506	55,9	1.186	44,0	2	2.694	100	18,1
Espanhóis	394	29,4	942	70,4	3	1.339	100	25,3
Portugueses	1.038	86,1	165	13,7	2	1.205	100	27,1
Faixa 31 –40								
Italianos	1.639	71,0	667	29,0	1	2.307	100	15,5
Espanhóis	283	30,1	658	69,9	-	941	100	17,8
Portugueses	1.040	87,4	149	12,5	1	1.190	100	26,8
Faixa 41 –50								
Italianos	1.238	71,6	491	28,4	-	1.729	100	11,6
Espanhóis	147	26,5	408	73,5	-	555	100	10,5
Portugueses	509	90,2	54	9,6	1	564	100	12,7
Faixa 51- 60								
Italianos	751	76,9	224	22,9	2	977	100	6,6
Espanhóis	68	31,3	149	68,7	-	217	100	4,1
Portugueses	210	92,1	16	7,0	2	228	100	5,1
Faixa 61–100								
Italianos	345	90,1	38	9,9	-	383	100	2,6
Espanhóis	12	40,0	18	60,0	-	30	100	0,6
Portugueses	50	89,3	6	10,7	-	56	100	1,3
Sem informação								
Italianos	116	71,6	46	28,4	-	162	100	1,1
Espanhóis	20	66,7	10	33,3	-	30	100	0,6
Portugueses	59	95,2	3	4,8	-	62	100	1,4
Total								
Italianos	10.101	67,9	4.767	32,1	5	14.873	100	100
Espanhóis	1.420	26,8	3.873	73,1	4	5.297	100	100
Portugueses	3.905	87,8	536	12,1	6	4.447	100	100

Obs.: s/i significa sem informação.

Fonte: Listas de bordo de saída de imigrantes do Porto de Santos, passageiros de 3ª classe, Acervo do Memorial do Imigrante.

Quanto à questão da idade do retorno para os portugueses, Alves observa:

Os que passavam a vida no Brasil para voltarem velhos e ricos eram, como se vê, muito poucos, e, provavelmente, o retorno era para estes mais fruto de situações não previstas (viuvez, doença, problemas ou receio com tumultos) do que um projecto inicial. Abundam, por outro lado, os que desenvolvem um ciclo migratório relativamente curto, confirmando as palavras atrás citadas de Tabner de Moraes no Inquérito Parlamentar sobre o movimento dos que iam 'fazer' alguns anos ao Brasil e traziam pequenos capitais para melhorarem as suas 'indústrias' ou comprarem algum terreno. Estes aumentam com a crescente proporção de casados na corrente emigratória (ALVES, 1993, p. 319).

A tabela 17 indica a disposição dos portugueses a terem famílias menores e maior número de solteiros, pois o percentual das faixas de 0 a 20 chega a aproximadamente 15% a menos do que os espanhóis e os italianos; essa tendência se confirmará noutra tabela onde será analisado o agrupamento familiar.

Para as três nacionalidades em análise, em todas houve uma redução do refluxo na faixa etária de 11 a 20, entre 5 a 9 % do total de imigrantes por nacionalidade, em uma faixa etária intermediária entre faixas com média de 26%, indicando, possivelmente, que a composição familiar era predominante de casais na etapa inicial da vida familiar, com filhos até 10 anos.

As tendências de retorno e reemigração entre as principais nacionalidades estão intimamente ligadas à ocupação e aos condicionantes econômicos, bem como refletem na distribuição dos agrupamentos familiares, do nível de instrução, da religião, do gênero e da idade.

Gênero e idade

O cruzamento entre gênero e faixa etária amplia o leque de conclusões sobre o perfil econômico do refluxo. Os resultados mostraram que dos imigrantes que saíram de São Paulo em 1908, com mais de dez anos, ou seja, os imigrantes economicamente ativos, quase 70% eram do sexo masculino, cabendo às mulheres

aproximadamente 30%, como apresenta a tabela 18. Tal constatação também se assemelha ao encontrado para o caso de entrada, como foi observado por Holloway e por outros autores. Assim, a população imigrante se caracterizou pela desproporção entre os sexos nesta faixa etária tanto no momento de entrada quanto no da saída, e demonstra a tendência dos homens na busca de novas opções para trabalhar.

Sabe-se que, por tradição, o homem emigra mais, já que os usos e costumes asseguraram uma divisão sexual do trabalho, pela qual lhe são atribuídas as funções externas de produção, competindo à mulher as funções internas, o labor da casa (ALVES, 1993, p. 208).

A questão de gênero esclarece mais quando relacionada à idade. Observar a idade é buscar indicações dos percursos e expectativas dos imigrantes no movimento migratório, e ela pode ser decisiva nas opções durante a imigração, onde um jovem solteiro arrisca muito mais do que um adulto casado. Nesse sentido, a tabela 19 dá uma visão da estrutura etária segundo o sexo, salientando o predomínio dos homens em quase todas as faixas etárias.

Tabela 18 – Imigrantes em refluxo com 11 anos ou mais segundo o sexo, porto de Santos, 1908

Sexo	Total	%
Masculino	12.790	70,0
Feminino	5.397	29,6
Sem informação	73	0,4
Total	18.260	100

Obs.: Foram excluídas as crianças de 0 a 10 anos e os sem informação de idade, o total de 8.583 imigrantes.

Fonte: Listas de bordo de saída de imigrantes do Porto de Santos, passageiros de 3ª classe, Acervo do Memorial do Imigrante.

Percebe-se, pela tabela 19, um equilíbrio na quantidade de imigrantes entre os sexos nas primeiras idades (de 0 a 10), e um desequilíbrio favorável aos homens nas faixas etárias produtivas (de 11 a 60) e, por fim, nas idades avançadas, acima de 61 anos, a diferença se mantém numericamente, apesar de se aproximar

no porcentual. Os homens estão distribuídos entre as faixas etárias, com 25% na faixa de 0 a 10 anos, com 23% na faixa de 21 – 30 e 20% na faixa de 31 a 40 anos; já as mulheres se concentraram na faixa etária de 0 a 10, com aproximadamente 40%, seguida da faixa de 21 a 30 anos, com 19% e da faixa de 31 a 40 anos, com 14%. Essa comparação entre quantidades, com equilíbrio na primeira faixa etária e desequilíbrio nas demais, eleva o porcentual de mulheres na faixa de 0 a 10, o que não serve para indicar que havia muitas mulheres crianças, mas sim que havia menos mulheres adultas nas faixas produtivas. A quantidade de homens e mulheres na faixa de 0 a 10 é mais equilibrada, pois é resultado da reprodução natural. Nas demais faixas, é o mercado de trabalho que determina a tendência maior de homens. É interessante notar que estamos tratando de imigrantes em refluxo, portanto esse resultado pode ser justificado tanto como reflexo do movimento originário de vinda ao Brasil, que tinha também este perfil, como também pode ser justificado pelas novas demandas na reemigração e no retorno.

Tabela 19 – Imigrantes em refluxo pelo porto de Santos segundo faixas etárias e sexo, 1908

<i>Faixas etárias</i>	<i>Masculino</i>	<i>%</i>	<i>Feminino</i>	<i>%</i>	<i>s/i</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
0-10	4.538	25,9	3.739	40,9	36	8.313	31,0
11-20	1.465	8,4	904	9,8	15	2.384	8,9
21-30	4.141	23,6	1.770	19,2	20	5.931	22,1
31-40	3.557	20,3	1.312	14,2	20	4.889	18,2
41-50	2.194	12,5	848	9,2	8	3.050	11,4
51-60	1.088	6,2	413	4,5	7	1.508	5,6
61-70	288	1,6	118	1,3	3	409	1,5
71-80	48	0,3	27	0,3	0	75	0,3
81-100	9	0,1	5	0,1	0	14	0,1
s/i	189	1,1	72	0,8	9	270	1,0
Total	17.517	100	9.208	100	118	26.843	100

Obs.: s/i significa sem informação

Fonte: Listas de bordo de saída de imigrantes do Porto de Santos, passageiros de 3ª classe, Acervo do Memorial do Imigrante.

É alto o percentual total de imigrantes de 0 a 10 anos, em torno de 31%, reduzindo na próxima faixa etária, de 11 a 20 anos, em torno de 8%, e aumentando novamente na faixa de 21 a 30 anos, 22%. Dessa faixa em diante, o percentual de imigrantes vai decrescendo: de 31 a 40 anos (18,2%), 41 a 50 anos (11,4%), de 51 a 60 anos (5,6%) e de 61 a 100 (1,5%). A concentração na primeira faixa e a queda na segunda é o resultado mais provável de famílias recém-formadas. O que também pode ser constatado pela idade dos chefes e dos cônjuges, que se concentravam entre 20 e 40 anos com aproximadamente 60% (tabela 19).

Com relação ao predomínio dos homens, é interessante notar, se ocorre em todas as nacionalidades. Na tabela 20, observa-se a distribuição entre as principais nacionalidades. Os italianos e espanhóis apresentam percentuais próximos na distribuição por gênero, 62,9% e 64,1%, respectivamente eram homens. Já entre os portugueses, a presença masculina é mais acentuada, 73,9% de homens. Outra constatação interessante é que, quando comparado o sexo entre as nacionalidades, não há alteração significativa entre as principais nacionalidades e as demais. Ou seja, mesmo sem receber subsídios que privilegiasse a vinda de homens, entre as nacionalidades com menor participação a condição feminina restringia a imigração.

Tabela 20 – Imigrantes em refluxo pelo porto de Santos segundo o sexo e a nacionalidade, 1908

<i>Sexo</i>	<i>Italianos</i>	<i>%</i>	<i>Espanhóis</i>	<i>%</i>	<i>Portugueses</i>	<i>%</i>
Masculino	9.360	62,9	3.396	64,1	3.286	73,9
Feminino	5.467	32,8	1.884	35,6	1.138	25,6
Sem informação	46	0,3	17	0,3	23	0,5
Total	14.873	100	5.297	100	4.447	100

Fonte: Listas de bordo de saída de imigrantes do Porto de Santos, passageiros de 3ª classe, Acervo do Memorial do Imigrante.

A discrepância do percentual entre as faixas etárias 0-10 e 11-20 anos não permite uma montagem de pirâmide. Pode-se aventar como hipótese de tal

realidade, a falsificação de idade, devido à fuga do serviço militar, a diminuição do pagamento da passagem de viagem, entre outros. A tabela 21 mostra o percentual de passageiros em refluxo, com idade de 0 a 10, comparados com o total de passageiros em refluxo. Se a hipótese aventada fosse verdadeira, ocorreria uma concentração na idade de 5 e 10 anos, idades com possíveis arredondamentos.

Tabela 21 – Percentual de crianças saídas pelo porto de Santos segundo a idade (de 0 a 10 anos), 1908

<i>Idades</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
0 (menos de 1 ano)	1.711	6,4
1	641	2,4
2	633	2,4
3	913	3,4
4	1.232	4,6
5	965	3,6
6	195	0,7
7	306	1,1
8	468	1,7
9	650	2,4
10	599	2,2
Total (faixa etária de 0-10)	8.313	31,0
<i>Total (refluxo)</i>	26.843	100,0

Fonte: Listas de bordo de saída de imigrantes do Porto de Santos, passageiros de 3ª classe, Acervo do Memorial do Imigrante.

As informações sobre crianças suscitam a dúvida quanto ao local de nascimento dos imigrantes em refluxo de 0 a 10 anos. Apesar das listas de bordo informar as crianças com nacionalidade estrangeira, isso pode ser uma estratégia para facilitar a burocracia e o deslocamento. Entre eles, há a predominância nas menores idades e o equilíbrio natural entre sexos, enquanto que, nas demais faixas etárias, há uma preponderância do sexo masculino, possivelmente, pela maior predisposição ao trabalho braçal e pela preferência do contratador. O equilíbrio dos gêneros quer dizer que não foram afetados pela tendência do mercado de trabalho e o índice de crianças que ainda não completaram um ano de idade, em torno de 6% sobre o total do refluxo, indica que esses, provavelmente, nasceram no Brasil, pois a viagem era longa e cara. Quanto aos demais de 0 a 10, não é possível afirmar que

são todos eles filhos de estrangeiros nascidos no Brasil, como também não é possível afirmar que são estrangeiros nascidos fora do Brasil, pois essas famílias podem estar neste país há vários anos. Provavelmente, há uma distribuição entre as duas condições, o que é relevante, pois o conjunto de 0 a 10 anos representa 31% do total de imigrantes em refluxo. Entretanto, para a análise do refluxo eles são considerados, pois estão inseridos em núcleos familiares envolvidos nos problemas e motivações do movimento imigratório.

A opção por grupos familiares nas políticas imigratórias em São Paulo não impediu o predomínio de homens nas faixas etárias produtivas. É possível esta constatação no movimento de refluxo, quando já são poucos os recursos públicos para o deslocamento das pessoas. Outra constatação foi o destaque das crianças até 10 anos, fora da idade produtiva, e realçando o envolvimento da família no retorno e reemigração.

Grupos familiares

Sabe-se que, a partir de 1880, os imigrantes passaram a ser a principal fonte de mão-de-obra para o trabalho na cultura cafeeira paulista e que, devido ao subsídio, parte significativa desse grupo compunha-se de famílias, devido às exigências do próprio Estado, com vistas à fixação desses imigrantes.

Essa política reflete-se na saída do imigrante; analisando o grau de parentesco, percebe-se um alto índice de pessoas com vínculo. Tal constatação é importante para indicar um grupo imigrante que buscava oportunidades, acompanhados de sua família. Apesar da imigração em família ser também um indício da predisposição em fixar-se na terra estrangeira, a elevada quantidade no refluxo e a constatação de que ocorreu principalmente com núcleos familiares, indicam que a família não foi suficiente para garantir a fixação de todos. Por outro lado, pode ter impedido o refluxo definitivo, pois o grupo familiar em refluxo, nem sempre, estava com todos os membros. Cônjuge, filhos e outros podem ter ficado no

Brasil no momento do retorno ou estarem no país de origem ou em outros países aguardando a chegada do grupo familiar.

A composição da família era, na sua maioria, o casal ou o casal com filhos solteiros ou um dos cônjuges com os filhos, aparecendo poucos casos com a presença de outros familiares, como irmãos, tios, avós, pais, e outros parentes, que podem ser constatado a partir da tabela 22, ou seja, essas unidades familiares que saíam do Estado de São Paulo, correspondem ao mesmo perfil das unidades familiares que entraram.

As unidades familiares recém-chegadas que, como tais, tiveram seus dados arrolados nos Passaportes, nas Listas de Navios, nas Matrículas de Imigrantes, que se destinavam às fazendas de café, na sua grande maioria, eram de origem agrária, caracterizavam-se como famílias nucleares. Isto é, eram formadas só pelo casal ou pelo casal com filhos solteiros ou ainda por um dos cônjuges que migrava com todos ou com algum (ns) de seu (s) filho (s). Tinham em média 4 a 5 elementos. Aquelas que não correspondiam à composição descrita anteriormente traziam em seu núcleo: o pai e/ou a mãe do chefe, o mais comum; raras vezes, o filho casado, nora e netos ou sobrinhos do chefe; quase nunca filhas casadas ou mesmo sogro ou sogra do chefe (BASSANEZI, 1999, p. 170).

O grupo familiar era em torno de 53% incluindo chefe, cônjuge e filhos. Quanto aos imigrantes que viajavam sozinhos, que podem ser casados ou solteiros, mas que na viagem não estavam acompanhados pela família, o percentual é de 17,2%, como mostra a tabela 22. Também, às vezes, o indivíduo vai sozinho até o país de retorno ou reemigração porque não tem como pagar a passagem da família toda, assim sua família no Brasil não permite que essa viagem seja definitiva. Além disso, é interessante comentar que o retorno do sozinho pode não corresponder a um projeto individual, mas estar ligado a uma estratégia familiar, em que um dos membros da família, principalmente o homem, migrou para trazer a família posteriormente, ou no caso aqui tratado, retornar ou reemigrar junto com os seus familiares, sendo sua permanência no Estado apenas para adquirir um pecúlio.

En realidad, esa imagen de un tipo de inmigración compuesta por hombres solos en muchos casos casados y con elevada expectativa de retorno coincidiría con el modelo que para el caso gallego propusiera José Moya a partir de su análisis de tres microcasos: Finisterre, Corcubión y Zas. Ello no debería sin embargo exagerarse, como otros estudios sobre el caso gallego han revelado, ya que la migración en cadena también fue significativa allí y,

por lo demás, es bastante habitual en el contexto transatlántico sudeuropeo que migrantes que en su inicio tenían un proyecto tendencialmente temporario llevasen luego a sus familias, convirtiendo el movimiento en permanente (DEVOTO, 1996, pp. 492-494).

Tabela 22 – População em refluxo conforme grau de parentesco, porto de Santos, 1908

<i>Grau de parentesco</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
Chefe de família	4.394	16,4
Cônjuge do chefe	2.458	9,2
Filho (a) do chefe	7.498	27,9
Pai do chefe	06	0,0
Mãe do chefe	25	0,1
Irmão (ã) do chefe	134	0,5
Neto (a) do chefe	23	0,1
Cunhado (a) do chefe	25	0,1
Familiares do chefe	37	0,1
Acompanhante	05	0,0
Parentesco não identificado com o chefe	3.089	11,5
Sozinho	4.621	17,2
Sem informação	4.528	16,9
Total	26.843	100,0

Obs.: Entre os familiares do chefe estão primos (as), tios (as), avôs (avós), sobrinhos (as), sogros (as) e genros (noras).

Fonte: Listas de bordo de saída de imigrantes do Porto de Santos, passageiros de 3ª classe, Acervo do Memorial do Imigrante.

Percebeu-se uma perspectiva distinta entre as famílias de acordo com a nacionalidade ao se levar em conta às faixas-etárias. Com relação à reemigração entre os espanhóis, conforme analisado pelas listas de bordo do porto de Santos, as crianças se encontram com porcentual mais elevado, 76,9%, acima dos 70,4% do total de 21 a 30 anos, indicando que a união a laços familiares não era um empecilho a essa nacionalidade, pois a existência de crianças não levava mais a um retorno, na hipótese de um conforto maior na terra natal, pelo contrário, proporcionalmente, as famílias espanholas com mais crianças é que tendiam mais à

reemigração e não ao retorno. O espanhol, com família em formação, sujeitou-se mais a um novo destino no refluxo, talvez porque o seu destino predominante fosse a Argentina, que não apresentava muitas dificuldades de adaptação, diferentemente do que foi constatado entre os italianos, onde para a reemigração há 31,4% do total de 0 a 10 anos, inferior aos 44,0% do total de 21 a 30 anos, com maior tendência a reemigrar em grupos adultos. O que é reforçado pelo seu índice total de crianças de 0 a 10 em refluxo: 35,3%. Entre os portugueses constata-se a mesma tendência dos italianos, quanto à maior tendência ao retorno em grupos com mais crianças de 0 a 10.

Ainda quanto às crianças portuguesas, observou-se também um percentual menor de crianças (de 0 a 10 anos) do total de refluxo, que é somatória de reemigração e retorno, com 20,0%, comparado com o índice dos italianos, 35,3%, e os espanhóis, 31,7%; e o mesmo na faixa etária de 11 a 20 anos, os portugueses com 5,7% e os italianos e espanhóis com 9,2% e 9,6%, respectivamente. Os portugueses têm um maior percentual nas faixas produtivas e isso é reflexo do número maior de portugueses que viajavam sozinhos, como será constatado posteriormente, pois havia uma maior facilidade dos portugueses imigrarem para o Brasil, motivados por relações comerciais e do poder público, com mais freqüência entre os dois países, ou parentesco com outros portugueses aqui residentes, etc., onde no retorno também predominou o imigrante sozinho. Por fim, constatara-se para todas as nacionalidades um aumento do retorno nas idades mais avançadas, 61 a 100 anos.

Interessa também averiguar como o parentesco variou entre as diversas nacionalidades em refluxo e também importa analisar se há o predomínio entre os reemigrados de pessoas viajando sozinhas, o que indicaria a dificuldade do conjunto familiar em reemigrar. A tabela 23 aponta os números absolutos para cada nacionalidade quanto ao grau de parentesco dos que estavam envolvidos em refluxo, trazendo, também o percentual de cada nacionalidade com relação ao número total de refluxo. Salienta assim a seqüência das nacionalidades de maior número de imigrantes, italianos, espanhóis e portugueses, e mostra em seguida, outras nacionalidades envolvendo um número menor de pessoas.

Tabela 23 – Parentesco dos imigrantes em refluxo pelo porto de Santos segundo a nacionalidade, 1908

<i>nacionalidade</i>	<i>Chefe</i>	<i>%</i>	<i>Cônjuge do chefe</i>	<i>%</i>	<i>Filho (a) do chefe</i>	<i>%</i>	<i>Demais parentes (*)</i>	<i>%</i>	<i>Parentesco (não identificado)</i>	<i>%</i>	<i>Só</i>	<i>%</i>	<i>s/i</i>	<i>%</i>	<i>%</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
Italiana	2.510	16,9	1.519	10,2	4.571	30,7	145	1,0	2.199	14,8	1.809	12,2	2.120	14,3	100	14.873	55,4
Espanhola	961	18,1	492	9,3	1.555	29,4	55	1,0	515	9,7	934	17,6	785	14,8	100	5.297	19,7
Portuguesa	601	13,5	278	6,3	890	20,0	25	0,6	208	4,7	1.312	29,6	1.133	25,4	100	4.447	16,6
Alemã	76	15,5	40	8,2	111	22,7	4	0,8	18	3,7	124	25,4	116	23,7	100	489	1,8
Turco	64	14,3	24	5,4	54	12,1	-	-	50	11,2	100	22,4	154	34,5	100	446	1,7
Russa	43	18,1	28	11,8	79	33,3	5	2,1	26	11,0	39	16,5	17	7,2	100	237	0,9
Austríaca	35	16,5	19	9,0	55	25,9	2	0,9	10	4,7	43	20,3	48	22,6	100	212	0,8
Síria	17	11,9	9	6,3	23	16,1	6	4,2	2	1,4	45	31,5	41	28,7	100	143	0,5
Árabes	21	14,7	13	9,1	20	14,0	5	3,5	7	4,9	58	40,6	19	13,3	100	143	0,5
Inglesa	7	13,0	5	9,3	14	25,9	-	-	-	-	14	25,9	14	25,9	100	54	0,2
Brasileira	-	-	1	7,7	49	77,8	-	-	13	20,6	-	-	-	-	100	63	0,2
Americana	1	4,5	1	4,5	1	4,5	-	-	1	4,5	12	54,6	6	27,3	100	22	0,1
Argentina	2	8,0	-	-	-	-	1	4,0	6	24,0	11	44,0	5	20,0	100	25	0,1
Outros	52	14,3	29	8,0	69	19,0	7	1,9	34	9,4	119	32,8	53	14,6	100	363	1,4
s/i	4	13,8	-	-	7	24,0	-	-	-	-	1	3,5	17	58,6	100	29	0,1
Total	4.394	14,4	2.458	9,2	7.498	27,9	255	1,0	3.089	11,5	4.621	17,2	4.528	16,9	100	26.843	100

Obs.: s/i significa sem informação

(*) Entre os demais parentes estão incluídos pais, irmãos, avós, primos, sogros, tios e cunhados, além desses parentes foram incluídos os acompanhantes, por ser um universo pequeno de 5 imigrantes.

Fonte: Listas de bordo de saída de imigrantes do Porto de Santos, passageiros de 3ª classe, Acervo do Memorial do Imigrante.

Assim, distribuindo-se a população em refluxo, pode constatar-se a presença de alemães e turcos, com percentual de quase 2% e, em seguida, nacionalidades com menos de 1%, árabes, russos, austríacos, sírios, ingleses, brasileiros, americanos, argentinos, entre outros.

A comparação entre a coluna do chefe da família e a que indica quem estava viajando sozinho, na tabela 23, não é suficiente para definir se os imigrantes em refluxo tendiam mais a viajar sozinhos ou, se em suas viagens levavam consigo os seus familiares, pois o chefe é apenas uma das pessoas do grupo familiar. Assim, para a análise somaram-se todos os componentes do grupo familiar e observou-se que há algumas diferenciações entre as nacionalidades com relação à composição familiar.

Os italianos, somando o chefe aos cônjuges, filhos, demais parentes e os que não identificaram o grau de parentesco o universo da família é de 73,6%, contra 12,2% de sozinhos. O mesmo pode ser observado para os espanhóis, para os quais 17,6% eram sozinhos contra um grupo familiar representando 67,5% do total dessa nacionalidade. Já, no caso dos portugueses, o índice de composição familiar mostrou-se menor, 45,1% e de sozinhos, o índice apresentou-se maior que essas nacionalidades, 29,6%, podendo, ainda, ser elevado ao considerar parte dos sem informação. Esse perfil dos portugueses segue o verificado também para as nacionalidades menores. Entre essas nacionalidades, o percentual de grupos familiares esteve abaixo de 57%, pela seguinte seqüência de nacionalidades com maior composição familiar: austríacos, sírios, alemães, ingleses, árabes, turcos, argentinos e americanos. A única exceção foi os russos com 76,3% de grupos familiares.

O percentual de chefes e cônjuges foi aproximado entre as nacionalidades, com destaque para os russos, italianos e espanhóis com maior participação de casais no agrupamento familiar. Com relação aos filhos, percebeu-se que para as principais nacionalidades em refluxo, o percentual apresentou-se mais elevado que o dos outros componentes da família, chefes, cônjuges, demais parentes e os que não tinham parentesco identificado. Entre os italianos e espanhóis, o número de filhos foi superior ao número de pessoas que viajaram

sozinhas, o mesmo não ocorreu com os portugueses, devido ao número reduzido de famílias com filhos, o que confirma a tabela 23. Pelo percentual, russos, italianos, espanhóis eram pela seqüência, as nacionalidades que apresentaram maior número de filhos.

Como comentado, destacou-se o pequeno índice de demais parentes, mas que poderia ser maior já que muitos dos acompanhantes não identificaram seu parentesco. Percebeu-se entre os italianos núcleos familiares com maior percentual de imigrantes com grau de parentesco não identificado, em torno de 15%, contra 9,7% para os espanhóis e 4,7% para os portugueses. Simultaneamente, verificou-se também, laços de família mais estendidos entre os italianos pela porcentagem maior de chefes com cônjuges e maior média de filhos. Quer dizer que, na saída do Brasil, os grupos familiares italianos eram maiores, e a sua estratégia para a imigração, em núcleos familiares, permaneceu no refluxo. Entre os espanhóis, há um padrão de refluxo peculiar: um percentual elevado de imigrantes ligados a famílias, mas famílias com menor número de agregados, como familiares sem identificação, 9,7%. São famílias grandes, com um elevado percentual de cônjuges e filhos, mas poucos agregados (tabela 23). Considerando que o destino predominante dos espanhóis era a Argentina, uma viagem mais curta e possivelmente sazonal e reiterada, o refluxo não importava em um deslocamento complexo e que estimulasse a viagem em grupos maiores. Enfim, constata-se, com base nas lista de bordo, que a maioria dos familiares com grau de parentesco não identificado era crianças de 0 a 10 anos, com 53,5%. Provavelmente, filhos que não tiveram essa condição informada.

Entre as outras nacionalidades, há um baixo percentual de imigrantes ligados ao chefe com laços sem especificação, em torno de 5% para portugueses, alemães, árabes, austríacos, americanos, mas 11% para turcos e russos. Porém é mais elevado entre essas nacionalidades o número de casos sem informação, como os portugueses, em torno de 25%, os alemães, 24%, os ingleses, 26%, os austríacos, 29%, os americanos, 27%, e, com maior destaque, para nacionalidades islâmicas, como os turcos, 35% e os sírios, 29%. Essas nacionalidades são também as nacionalidades com o maior percentual de sozinhos. Outras constatações, ao longo da análise, também demonstram que o perfil do refluxo das nacionalidades

com maior volume é diferente das nacionalidades menores, à exceção dos portugueses, parecidos com os menores e dos russos, parecidos com as maiores. Isso, em parte, é explicado porque o subsídio privilegiou um perfil de imigrante e reflete também no refluxo.

Entre as nacionalidades com menor quantidade, verificam-se os maiores percentuais de refluxo sozinhos, por não participarem de grandes movimentos imigratórios com ações públicas de fomento e formação de grandes colônias. Também entre eles temos percentuais elevados de imigrantes sem informação quanto ao vínculo familiar, como já constatado acima, assim se observou que há uma relação entre os sozinhos e os sem informação, reforçando a conclusão de que são nacionalidades com menos grupos familiares.

A nacionalidade que se mostrou diferenciada foi a russa. Apesar de ter uma quantidade menor de imigrantes e não participar de uma política pública de imigração, ela tinha um perfil mais próximo das nacionalidades mais numerosas, como os italianos e os espanhóis. Entre os russos, temos uma menor quantidade de refluxo sozinho e uma maior média de filhos dos chefes, 33,3% (tabela 23), temos a predominância de pessoas com ocupação ligada à agricultura e o nível de instrução equiparado entre analfabetos e alfabetizados, condições não verificadas em outras nacionalidades, como os franceses, os alemães e os austríacos.

Enfim, destacou-se o refluxo de grupos familiares em todas as nacionalidades, mas também com participação importante dos sozinhos. Essas caracterizações podem sofrer alterações devido aos imigrantes que estavam sem informação. Entre os portugueses, destaca-se a quantidade de imigrantes sem informação, com o percentual elevado de 25,5%, (tabela 23), que soma quase o dobro de chefes, enquanto, entre os italianos, esse número é equivalente aos chefes e entre os espanhóis chega a ser menor. Esses, sem informação, podem tanto estarem viajando em família como sozinhos, o que amplia mais o elevado percentual de sozinhos entre os portugueses.

Separando os agrupamentos familiares por nacionalidade e categorias, percebeu-se o predomínio de casais e filhos da mesma origem, em torno de 40%. Seguem-se 17% de famílias incompletas, com o pai ou a mãe e os filhos da mesma

nacionalidade. Para os demais chamam atenção os agrupamentos familiares com chefes solteiros e familiares sem identificação, com chefes solteiros que estavam acompanhados por seus filhos e por alguns grupos familiares com nacionalidades diferentes. A imigração é um fator de desagregação familiar, mas considerando o movimento do refluxo, essa consequência resulta em uma teia onde os que ficaram para trás estão tanto no país de origem, quanto nos outros lugares em que os imigrantes vão passando.

Há casos de famílias mistas entre os agrupamentos familiares em refluxo, o que pode também ser observado pela presença de 63 brasileiros como cônjuge, filhos e parentes. Mas eram poucas essas famílias mistas, que tinham membros de nacionalidades diferentes, apenas aproximadamente 1,0%. Além de viverem aqui em colônias, com a perspectiva do retorno, os imigrantes adotaram a estratégia da mesma nacionalidade com relação à escolha do parceiro, para aqueles que se casavam no Brasil. Essa escolha devia ser devido a vários fatores, entre outros, facilitar um novo deslocamento.

A imigração tida como temporária, é um outro fator apontado na literatura para direcionar os casamentos com parceiros ou parceiras da mesma nacionalidade. Um possível retorno seria facilitado se ambos os cônjuges fossem originários do mesmo local. Querendo permanecer ou retornar, 'os jovens imigrantes que desejavam se casar buscavam uma parceira no seio da colônia, mesmo porque se pensava que com pessoas do seu grupo poderiam viver de maneira mais próxima àquela que estavam acostumados, e por isso freqüentavam locais onde podiam encontrar conterrâneos' (BASSANEZI, 1996, p. 21).

A tabela 24 analisa o grau de parentesco segundo o estado conjugal dos imigrantes em refluxo. A partir dela, constatou-se que os chefes das famílias são predominantemente casados, com o percentual de 84,3%, sendo os demais solteiros ou viúvos em uma participação de 12,3% e 3,2% respectivamente. Entre os filhos do chefe, 99% eram solteiros. Muitos imigrantes foram acompanhados de outros parentes predominando, entre eles os solteiros, com 63,5%, assim como integrantes sem parentesco identificado, entre os quais 81,5% eram solteiros.

Quanto ao imigrante sozinho, que buscava na reemigração e retorno novas oportunidades, eram na maioria solteiros, em torno de 66%, mas a quantidade de casados emigrando sozinhos, 31%, era elevada, considerando que registraram o

vínculo familiar junto às autoridades do porto. Esse número pode ser explicado por imigrantes temporários, seja retornando de uma imigração temporária no Brasil e retornando ao seio da família, ou partindo para outra imigração também temporária por deixar aqui no Brasil a sua família. Para esses imigrantes, já se pressupõe que essa imigração não é um movimento definitivo. Em parte, também pode ser explicada por um universo de viajantes que inclui passeios, negócios e pendências e que não caracteriza a imigração. Mas a tendência geral é de que casados viagem com suas famílias e solteiros, viagem sozinhos.

Tabela 24 – Imigrantes em refluxo por parentesco e estado conjugal, porto de Santos, 1908

<i>Grau de parentesco</i>	<i>Solteiro</i>	<i>%</i>	<i>Casado</i>	<i>%</i>	<i>Viúvo</i>	<i>%</i>	<i>s/i</i>	<i>%</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
Chefe	539	12,3	3.705	84,3	141	3,2	9	100	4.394	16,3
Cônjuge	-	-	2.459	100	-	-	-	100	2.459	9,2
Filho	7.418	98,9	51	0,7	-	-	29	100	7.498	27,9
Demais parentes	162	63,5	63	24,7	27	10,6	3	100	255	1,0
Sem Parentesco identificado	2.516	81,5	500	16,2	59	1,9	14	100	3.089	11,5
Sozinho	3.030	65,6	1.413	30,6	153	3,3	25	100	4.621	17,2
Sem informação	2.772	61,2	1.554	34,3	158	3,5	43	100	4.527	16,8
Total	16.437	61,2	9.745	36,6	538	2,0	123	100	26.843	100

Obs.: s/i significa sem informação.

Fonte: Listas de bordo de saída de imigrantes do Porto de Santos, passageiros de 3ª classe, Acervo do Memorial do Imigrante.

A tabela 25 dispõe as famílias pelo grau de parentesco e faixas etárias. Os chefes se concentravam na idade produtiva, com índices em torno de 26% para os que se encontravam na faixa de 21 a 30 anos e 33% na faixa de 31 a 40 anos. De 41 anos acima, o percentual de chefes declinou assim como os cônjuges, filhos, demais parentes e os imigrantes com parentesco não identificado.

Chama a atenção o fato da presença de 2 chefes com 10 anos em refluxo, o que pode indicar um erro de anotação, mas também poderia corresponder a casos reais. Desses 2, um era italiano responsável por 3 irmãos de 7, 4 e 2 anos

que se dirigiam à Gênova e estavam indicados como indigentes. O outro caso, também corresponde a um italiano, estava acompanhado de duas crianças, uma criança de 5 e outra de 4 anos, mas que não tinham especificação do grau de parentesco, identificados como negociantes e com destino à Buenos Aires.

Tabela 25 – Famílias imigrantes em refluxo por faixas etárias, porto de Santos, 1908

<i>Faixas etárias</i>	<i>Chefe</i>	<i>%</i>	<i>Cônjuge</i>	<i>%</i>	<i>Filho</i>	<i>%</i>	<i>Demais parentes</i>	<i>%</i>	<i>Sem Parentesco identificado</i>	<i>%</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
0-10	2	0,0	-	-	6.314	84,2	69	27,0	1.654	53,5	8.039	45,4
11-20	129	2,9	139	5,6	925	12,3	42	16,4	412	13,4	1.647	9,3
21-30	1.166	26,5	843	34,3	196	2,6	50	19,6	467	15,2	2.722	15,4
31-40	1.468	33,4	769	31,2	21	0,2	29	11,3	219	7,1	2.506	14,2
41-50	972	22,1	480	19,5	4	0,1	29	11,3	149	4,8	1.634	9,2
51-60	491	11,1	174	7,0	2	0,1	25	9,8	104	3,3	796	4,5
61-100	137	3,1	44	1,7	-	-	9	3,5	52	1,7	242	1,4
s/i	29	0,6	9	0,3	36	0,5	2	0,8	32	1,0	108	0,6
Total	4.394	100	2.458	100	7.498	100	255	100	3.089	100	17.694	100

Obs.: s/i significa sem informação. Foram excluídos os imigrantes sozinhos os que não tinham informação do grau de parentesco, pois o objetivo é apresentar os grupos familiares e sua composição.

Fonte: Listas de bordo de saída de imigrantes do Porto de Santos, passageiros de 3ª classe, Acervo do Memorial do Imigrante.

Assim como os chefes, os cônjuges também se concentravam na faixa etária produtiva, de 21 a 40 anos, mostrando, porém, uma distribuição um pouco mais jovem. No caso dos filhos, 84% agrupavam-se na faixa etária de 0 a 10 anos, cabendo aos da faixa etária de 11 a 20 anos uma participação de 12% e para as demais faixas declinando. Isso evidencia um grande número de filhos pequenos fazendo parte dos grupos familiares em refluxo e a disposição desses grupos nesse novo deslocamento mesmo com a presença de crianças. Para os demais parentes, onde foram agrupados primos (as), tios (as), avôs (avós), sobrinhos (as), sogros (as) e genros (noras), a concentração também está na faixa etária de 0 a 10 anos. Da mesma forma, são elevados nessa faixa os imigrantes com parentesco não identificado, 53,5%. Constata-se que o total de 8.039 crianças de 0 a 10 anos

representava 45,4% do refluxo com vínculo familiar (no total do refluxo, incluindo imigrantes com ou sem vínculo familiar, as crianças representavam 30%). As crianças eram numericamente o principal grupo em refluxo e sua presença deve ter interferido nas decisões da imigração. Evidencia-se que não só a economia ditava o refluxo como também questões familiares e sociais, indicado pela presença de parentes que compunham a família, mas não faziam parte do núcleo familiar principal, e não estavam em faixa etária produtiva.

Fazendo a análise dos grupos familiares separando-os entre retornados e reemigrados e também entre as principais nacionalidades, a tabela 26 possibilitou constatar para os italianos que o movimento de retorno foi dominante, tanto nos grupos familiares quanto entre os imigrantes sozinhos, superando em dobro o movimento de reemigração.

Tabela 26 – Imigrantes por tipo de refluxo e agrupamento familiar, porto de Santos, 1908

<i>Nacionalidades</i>	<i>Grupos familiares</i>	<i>%</i>	<i>Sozinhos</i>	<i>%</i>	<i>s/i</i>	<i>%</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>	
<i>Italianos</i>									
	Retorno	7.441	68,0	1.225	67,7	1.435	67,7	10.101	67,9
	Reemigração	3.501	32,0	583	32,2	683	32,2	4.767	32,1
	Sem informação	2	-	1	0,1	2	0,1	5	-
	Total	10.944	100	1.809	100	2.120	100	14.873	100
<i>Espanhóis</i>									
	Retorno	834	23,3	327	35,0	259	33,0	1.420	28,8
	Reemigração	2.744	76,7	604	64,7	525	66,9	3.873	73,2
	Sem informação	-	-	3	0,3	1	0,1	4	-
	Total	3.578	100	934	100	785	100	5.297	100
<i>Portugueses</i>									
	Retorno	1.783	89,0	1.118	85,2	1.004	88,7	3.905	87,8
	Reemigração	217	10,8	192	14,6	127	11,1	536	12,1
	Sem informação	2	0,1	2	0,2	2	0,2	6	0,1
	Total	2.002	100	1.312	100	1.133	100	4447	100

Obs.: s/i significa sem informação.

Fonte: Listas de bordo de saída de imigrantes do Porto de Santos, passageiros de 3ª classe, Acervo do Memorial do Imigrante.

Quanto aos espanhóis, houve maior preferência para a reemigração do que o retorno nos grupos familiares, tendência que se mantém entre os sozinhos, em menor intensidade. Possivelmente, os sozinhos retornados são imigrantes que mantêm um maior contato com a terra natal e podem até fazer o percurso várias vezes. Quanto aos agrupamentos familiares que preferiram a reemigração, pode-se pensar que indicam uma opção mais clara em constituir vida nova na terra estrangeira.

No conjunto, os portugueses tendiam significativamente mais ao retorno tanto nos grupos familiares como nos emigrantes sozinhos. Entre os lusitanos, há uma porcentagem maior de sozinhos, 29,5%, se comparado aos italianos, 12,2%, e aos espanhóis, 17,6%.

A historiografia já apontou que os italianos e os espanhóis tendiam a viajar em grupo, e para os portugueses, com tendência ao retorno, o grupo familiar era um limitador. O retorno sozinho, muitas vezes, pode ser explicado por alguma estratégia familiar, para buscar herança, a aquisição de pecúlio e o correspondente retorno à família, a ocorrência de doença e morte entre os familiares no país de origem, etc. Mas, a diferença entre as principais nacionalidades mostra que estas casualidades não foram suficientes para orientar o refluxo em geral, assim como também não diferenciaram a reemigração com mais imigrantes sozinhos nessa categoria, à exceção dos portugueses. Em certa medida, o retorno também representa uma reemigração, quando, possivelmente, esse imigrante encontrará, na terra natal, algumas condições tão adversas quanto em outra terra estrangeira.

Analisando a quantidade de filhos entre as nacionalidades, percebeu-se que para o refluxo destacaram-se os grupos familiares com 1 e 2 filhos, principalmente entre portugueses e espanhóis, nos quais comparecem 1 e 2 filhos em 47% dos grupos familiares. Contudo, entre os italianos esse percentual chega apenas a 31%, pois entre os italianos registra-se um número maior de filhos; 33,6% dos grupos familiares italianos viajavam com 3 a 6 filhos e 2,4% com 7 a 10 filhos (ver tabela 27). Também, destacou-se a presença de grupos familiares sem filhos: 36,2% para as famílias italianas, 28,5% para as espanholas e 31,7% para as portuguesas.

A saída não corresponde ao tamanho das famílias estabelecidas aqui no Brasil.

Para o Estado de São Paulo como um todo, nos anos de 1908 a 1936, a família italiana tinha um tamanho médio de 4,1 pessoas. A portuguesa e a espanhola que dominaram a imigração nas duas primeiras décadas do século XX tinham em média 3,7 e 5,1 pessoas respectivamente e as japonesas 5,4 (Klein, 1986). (BASSANEZI, 1996, p. 172).

Tabela 27 – Grupos familiares em refluxo pelo porto de Santos segundo o número de filhos, 1908

<i>Nº. de filhos</i>	<i>Italianos</i>	<i>%</i>	<i>Espanhóis</i>	<i>%</i>	<i>Portugueses</i>	<i>%</i>
1 e 2	794	31,7	448	46,7	282	47,1
3 a 6	730	33,6	171	17,8	87	14,5
7 a 10	61	2,4	14	1,5	4	0,7
Sem filhos	925	36,2	275	28,5	191	31,7
Total	2.510	100	961	100	601	100

Fonte: Listas de bordo de saída de imigrantes do Porto de Santos, passageiros de 3ª classe, Acervo do Memorial do Imigrante.

Entre as nacionalidades com menos participação, o perfil de refluxo é o seguinte: as famílias russas e os austríacas viajaram com mais de dois filhos e as alemãs, turcas e francesas viajaram mais com 1 e 2 filhos.

Os imigrantes sozinhos em refluxo se concentravam na idade produtiva, de 21 a 40 anos, sendo a maior parte homens, mas era proporcional a distribuição dessas faixas etárias dentro de cada gênero. Entre todos os sozinhos, as mulheres correspondem a apenas 10,2%, já para o total de refluxo, as mulheres correspondem a 34%, indicando que as mulheres viajavam proporcionalmente mais acompanhadas do que sozinhas se comparadas aos homens (tabela 28).

Entre os imigrantes em refluxo que viajavam sozinhos, notaram-se 10 crianças na faixa etária de 0 a 10 anos; com quem ficava a responsabilidade dessas crianças? Entre os possíveis responsáveis estavam os comandantes e os consulados. No caso do movimento de entrada dos portugueses, Pereira comenta que *“a tutela de menores era entregue aos engajadores, a quem os pais davam por*

vezes tal liberdade de atribuições nas procurações, que representava uma autêntica alienação dos filhos” (PEREIRA, 2002, p. 42).

Tabela 28 – Imigrantes sozinhos em refluxo pelo porto de Santos segundo faixas etárias e sexo, 1908

<i>Faixas etárias</i>	<i>Masculino</i>	<i>%</i>	<i>Feminino</i>	<i>%</i>	<i>s/i</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
0 – 10	9	0,1	1	0,2	-	10	0,2
11 – 20	330	8,0	39	8,3	4	373	8,1
21 – 30	1.577	38,3	181	38,4	10	1768	38,3
31 – 40	1.156	28,0	93	19,8	6	1255	27,1
41 – 50	636	15,4	73	15,5	2	711	15,4
51 – 60	288	7,0	43	9,1	6	337	7,3
61- 100	90	2,2	26	5,5	1	117	2,5
s/i	34	1,0	15	3,2	1	50	1,1
Total	4.120	100	471	100	30	4621	100

Obs.: s/i significa sem informação. Estão excluídos os imigrantes que pertencem a grupos familiares. Fonte: Listas de bordo de saída de imigrantes do Porto de Santos, passageiros de 3ª classe, Acervo do Memorial do Imigrante.

As listas de bordo contemplavam observações em parte dos imigrantes discriminando-os como “*grátis consulares*” e “*consulado italiano*”. Essas observações foram aplicadas para 932 imigrantes; desses, 917 eram italianos e 15 eram de outras nacionalidades, assim como também se destinavam prioritariamente à Itália e um reduzido número a outras localidades, 7 para Espanha e 12 para a França. Nesse caso, tratava-se de imigrantes em retorno, que eram possivelmente subsidiados pelos consulados ou pelo Brasil. Klein aponta que os contratos contemplavam passagem de volta, em determinadas condições, para imigrantes espanhóis:

Os cônsules espanhóis desempenharam também um papel essencial no apoio às reivindicações de imigrantes subsidiados indigentes que desejavam retornar à Espanha. De acordo com os contratos de subsídio, doença e morte eram motivos para o pagamento da passagem de volta pelas autoridades governamentais brasileiras e os cônsules normalmente representavam seus cidadãos nessas petições (KLEIN, 1994, p. 55).

Desse grupo de 932 imigrantes, 682 foram indicados como indigentes, e o restante distribuíam-se pelas seguintes atividades profissionais: 97 eram

colonos, 71 negociantes, 52 agricultores e 15 outras atividades. Para o ano de 1908, o benefício foi uma política pública predominante entre italianos e corresponde a, aproximadamente, 10% dos retornados à Itália. A indigência foi o critério mais provável para a concessão do benefício. Mas, apesar de não ser uma política privilegiando uma faixa etária ou um gênero, percebeu-se uma variação com um maior percentual de mulheres e crianças, possivelmente, porque pessoas nessas condições, tinham a ajuda facilitada. Na distribuição por faixa etária, em torno de 51% estavam na faixa de 0 a 20 anos, contra 44,5% dos números totais de italianos em refluxo nessa faixa etária. Entre os imigrantes “*grátis consulares*”, 65,9% eram solteiros, contra 61,2% de solteiros dos números totais. Por volta de, 41% deles, eram mulheres, contra 34,3% de mulheres dos números totais. Enfim, era um perfil ligeiramente mais feminino, solteiro e jovem.

Confirmando que havia auxílio ao retorno pelo Estado Brasileiro, um decreto da Secretaria da Agricultura de São Paulo concedia passagem de volta a viúvas:

A Secretaria da Agricultura observou que o decreto nº. 463 de 19 de julho de 1897 sobre os contratos de subsídio estabelecia que se o marido morresse até um ano após a chegada, o Estado de São Paulo pagaria a passagem de volta ao país de origem para os membros sobreviventes da família (KLEIN, 1994, pp. 55-56).

Entretanto, do total de 358 viúvas no refluxo, correspondente a 2% do total, apenas 64 se beneficiaram, uma quantidade proporcional e que indica que não houve nenhuma tendência em fraudar e forjar uma viuvez para obter o benefício. Mesmo porque não era tão fácil conseguir o benefício, a saber:

O corpo diplomático tampouco demonstrava zelo maior nos trâmites de repatriamento, cujas possibilidades de êxito já eram amplamente limitadas pela escassez de verbas que lhes eram destinadas: em São Paulo houve cônsules que, ao invés de repatriarem os indigentes, os internavam na Santa Casa de Misericórdia, e, outros ainda, que os confinavam na Hospedaria, de onde, desesperados, retomavam o caminho da fazenda (TRENTO, 1989, p. 165).

A viagem em família é, proporcionalmente, a principal característica do imigrante em refluxo para o período, retratando o próprio perfil da política imigratória

paulista. Mas, o padrão dos agrupamentos familiares reforçou o perfil que diferencia os italianos e os espanhóis das demais nacionalidades.

5. REFLUXO EM 1908: OCUPAÇÕES E DESTINOS

Ocupações

A economia de São Paulo durante o final do século XIX e início do século XX girava em torno do café, a qual se destinava a mão-de-obra imigrante. No entanto, outras ocupações absorveram parte importante dos imigrantes, ligadas ao contexto de urbanização e industrialização, ainda que incipiente. A mão-de-obra era muito escassa e a própria economia cafeeira impulsionou relativamente, a indústria e o comércio. No refluxo há a indicação nesse sentido com muitos imigrantes dessas ocupações viajando, mas a proporção maior é de trabalhadores rurais. Entretanto, aproximadamente 28% dos imigrantes em refluxo eram certamente trabalhadores da cidade (indústria, comércio, serviços e domésticos) e outros 25% poderiam ser, ao menos em parte (definidos como: outros, sem informação e sem atividade).

A quantidade de imigrantes de uma determinada ocupação no refluxo pode indicar tanto que havia muitos imigrantes dessa ocupação em São Paulo, como também que os imigrantes com essa ocupação não alcançaram um resultado satisfatório ou conseguiram e voltaram à terra natal com um quinhão desejado. Reforçam a primeira perspectiva, as condições de viagem da 3ª classe, a existência de subsídio público para a viagem, a imagem descrita na historiografia de miserabilidade do imigrante em refluxo e as próprias limitações da economia paulista. Além do mais, se por um lado, a política pública imigratória de subsídios no Brasil era voltada ao fornecimento de mão-de-obra para o campo, há também um grande número de imigrantes que vieram para o Brasil espontaneamente. Esse imigrante mais independente pertence a um leque mais variado de ocupações e tende a fixar-se na cidade. Mas a indicação desses imigrantes no refluxo é a constatação de que o mercado de trabalho para o comércio e para a indústria no Brasil também era restrito para absorvê-los.

A variedade de ocupações são reflexos da pujança do movimento imigratório, mas também é a demonstração de que a agricultura, ainda que fosse

predominante, não pode ser a única referência para a mão-de-obra imigrante. Se a imigração subsidiada predominou no Brasil nesse período, como aponta a historiografia, e se esse imigrante veio naturalmente para o trabalho no campo, o refluxo com a indicação expressiva de outras ocupações mostra que esse imigrante em parte não se adaptou ao campo e passou por uma experiência na cidade.

Tabela 29 – Atividades profissionais dos imigrantes em refluxo pelo porto de Santos segundo o sexo, 1908

<i>Atividades profissionais</i>	<i>Masculino</i>	<i>%</i>	<i>Feminino</i>	<i>%</i>	<i>s/i</i>	<i>%</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
Agricultura	7171	40,9	4064	44,1	14	11,9	11249	41,9
Serviços e comércio	2786	15,9	1164	12,6	33	28,9	3983	14,9
Indústria	2169	12,4	243	2,6	10	8,5	2422	9,0
Serviços domésticos	151	0,9	619	6,7	4	3,4	774	2,9
Atividades artísticas	173	1,0	43	0,5	2	1,7	218	0,8
Atividades do mar	23	0,1	2	0,0	5	4,2	30	0,1
Atividades religiosas	8	0,0	3	0,0	-	-	11	0,0
Transportes	10	0,1	-	-	-	-	10	0,0
Funcionários públicos	3	0,0	-	-	-	-	3	0,0
Mineração	2	0,0	-	-	-	-	2	0,0
Outros*	3504	20,0	1286	14,0	14	11,9	4804	17,9
Sem atividade	843	4,8	853	9,3	18	15,3	1714	6,4
Sem informação	674	3,8	931	10,1	18	15,3	1623	6,1
Total	17517	100	9208	100	118	100	26843	100

Obs.: s/i significa sem informação.

* Outros, são profissões que não se enquadravam nas atividades relacionadas acima, ou que apresentavam indicações genéricas como trabalha ou trabalhador.

Fonte: Listas de bordo de saída de imigrantes do Porto de Santos, passageiros de 3ª classe, Acervo do Memorial do Imigrante.

As ocupações foram agrupadas considerando atividades típicas para qualquer sociedade, como agricultura, indústria, comércio e serviços (ver tabela 29). Outras indicações genéricas foram agrupadas separadamente. Relacionando as atividades profissionais dos imigrantes em refluxo, destacaram-se as atividades ligadas à agricultura, tanto para os homens quanto para as mulheres. Em seguida,

vinham profissionais ligados às atividades envolvendo serviços e comércio, com 14,9% do total de refluxo e depois, os que não conseguiram se enquadrar nas divisões estabelecidas, em torno de 17,9%, mas que seriam considerados tanto como trabalhadores urbanos como trabalhadores rurais, pois se apresentaram como “trabalhadores” ou “vive do seu trabalho”. Essas atividades profissionais são profissões declaradas na saída e que podem ter sido aprendidas e adotadas em São Paulo, sendo impossível concluir pela documentação se adquiriram a profissão no Brasil ou se trouxeram do país de origem.

Demonstra a tabela 29, diferenciando quanto ao gênero, que entre os homens e mulheres em refluxo predominavam os que se dedicavam à agricultura. Para os homens em seguida vinham os que se dedicavam aos serviços e ao comércio com 15,9%, e depois indústria com 12,4%; já entre as mulheres, seguem-se as que se dedicavam aos serviços e ao comércio, em torno de 12,6%, e diferentemente dos homens, as que se dedicavam aos serviços domésticos, em torno de 6%, sendo que, apenas 2,6% trabalhavam no setor da indústria.

Desses números em relação às mulheres que trabalhavam na indústria fica a questão sobre um percentual tão baixo, pois nesse setor, havia grande emprego de mão-de-obra feminina¹⁵. A resposta pode ser o baixo salário que dificultaria o retorno. Pode ser também que na composição da renda familiar, o rendimento dos homens ligados a essas mulheres compensasse minimamente a permanência no Brasil.

A referência ao trabalho feminino e de menores era de todo exata, em virtude do elevado número de mulheres e crianças dos nove anos em diante (mas, às vezes, também de cinco) que trabalhavam 12 a 13 horas por dia, não raramente inclusive à noite, nas fábricas do país (...). A difundida utilização da mão-de-obra de crianças e mulheres respondia a um claro projeto para achatar o nível geral dos salários, os quais, de fato, se mantiveram baixos, superando de pouco os agrícolas, que aliás passaram por um processo gradual de diminuição em termos reais, a ponto de o poder de aquisição da classe operária em 1919 ser, provavelmente, inferior ao do período de 1887-1890. Em 1908, o salário médio na indústria de São Paulo era de 4 a 6:000 réis por dia, e em 1920, cerca de 4:000, que só bastavam

¹⁵ Por exemplo, em Inquérito sobre o trabalho industrial da cidade de São Paulo realizado em 1894, a proporção de homens e mulheres trabalhando na indústria era de 4 a 1; já em 1919 a relação era de 2 a 1, ou seja, proporcionalmente havia mais mulheres trabalhando na indústria do que a proporção de mulheres com esta ocupação que apareceram nas listas de saída de imigrantes, cf. MOURA, p. 141 e 145, 1982.

para comprar meio quilo de arroz, macarrão, banha de porco, açúcar e café. Em 1919, o orçamento de uma família de sete pessoas no Rio de Janeiro era quatro vezes maior que o salário médio de um trabalhador de São Paulo (TRENTO, 1989, p. 210).

Quanto aos imigrantes indicados sem ocupação e os sem informação, a tabela 29 apresenta uma expressiva presença de mulheres, com 19,4%, contra 8,6% de homens. São mulheres que não foram absorvidas pelo mercado de trabalho e se ocupavam principalmente das atividades domésticas em famílias numerosas. Esse universo dos sem informação e sem ocupação também contempla os filhos fora da idade para o trabalho.

O refluxo em atividades rurais pode ser explicado pela atração ao trabalho na Argentina para períodos de safra distintos, pela debilidade das condições de trabalho e sobrevivência no homem no campo e pelo conjunto de motivações pessoais que, coincidentemente, elevaram o número de imigrantes agricultores em refluxo porque também o volume de agricultores, aqui no Brasil, era significativamente grande. O refluxo de imigrantes que declararam desempenhar-se em atividades urbanas, principalmente serviços e comércio, pode ser explicado por uma variedade de razões, como o início e o fim de ciclos de crescimento aqui e fora do Brasil, como também por razões pessoais.

No caso dos portugueses retornados,

Compreende-se que o retorno se verifique essencialmente das correntes que partem para o comércio ou ofícios e seja pouco significativo relativamente às partidas destinadas à agricultura: é sabido que o trabalho urbano permite uma maior mobilização de recursos e de contactos, ao contrário do agrícola que prende o indivíduo à terra. Pode mesmo afirmar-se que o emigrante destinado ao comércio, quando não constitui família e se radica no Brasil, tende a retornar após um período muito mais longo do que os destinados aos ofícios, pois a carreira comercial só pode ter sucesso após longos anos de tirocínio: é preciso subir os vários escalões de marçano a caixeiro, ganhar nome na praça, ter a sorte de ser o escolhido para receber a loja do patrão que se afasta ou saber aproveitar uma oportunidade para se estabelecer por conta própria. Entretanto, o retorno de carpinteiros, pedreiros e de emigrantes com outras profissões ligadas à construção ocorriam frequentemente por ciclos, provavelmente ligados a surtos de formento de obras no Brasil, voltando normalmente ao fim de cerca de três anos (ALVES, 1998, p. 240-241).

Eram poucos os imigrantes em refluxo dedicados a atividades no mar, mineração, religião, transportes e funcionalismo público, o que indica tanto a possibilidade de um menor envolvimento dos imigrantes em São Paulo nessas atividades como também o inverso, a remuneração e a satisfação dos imigrantes nessas atividades não os levaram ao refluxo. No caso do funcionalismo público, o governo brasileiro possibilitava o ingresso de estrangeiros em funções menos importantes, considerando a difícil condição da maioria desses imigrantes, a possibilidade de se acomodar em uma função pública era uma motivação importante para não entrar no refluxo.

Conforme Decreto Estadual de 6 de abril de 1896, a décima parte do efetivo total fixado anualmente para a Força Pública poderia ser composta por estrangeiros que estivessem residindo no Brasil há dois anos no mínimo, que conseguissem licença do cônsul de seu país e que falassem a língua portuguesa com regularidade. A presença de estrangeiros no policiamento da cidade seria, então, acentuada, sobretudo entre portugueses, italianos e espanhóis, particularmente no que diz aos quadros inferiores da hierarquia militar, os denominados praças. O alistamento desses estrangeiros aos quadros da Força Pública esteve possivelmente vinculado às dificuldades de conseguir emprego em São Paulo, bem como ao desinteresse pelo trabalho no campo, diante dos rumos da política imigrante que, em síntese, não garantia condições de trabalho dignas e satisfatórias aos trabalhadores rurais (MOURA, 2000, p. 265).

Quando se compara a condição econômica dos imigrantes em refluxo por nacionalidade, as variações reforçam algumas conclusões acima. Entre os italianos que saíram se destacaram as ocupações na agricultura, com 58%. Há um predomínio indiscutível, assim como os 3% de trabalhadores na indústria é uma participação diminuta. Entretanto, assim como muitos italianos vieram para o trabalho na lavoura, a historiografia aponta para uma ocupação muito grande na indústria. Essa saída é pequena se comparada com o percentual significativo de italianos que trabalhavam na indústria e uma explicação possível é que tinham conseguido inserir-se de modo favorável nela, inclusive como proprietários de estabelecimentos. Por algum motivo, os italianos adaptaram-se melhor ao trabalho na indústria em São Paulo comparado com outras nacionalidades. Essa foi uma peculiaridade do setor, pois proporcionalmente contrário aos portugueses e

espanhóis, saíram muitos italianos ligados à agricultura e a serviços e comércio (ver tabela 30).

As únicas cifras suficientemente exatas são os totais de 1900, quando uma estatística sobre a indústria de todo o Estado de São Paulo calculava que os operários italianos alcançavam a percentagem de 81%, e as relativas à pesquisa parcial de 1912 sobre a indústria têxtil da cidade de São Paulo que, num total de 10.204 empregados, fixava em 6.044 o número de italianos, igual a 59% (TRENTO, 1989, p. 136-137).

Mas, se a bibliografia indica um grande emprego da mão-de-obra italiana na indústria e conclui-se que esse imigrante não entrou no refluxo, não se pode afirmar que a dificuldade de refluxo esteja associada à remuneração, pois entre as outras nacionalidades há porcentagens significativas de refluxo, o que indica que a razão é específica dos italianos, como uma facilidade maior em adaptar-se a essa atividade. O mesmo não se pode afirmar dos portugueses, que indicam uma grande saída dos que trabalhavam na indústria. A bibliografia comenta a predominância de imigrantes portugueses trabalhando com comércio e serviços, setores em que se adaptaram melhor e não saíram muito. Nesses setores, comércio e serviços, o porcentual de italianos que saíram foi expressivo, 16,6%, atividades que, na maioria das vezes, não dependem de um ofício ou um conhecimento técnico para o seu exercício.

Quanto aos espanhóis, assim como os portugueses, tiveram uma participação importante na saída de trabalhadores da indústria, 18%. Destas três nacionalidades, a espanhola é a mais equilibrada na distribuição das ocupações predominantes: agricultura, serviços e comércio e indústria. Os espanhóis também se destacaram na ocupação em serviços domésticos, 6% contra 1% de italianos, conforme a tabela 30. As profissões dos imigrantes em refluxo não indicam exatamente as profissões predominantes destas nacionalidades aqui no Brasil, mas a associação a outras informações da historiografia, bem como a distribuição nos percentuais por ocupação, permite conclusões que correspondem tanto ao perfil do refluxo quanto dos que permaneceram no Brasil. Isto se aplica, por exemplo, aos espanhóis, que, por estarem mais bem distribuídos na saída, estavam certamente presentes nos respectivos grupos de ocupações e eram, portanto, mais versáteis em

buscar alternativas de ocupação, ainda que em funções que não exigiam uma formação diferenciada.

Tabela 30 – Atividades profissionais dos imigrantes em refluxo pelo porto de Santos segundo a nacionalidade, 1908

<i>Atividades profissionais</i>	<i>Italianos</i>	<i>%</i>	<i>Espanhóis</i>	<i>%</i>	<i>Portugueses</i>	<i>%</i>
Agricultura	8.675	58,3	1.376	26,0	859	19,3
Serviços e comércio	2.473	16,6	338	6,4	297	6,7
Indústria	451	3,0	997	18,8	819	18,4
Serviços domésticos	167	1,1	324	6,1	167	3,8
Atividades artísticas	176	1,2	13	0,2	4	0,1
Atividades do mar	4	0,0	5	0,1	2	0,0
Atividades religiosas	5	0,1	2	0,0	1	0,0
Transportes	-	-	2	0,0	7	0,2
Mineração	1	0,0	-	-	1	0,0
Funcionários públicos	2	0,0	-	-	-	-
Outros	1.633	11,0	1.354	25,6	1.501	33,8
Sem atividade	1.082	7,3	318	6,0	206	4,6
Sem informação	204	1,4	568	10,8	583	13,1
Total	14.873	100	5.297	100	4.447	100

Obs.: Outros são profissões que não se enquadravam nas atividades relacionadas acima, ou que apresentavam indicações genéricas como trabalha ou trabalhador.

Fonte: Listas de bordo de saída de imigrantes do Porto de Santos, passageiros de 3ª classe, Acervo do Memorial do Imigrante.

O caso dos portugueses, que viajaram mais sozinhos e tinham agrupamentos familiares menores pode também ser explicado pela perspectiva mais presente de retorno e a aquisição de um quinhão na terra estrangeira para a volta à terra natal.

A ideia do 'brasileiro' quarentão que volta, não endinheirado, mas com algum 'pé de meia' que lhe permite estabelecer-se de forma independente através de um pequeno comércio, oficina ou exploração agrícola é a mais correcta, segundo os indicadores sociais apurados. Efectivamente os que

retornam em força não se demoram muitos anos, tudo indicando que foram ao Brasil para resolverem problemas pontuais ou não se integraram de forma satisfatória, facto que os leva ao retorno na primeira oportunidade. Os muito afortunados são efectivamente poucos, e esses deverão passar bastante décadas no Brasil de forma a acumularem a sua fortuna. (ALVES, 1998, p. 246).

Alves também constatou uma grande variedade de ocupações entre os portugueses no Brasil: “a distribuição ocupacional no Brasil destes emigrantes que retornam mostra a sua grande variedade e evidencia a importância da preparação profissional e literária nos percursos da emigração” (ALVES, 1993, p. 323). No refluxo em 1908, constatou-se que nessa variedade de ocupações entre os portugueses, destacou-se o trabalho na indústria, com 18% contra 3% de trabalhadores italianos. Por outro lado, a média dos portugueses é menor do que as outras duas grandes nacionalidades de imigrantes para as ocupações na agricultura. Apenas 19% trabalhavam na agricultura, contra 26% de espanhóis e 58% de italianos. A diversidade de ocupações no Brasil reduz, em parte, a importância da agricultura. Entretanto, 34% dos portugueses declararam apenas que trabalhavam e outros 13% não constavam informação. Esse conjunto pode tanto ser de trabalhadores urbanos quanto rurais (tabela 30).

Alves cita as palavras de um cônsul sobre a distinção das atividades profissionais e seu apego à terra de origem:

Mas o cônsul estabelece uma distinção entre os imigrantes de origem urbana e operária e os de origem rural, ressaltando que os primeiros são patriotas, amam a sua terra e anseiam pelo regresso, aonde querem construir casa e casar com portuguesa. Dificuldade de percepção nos traços distintos de integração, impostos pela profissão e local de fixação, já que o trabalho urbano, ao contrário do agrícola, permite uma maior mobilização de recurso e de contactos e não prende o indivíduo à terra (ALVES, 1993, p.298).

É interessante também a constatação da historiografia sobre a acumulação de riqueza dos retornados em Portugal. Para Alves, o peso demográfico do retorno para o caso dos “brasileiros”, portugueses retornados, não é proporcional à riqueza.

Resultados fragmentários de um inquérito de 1873, relativos a concelhos circunvizinhos do Porto, dizem-nos que em 1471 retornados, 777 faziam-no com 'alguma fortuna'. Uma parte substancial voltava rapidamente, com riqueza igual à que levou. (...) O montante de riqueza atribuída é correlativa ao tempo da emigração: para os que voltam antes dos 10 anos há uma riqueza média de cerca de 2 contos de réis (o necessário para comprar uma quinta, casa de lavoura constituída por edifício e algum terreno à volta), embora 50% declare valores inferiores a um conto de réis; valores entre 6 a 20 contos de réis só para os que trabalharam no Brasil acima de 10 anos; valores em torno dos 100 contos de réis só para uns poucos, os que gastaram a sua vida no Brasil (40 anos de emigração). Como termo de comparação, lembre-se que um artista em Portugal ganharia \$400 réis diários, ou seja, 146\$000 réis para 365 dias. Um conto de réis corresponderia a 2500 dias de trabalho, mais de 6 anos, num valor muito difícil de atingir em capitalização a partir do salário. Para um jornaleiro, com salário médio de 200 réis diários, tudo seria muito pior, se permanecesse em Portugal. No que respeita à inserção profissional no Brasil, 24% vinham da agricultura, 32% de ofícios artesanais (pedreiros, carpinteiros ...) e 43% do comércio (caixeiros, comerciantes, negociantes) (ALVES, 1998, p. 242).

Quanto às atividades artísticas, eram poucos os envolvidos que procuravam o refluxo, destacando os italianos com 1,2% (ver tabela 30). É interessante notar que para o caso dos portugueses, Alves comenta que *“no meio artesanal, a estadia no Brasil era, em geral, mais curta e impunha a continuidade da vida profissional no retorno”* (ALVES, 1993, p. 365). Nas listas de bordo do porto de Santos aparecem artistas em trânsito, mas que não devem ser confundidos com os artistas em refluxo, pois os primeiros estavam ligados em companhias itinerantes e portanto não faziam parte de grupos imigrantes.

Os índices de todas as ocupações podem ser mais elevados se forem consideradas as atividades profissionais agrupadas em *“outros”*, que correspondem a indicações de profissões que não se enquadram nas outras divisões e, de indicações relativas, tais como, ‘trabalha’ e ‘empregado comum’, etc. É um percentual de 33%, para os portugueses, 25% para os espanhóis e 11% para os italianos (tabela 30).

Quanto à ocupação entre as outras nacionalidades com menor participação no refluxo, destacam-se serviços e comércio entre os árabes, sírios e turcos. Sobressai a agricultura entre russos e há uma distribuição relativa entre agricultura, serviços e comércio, serviços domésticos e indústria entre franceses, alemães e austríacos.

A análise das ocupações demonstra a participação no refluxo de imigrantes de diversas ocupações, salientando a economia dinâmica de São Paulo, que além do trabalho na lavoura de café possibilitou ao imigrante a inserção também em outras atividades urbanas.

Imigrantes bem sucedidos?

O padrão das viagens dos imigrantes entrados no Brasil, como anteriormente comentado, era a 3ª classe, padrão também na saída. Contudo, alguns imigrantes, escassos em número, saíram do porto de Santos em 1ª e 2ª classes, não sendo freqüentemente indicados como imigrantes nas documentações da época e na historiografia. Aqui, optou-se realizar com eles uma análise separada, pois instigam a indagar questões quanto ao enriquecimento de alguns imigrantes e os motivos por não serem considerados imigrantes.

É interessante conhecer algumas características desses passageiros que viajaram nessas classes mais caras e de maior conforto. Um aspecto a ser apresentado é o que se refere à questão profissional. A tabela 31 apresenta as atividades profissionais dos passageiros que viajavam em 1ª e 2ª classe, dividindo-os em atividades. O destaque é para a atividade urbana, sendo que entre as principais ocupações declaradas na saída 325 eram negociantes, 76 artistas, 32 comerciantes e 23 capitalistas. Essa constatação demonstra que as atividades urbanas propiciavam uma renda maior, sendo possível uma acomodação melhor na viagem. Pode-se considerá-los, com base na análise historiográfica, como passageiros viajando a negócios e não como imigrantes, ou seja, poderiam representar um contingente de imigrantes bem sucedidos a fazer negócio em um deslocamento temporal.

Entre as profissões liberais, destacaram-se os médicos e os jornalistas, em uma quantidade tão pequena que não é possível, relacioná-las a uma motivação comum, provavelmente por razões particulares.

Outro grupo eram os padres, vigários e freiras que corresponderam a 20 religiosos, grupo de passageiros que, possivelmente, viajou com frequência dada sua função a serviço da Igreja.

Aparecem também 28 passageiros indicados como sem profissão, que correspondiam a esposas e filhos. Outras indicações demonstram o diferencial dos passageiros que viajaram de 1ª e 2ª classe em atividades relacionadas à boa remuneração e êxito, como o fato de se fazer acompanhar a bordo de serviçais.

Tabela 31 – Passageiros saídos pelo porto de Santos (1ª e 2ª classes) por atividade profissional, 1908

<i>Atividades Profissionais</i>	<i>1ª</i>	<i>2ª</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
Negociante	150	175	325	52,4
Artista	38	38	76	12,2
Comerciante	19	13	32	5,2
Capitalista	22	1	23	3,7
Religiosos	10	10	20	3,2
Jornalistas	8	9	17	2,7
Colono	8	6	14	2,2
Médico	12	-	12	1,9
Serviçais	3	3	6	1,0
Operário	-	3	3	0,5
Dona de casa	3	-	3	0,5
Costureira	1	-	1	0,2
Barbeiro	-	1	1	0,2
Tradutor	1	-	1	0,2
Cônsul	1	-	1	0,2
Outros*	2	13	15	2,4
Sem profissão	8	20	28	4,5
Sem informação	35	7	42	6,8
Total	321	299	620	100

Obs.: *Outros são indicações genéricas como trabalha ou trabalhador.

Fonte: Listas de bordo de saída de imigrantes do Porto de Santos, passageiros de 1ª e 2ª classe, Acervo do Memorial do Imigrante.

Observou-se também, entre os viajantes dessas classes, o predomínio de grupos familiares sobre os sozinhos, em torno de 48% (tabela 32). Infelizmente, essa avaliação do vínculo familiar ficou fragilizada já que 33% desses passageiros não tinham especificação de grau de parentesco, o que pode elevar tanto grupos familiares quanto os sozinhos.

Tabela 32 – São Paulo
Passageiros saídos pelo porto de Santos (1ª e 2ª classes) por parentesco, 1908

<i>Parentesco</i>	<i>1ª</i>	<i>2ª</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
Grupos familiares	162	135	297	47,9
Sozinho	60	57	117	18,9
Sem informação	99	107	206	33,2
Total	321	299	620	100

Fonte: Listas de bordo de saída de imigrantes do Porto de Santos, passageiros 1ª e 2ª classes, Acervo do Memorial do Imigrante.

Entre as nacionalidades que viajaram em 1ª e 2ª classe, os italianos era o grupo numericamente maior, com 74%. Mas entre as demais nacionalidades, os alemães destacam-se com 10%, acima de portugueses e espanhóis (tabela 33). Entretanto, uma parte desses viajantes, mesmo que não considerados aqui como refluxo, de alguma forma estiveram ligados ao movimento imigratório, pois a nacionalidade em destaque corresponde à nacionalidade de imigrantes predominante no refluxo: os italianos.

A tabela 34 indica o destino dos viajantes na 1ª e 2ª classe. Os italianos se destinavam principalmente à Itália e, em segundo lugar, para a Argentina. Cabe destacar que entre os passageiros de 1ª e 2ª classe, 46 estavam se deslocando para outros Estados do país, distribuídos entre as nacionalidades. Entre os alemães, maior grupo depois dos italianos, o destino estava distribuído entre vários países, mas principalmente para a Itália, possivelmente por ser uma rota mais fácil para chegar à Alemanha (tabela 34).

Tabela 33 – Passageiros saídos pelo porto de Santos (1ª e 2ª classes) por nacionalidade, 1908

<i>Nacionalidades</i>	<i>1ª classe</i>	<i>2ª classe</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
Italianos	240	219	459	74,0
Alemães	46	15	61	9,8
Espanhóis	04	21	25	4,0
Ingleses	05	11	16	2,6
Franceses	06	08	14	2,2
Portugueses	02	10	12	2,0
Turcos	04	08	12	2,0
Outras nacionalidades	09	04	13	2,1
Sem informação	05	03	08	1,3
Total	321	299	620	100

Fonte: Listas de bordo de saída de imigrantes do Porto de Santos, passageiros de 1ª e 2ª classes, Acervo do Memorial do Imigrante.

Tabela 34 – Passageiros saídos pelo porto de Santos (1ª e 2ª classes) segundo o destino, 1908

<i>Destinos</i>	<i>1ª</i>	<i>2ª</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
Itália	228	158	386	62,3
Argentina	37	83	120	19,3
Brasil	45	01	46	7,4
Espanha	03	23	26	4,2
Uruguai	02	13	15	2,4
Portugal	-	10	10	1,6
Outros	1	10	11	1,8
Sem informação	5	1	6	1,0
Total	321	299	620	100,0

Fonte: Listas de bordo de saída de imigrantes do Porto de Santos, passageiros de 1ª e 2ª classes, Acervo do Memorial do Imigrante.

Assim, a análise dos viajantes de 1^a e 2^a classe demonstrou características que suscitam a dúvida quanto à imagem de não imigrantes, cristalizada pela historiografia e também pelos documentos da época. Esses podem ser viajantes a negócios, em um deslocamento temporário, a passeio ou visita a familiares, mas podem também ser imigrantes bem sucedidos em retorno ou reemigração, principalmente, em virtude das ocupações declaradas.

Religiosidade e instrução

A religiosidade apresentou-se como característica importante no movimento imigratório, pois interferiu na definição de nacionalidades a serem requisitadas pelo Estado de São Paulo. Esse traço também pode ter influenciado nas decisões de alguns grupos em permanecer ou sair desse Estado.

Em certo sentido, os portugueses, os espanhóis e os italianos, compondo os maiores contingentes imigratórios para o Brasil, registrados entre a Independência e a Primeira Guerra Mundial, satisfaziam as reivindicações dos dois grupos de pressão nacionais. Majoritariamente desprovidos de posses, situavam-se, por um lado, como substitutos dos escravos nas fazendas e como empregados nas novas áreas pós-escravistas, atendendo assim às demandas dos fazendeiros. Por outro lado, como europeus e católicos, não destoavam do bloco cultural e demográfico formado pela classe dominante imperial, confortando as perspectivas culturalistas da corrente 'civilizatória' presente no aparelho de Estado (ALENCASTRO; RENAUX, 1997, p. 314-315).

O perfil de entrada, nessa variável, reflete diretamente no perfil de saída. Mas entre as características que foram analisadas no refluxo, a religião apresentou-se comprometida por conta do alto índice de passageiros que não tinham informação. Do total de 26.843 imigrantes em refluxo, constam apenas informações de 13.720 imigrantes, sendo a maioria desses católicos, como atesta a tabela 35. Entretanto, como a imigração era predominantemente européia, principalmente italianos, portugueses e espanhóis, o refluxo no ano de 1908, caracterizou-se por imigrantes católicos. Mas é interessante anotar que dos 397 protestantes que saíram no ano, 226 destinaram-se à Alemanha e 67 aos Estados

Unidos, países de forte protestantismo. Também, desses 67 que foram para os Estados Unidos 40 eram alemães e austríacos. Dos 81 católicos ortodoxos, 46 se destinaram aos Estados Unidos, a maioria deles russos e oriundos do Oriente Médio, ou seja, o movimento de refluxo é influenciado pelo acolhimento de sua religião no local de destino.

Tabela 35 – Religião segundo nacionalidade dos imigrantes em refluxo, porto de Santos, 1908

<i>Religião</i>	<i>Nacionalidade</i>						<i>Total</i>	<i>%</i>
	<i>Europeu</i>	<i>Americano</i>	<i>Sudeste asiático</i>	<i>Oriente médio</i>	<i>Sem informação</i>	<i>Outros</i>		
Católicos	12.813	96	16	254	18	5	13.202	96,2
Católicos ortodoxos	63	1	-	17	-	-	81	0,6
Protestantes	375	20	1	1	-	-	397	2,9
Muçulmanos	7	-	-	8	-	-	15	0,1
Judeus	6	-	-	-	-	-	6	0,0
Budistas	0	-	9	1	-	-	10	0,1
Sem religião	7	-	2	-	-	-	9	0,1
Total	13.271	117	28	281	18	5	13.720	100
Sem informação	12.655	4	5	453	6	-	13.123	-

Fonte: Listas de bordo de saída de imigrantes do Porto de Santos, passageiros de 3ª classe, Acervo do Memorial do Imigrante.

Outra observação quanto à tabela 35 é que entre os imigrantes oriundos do Oriente Médio, encontra-se a maior proporção de sem informação quanto à religião e, entre os que informaram a grande maioria eram católicos. Considerando que a religião predominante naquela região é o islamismo, conclui-se que, provavelmente, os islâmicos eram muçulmanos que omitiram essa informação por temor a alguma perseguição religiosa.

Assim como a religião, o grau de instrução também apresenta muitos casos em que não constam informações. Do total de 26.843, 54,7% não apresentaram informações sobre a questão da alfabetização. Entre os imigrantes que informaram, os índices são próximos para os alfabetizados e os analfabetos, em torno de 53,4% e 46,5%, respectivamente (ver tabela 36).

Tabela 36 – Imigrantes em refluxo pelo porto de Santos segundo instrução, 1908

<i>Alfabetização</i>	<i>Nº. total</i>	<i>%</i>
Não	6.495	53,4
Sim	5.651	46,5
Total	12.147	100
Sem informação	14.696	-

Fonte: Listas de bordo de saída de imigrantes do Porto de Santos, passageiros de 3ª classe, Acervo do Memorial do Imigrante.

Entre as principais nacionalidades, italianos, espanhóis e portugueses, foram os italianos que apresentaram o maior índice de imigrantes sem informação do grau de instrução, 75%; já entre os portugueses e espanhóis, o percentual foi em torno de 20% e 34%, respectivamente. Os italianos também apresentaram o maior percentual de alfabetizados, mas o elevado percentual de ‘sem informação’ dessa nacionalidade pode esconder uma quantidade maior de analfabetos. Entretanto, com relação à alfabetização dos imigrantes italianos, Klein comenta a diferenciação dos que se destinavam à Argentina, ao Brasil e aos Estados Unidos:

Os migrantes que se dirigiam à Argentina e ao Brasil aparentemente eram mais alfabetizados do que os que foram para os Estados Unidos (ainda que os dados não sejam exatamente comparáveis), mas a maioria dos que migraram para esses três países americanos era alfabetizada, da mesma forma que a maior parte da população italiana, de acordo com o censo de 1901. Os imigrantes que foram para a América, contudo, eram ligeiramente mais alfabetizados enquanto grupo do que a totalidade da população italiana. O mesmo é válido para a amostra de São Paulo, que apresentava apenas 32% de analfabetos entre os migrantes italianos de 7 anos de idade ou mais que chegaram ao porto de Santos entre 1908 e 1936. Esta constatação, juntamente com a porcentagem mais alta de trabalhadores qualificados observada até mesmo entre os imigrantes destinados aos Estados Unidos, parece confirmar a afirmação de estudos recentes de que foram as parcelas mais qualificadas e educadas das classes trabalhadoras das sociedades européias que migraram (KLEIN, 1989, p. 99).

Mas há que se considerar que o imigrante em refluxo é principalmente trabalhador da agricultura, notadamente os italianos, que no ano de 1908, como já

observado, houve pouca saída de trabalhadores da indústria. Essa constatação reforça a conclusão de que o movimento do refluxo é distinto do movimento imigratório inicial.

É interessante anotar que entre, as nacionalidades com menor número, como franceses e alemães, o nível de alfabetização chegou a 80,3% e 66,7%, respectivamente. São imigrantes tanto em retorno como em reemigração, como os alemães, onde aproximadamente a metade deles destinava-se a outros países, como a Argentina e os Estados Unidos. Enfim, percebe-se que estar ou não alfabetizado não facilitou e não influenciou na fixação no Brasil, pois há um equilíbrio entre estas condições para os imigrantes que informaram este quesito.

O nível de instrução pode revelar informações importantes com relação ao grupo imigrante, assim como suas mudanças. Com relação a isso, Alves coloca que:

O analfabetismo varia com a natureza de cada fluxo: sempre que a emigração cresce significativamente, isto é, quando se verifica uma maior intensidade na saída de emigrantes de origem rural, a taxa de analfabetismo cresce correlativamente; o mesmo se poderá dizer, com o aumento da emigração feminina. Quando a emigração apresenta um fluxo mais ténue, assegurando a corrente tradicional, mais marcada por jovens e pelo sexo masculino, verifica-se, inversamente, um ligeiro decréscimo do analfabetismo (ALVES, 1993, p. 252).

O imigrante estimulado publicamente a vir para o Brasil era predominantemente sem instrução, pois se destinava a um trabalho árduo no campo e de baixa remuneração. Ainda que alguns reconhecessem a necessidade de alfabetizar os filhos, foram muitas as dificuldades nesse sentido no Brasil, onde a instrução elementar durante o período tratado era restrita.

No entanto, o nível de instrução nas listas de bordo está indicado genericamente como alfabetizado com resposta afirmativa (sim) ou negativa (não). Essa indicação informa pouco sobre o tipo de capacidade do indivíduo no campo da escrita e da leitura.

O cruzamento com outras variáveis, como sexo, o estado conjugal, não possibilitou uma compreensão aprofundada. Por exemplo, 53,6% dos homens e

56,9% das mulheres não tinham informações com relação à alfabetização, o que compromete dizer a predominância de um gênero em relação ao outro.

Finalmente, em relação ao sexo dos alfabetizados, embora a informação seja precária pelas omissões, constata-se que para os homens há um equilíbrio entre alfabetizados e analfabetos e para as mulheres a proporção de alfabetizadas é de pouco mais de 1/3.

Deslocamento para outros Estados do Brasil

O destino dos imigrantes retornados e reemigrandos é um dado de muito interesse e que pode parcialmente ser reconstituído com as informações presentes nas Listas de Bordo. Nas rotas de destino, é possível diferenciar os deslocamentos nacionais, ou seja, para outros Estados do Brasil, e os percursos internacionais, nos quais se incluem os países de origem dos imigrantes e outras nações que puderam escolher a título de reemigração.

Do total geral de passageiros listados em 1908 e aqui considerados para análise, conformando um universo de 30.093 imigrantes, 91,1% deslocaram-se para o exterior e apenas 8,9% para outros Estados do Brasil. Os deslocamentos nacionais não representavam o número real dessa migração interna, já que a preferência nesse deslocamento era, principalmente, via terrestre e, podem também não estarem saindo definitivamente.

Segundo a tabela 37, entre as principais nacionalidades que se deslocaram de São Paulo para outros Estados do país por via marítima, sobressaem os portugueses com percentual em torno de 29%, seguidos pelos italianos, com aproximadamente 24%, enquanto que para os espanhóis e os árabes, o percentual ficou em torno de 12%. O Rio de Janeiro se destacou entre as localidades de destino dos passageiros dentro do Brasil, com um total de 1.420; em seguida, vinham outras localidades como Paranaguá, com 591 e Porto Alegre, com 230, e outras localidades com menos de 200 viajantes, como Rio Grande do Sul,

Florianópolis e Bahia. O deslocamento maior para Rio é explicado por ser a capital do país e ser uma grande cidade com várias colônias de imigrantes.

Tabela 37 – Passageiros saídos pelo porto de Santos com destino a outros Estados do Brasil segundo a nacionalidade e o destino, 1908

<i>Nacionalidades</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>Portos do Sul</i>	<i>s/i</i>	<i>Outros</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
Portugueses	556	188	-	48	792	29,6
Italianos	254	372	-	32	658	24,6
Espanhóis	262	67	-	6	335	12,5
Árabes	128	161	-	5	294	11,0
Alemães	39	104	1	13	157	5,9
Turcos	60	1	-	-	61	2,3
Russos	25	32	-	3	60	2,2
Brasileiros	10	12	-	2	24	0,9
Austríacos	11	19	-	7	37	1,4
Demais nacionalidades	70	121	-	37	228	8,5
Sem informação	5	-	-	25	30	1,1
Total	1.420	1.077	1	178	2.676	100,0

Obs.: s/i significa sem informação.

Fonte: Listas de bordo de saída de imigrantes do Porto de Santos, passageiros da 1ª, 2ª e 3ª classes, Acervo do Memorial do Imigrante.

A maior predisposição dos portugueses em se deslocarem em território brasileiro do que reemigrar para outros países pode ser explicada pelas heranças culturais do período colonial. Note-se que aqui se fala em reemigração, omitindo-se o retorno que ultrapassou em muito os níveis de deslocamento interno. Seu principal deslocamento para outros Estados do Brasil era para o Rio de Janeiro, capital do país. Analisando a entrada dos imigrantes, a historiografia aponta que: “o Rio de Janeiro atraiu grande número de portugueses e foi onde se concentrou o maior número deles, em todo o Brasil. Entre 1903 e 1905, correspondia a um terço da população da cidade” (RODRIGUES, 1999, p. 17).

Com relação aos italianos com destino a outros Estados brasileiros, Trento coloca que:

Por volta de 1900, a emigração para esses estados cessou, mas a cidade do Rio de Janeiro continuou a atrair italianos vindos de outras partes do Brasil, embora num ritmo inferior em relação ao passado. Dessa forma, o número de residentes foi aumentando, lenta mas constantemente: 20.000, em 1895; 30.000, em 1901; 35.000, por volta de 1910; 31.929, em 1920 e 22.768, em 1940 (TRENTO, 1989, p. 103).

Na tabela 37, foram agrupados vários portos de destino dos Estados da região sul do Brasil, principalmente Paranaguá, Porto Alegre e Florianópolis. Nessas regiões, havia diversas colônias espalhadas pelo interior, uma região de clima mais ameno, mais próximo do clima europeu. Esses fatores determinaram o deslocamento de alemães, austríacos, russos, árabes, dentre outros, e um grande número de italianos. É interessante destacar o interesse de árabes pelo sul do país registrado em 1908, assim como é praticamente nulo o deslocamento de turcos para a região, bem como é pequena a participação dos espanhóis. Também é inexpressivo o deslocamento pelo porto de Santos para os Estados das regiões Norte e Nordeste do país.

Observando-se as faixas-etárias desses viajantes com destino para outros Estados do Brasil, pode-se perceber, pela tabela 38, que, com relação à distribuição de faixas etárias por nacionalidades, os percentuais apresentaram-se próximos para italianos e espanhóis, que registraram idades mais distribuídas, diferentemente dos portugueses que se concentravam mais nas faixas etárias de 21-40 anos.

Além da faixa etária, a profissão, o destino e o agrupamento familiar, indicaram que havia uma rota mais freqüente de portugueses na faixa etária produtiva, entre Santos e o Rio de Janeiro, com fins comerciais e transitórios. Entre os italianos, há uma diferença quanto ao percentual maior de pessoas mais velhas, acima dos 40 anos e de crianças, possivelmente, porque o deslocamento estava sendo realizado com mais incidência de grupos familiares.

Tabela 38 – Passageiros saídos pelo porto de Santos com destino a outros Estados do Brasil segundo faixas etárias e nacionalidades, 1908

<i>Nacionalidades por faixas etárias</i>	<i>Nº total</i>	<i>%</i>
<i>0 – 20</i>		
Portugueses	119	15,0
Italianos	173	26,0
Espanhóis	80	23,7
<i>21 – 40</i>		
Portugueses	573	72,3
Italianos	343	51,6
Espanhóis	208	61,7
<i>41 – 100</i>		
Portugueses	95	12,0
Italianos	137	20,5
Espanhóis	48	14,2
<i>Sem informação</i>		
Portugueses	5	0,6
Italianos	12	1,8
Espanhóis	1	0,3
<i>Total</i>		
Portugueses	792	100
Italianos	665	100
Espanhóis	337	100

Fonte: Listas de bordo de saída de imigrantes do Porto de Santos, passageiros da 1ª, 2ª e 3ª classes, Acervo do Memorial do Imigrante.

No entanto, nos números referentes aos viajantes de diversas nacionalidades deslocando-se para outros Estados do Brasil. Quanto ao agrupamento familiar, percebe-se o predomínio dos sozinhos, destacando-se os percentuais entre os portugueses (ver tabela 39). Quanto aos que viajavam em família, havia famílias com poucos filhos ou viajavam sem o cônjuge e predominava as profissões urbanas, em especial o comércio. Um perfil que não se constatou para os imigrantes em refluxo para o exterior.

Tabela 39 – Passageiros saídos pelo porto de Santos com destino a outros Estados do Brasil por grau de parentesco e sexo, 1908

<i>Vínculo familiar</i>	<i>Portugueses</i>	<i>%</i>	<i>Italianos</i>	<i>%</i>	<i>Espanhóis</i>	<i>%</i>	<i>Total*</i>	<i>%</i>
Grupos familiares	139	17,5	268	40,3	127	37,7	926	34,6
Sozinhos	570	72,0	349	52,5	175	52,0	1.511	56,5
Sem informação	83	10,5	48	7,2	35	10,3	239	8,9
Total	792	100	665	100	337	100	2.676	100

Obs.: * Total refere-se não somente a soma de portugueses, italianos e espanhóis, mas de todas as nacionalidades que se deslocaram para outros Estados.

Fonte: Listas de bordo de saída de imigrantes do Porto de Santos, passageiros de 1ª, 2ª e 3ª classes, Acervo do Memorial do Imigrante.

O deslocamento para outros Estados do Brasil segue os percursos de destinos dos imigrantes em entrada no Brasil, como por exemplo, os portugueses viajando para o Rio de Janeiro e os italianos para o sul do país. Esse deslocamento pôde ser temporário, afim de, estabelecer contatos comerciais, já que entre as ocupações destacaram-se comerciantes e negociantes. Lembre-se que essas viagens nacionais correspondem apenas ao deslocamento marítimo e podem estar longe do total de viagens de migração interna, já que a maior parte seguramente foi feita por terra.

Destino

O principal destino dos imigrantes em refluxo foi, sem dúvida, o exterior. Esse deslocamento podia ser o retorno ao país de origem ou a escolha de outros países para uma reemigração. No total dos imigrantes que saíram do porto de Santos em 1908, quatro países principais de destino, incluindo o retorno e a reemigração, foram Itália, Argentina, Portugal e Espanha que englobaram 93,3% dos imigrantes em refluxo. A seguir com participação bem menor situava-se como destino, Estados Unidos, França e Alemanha. Essa análise pode ser desdobrada separando-se os imigrantes em retorno e em reemigração.

No que se refere ao retorno, ou seja, o regresso ao país de origem, o destaque é para Itália, Portugal e Espanha. Do total de destinos dos imigrantes em refluxo, destaca-se a Itália para onde se deslocou 10.698 imigrantes, graças principalmente ao grande número de italianos em retorno, além de outras nacionalidades que reemigraram para esse país, como os turcos e austríacos.

Depois da Itália, Portugal é o segundo destino de retorno, pois os portugueses, que são um importante grupo, preferiam o retorno à reemigração. Mas espanhóis também contribuíram para este destino, com 201 em refluxo, possivelmente para fazer escala em Portugal ou pela proximidade entre os dois países. Entretanto, percebe-se que os portugueses compartilhavam um sentimento contrário à imigração em geral, pois preferem um destino facilitado por laços culturais como língua, costumes e tradições. Mas não significa que o retorno a Portugal é o fim de um movimento imigratório, pois não é possível aferir quantas idas e voltas um mesmo imigrante percorreu, percebe-se apenas uma limitação territorial a esse movimento dos portugueses.

A Espanha também se destaca entre os destinos, mas é principalmente de espanhóis retornando e em um volume secundário porque a maioria dos espanhóis reemigraram. Como já constatado, esse período é de grande imigração espanhola, pois as condições da Espanha eram de uma saída tardia em relação a outros países europeus, em decorrência de uma modernização também tardia de sua agricultura.

Na virada do século XX, a Espanha tinha 18,5 milhões de habitantes, densidade considerada crítica para um país pobre. Seu setor agrário respondia por dois terços da economia nacional. Instalara-se um quadro de acentuadas contradições internas, que alimentava sérios desequilíbrios, não apenas entre distintos setores da sociedade, mas, igualmente, entre as várias regiões (CÁNOVAS, 2005, p. 80).

Os demais destinos, exceto Argentina, Estados Unidos e França têm participação ainda mais reduzida e reflete o movimento de retorno de seus nacionais, como a Alemanha.

A opção pelo retorno não foi em decorrência da melhora de condições nesses destinos, pois a condição geral na Europa ainda era de grave crise

econômica e conseqüente crise política que redundou na primeira grande guerra. A razão principal foi o vínculo de nacionalidade e social que o imigrante preservava e o motivava no momento de assumir um novo destino. A Itália, Portugal e Espanha estavam inseridos nesse contexto de crise, mas a quantidade de italianos envolvidos na imigração e a extensão da crise a todo o ocidente, igualando as condições entre a América e a Europa geraram uma distribuição dos destinos entre os que ficaram no Brasil, os que retornaram e os que buscaram novas terras. Quanto aos portugueses que foram para Portugal, ainda que a crise também atingisse aquele país, há uma trajetória peculiar já apontada, aonde os portugueses iam e vinham ao Brasil várias vezes. Quanto à Espanha, o destino de espanhóis foi reduzido como já constatado.

A Argentina aparece como o principal destino dos imigrantes em reemigração, recebendo 8.426 pessoas, sendo que 4.377 correspondem a italianos, mais da metade; e a outra parte significativa é o grupo dos espanhóis, com 3.232 imigrantes. Note-se o número reduzido de portugueses, se comparado aos italianos e espanhóis, que iam para a Argentina (tabela 40). Entretanto é o destino à Argentina que se destaca em importância, pois se caracteriza naturalmente como uma reemigração, confirmando o caráter dinâmico desse movimento migratório, e por ser composto por um universo que extrapola as nacionalidades. Além dos italianos e espanhóis, na reemigração, a Argentina era o destino preferencial de portugueses, alemães, russos, entre outros. Correspondeu a aproximadamente 1/3 dos imigrantes em refluxo e à maioria dos reemigrados: 8.426 de 10.974 imigrantes.

Com relação ao número de imigrantes entrados nos principais países do continente americano, Klein comenta que:

Com efeito, na década de 1890, o Brasil vinha logo após os Estados Unidos em relação ao destino de imigrantes europeus. A Argentina, que estava se desenvolvendo rapidamente, só superou o Brasil na primeira década do século XX. Mesmo pelos padrões extraordinários dos Estados Unidos, a imigração para o Brasil foi significativa. Na década de 1890, segunda década de maior migração européia para os EUA no século XIX, o país recebeu quase um terço do número de imigrantes que foram para aquele país da América do Norte (KLEIN, 1994, p. 30).

Tabela 40 – Nacionalidade da população em refluxo pelo porto de Santos segundo o destino, 1908

Nacionalidades	Destino										Total	%
	Itália	Argentina	Portugal	Espanha	Estados Unidos	França	Alemanha	Outros	s/i			
Italianos	10.101	4.377	9	114	122	67	18	60	5	14.873	55,5	
Espanhóis	26	3.232	201	1.420	313	27	10	64	4	5.297	19,8	
Portugueses	12	204	3.905	135	15	140	21	9	6	4.447	16,6	
Alemães	34	119	33	8	23	9	228	16	19	489	1,8	
Turcos	263	127	1	-	1	48	-	5	1	446	1,6	
Árabes	41	27	1	4	11	45	-	6	8	143	0,5	
Russos	27	92	8	6	46	7	36	-	15	237	0,8	
Austríacos	129	19	2	1	33	1	15	1	11	212	0,8	
Sírios	19	14	-	1	24	82	-	3	-	143	0,8	
Ingleses	17	7	6	-	15	-	-	8	1	54	0,2	
Brasileiros	10	26	16	-	8	-	3	-	-	63	0,2	
Americanos	-	7	-	-	14	1	-	-	-	22	0,0	
Argentinos	-	24	-	-	1	-	-	-	-	25	0,0	
Outros*	18	146	16	1	15	97	18	34	17	362	1,3	
Sem informação	1	5	20	0	3	-	0	0	1	30	0,1	
Total	10.698	8.426	4.218	1.690	644	524	349	206	88	26.843	100	
%	39,8	31,4	15,7	6,3	2,4	1,9	1,3	0,8	0,4	100	100	

Obs.: s/i significa sem informação. * Outros inclui imigrantes para os quais não se constava o destino e nacionalidade e também outras nacionalidades e destinos que tinham números pouco expressivos.

Fonte: Listas de bordo de saída de imigrantes do Porto de Santos, passageiros de 3ª classe, Acervo do Memorial do Imigrante.

Pelos índices de reemigração, percebe-se que esse desenvolvimento da Argentina, no início do século XX, exerceu forte atração dos imigrantes que estavam no Estado de São Paulo. Mas é importante notar que para os Estados Unidos se deslocaram 644 imigrantes, em segundo lugar no grupo dos destinos de reemigração. Esse deslocamento para os Estados Unidos poderia ter sido maior, no entanto, sofreu influência da crise que o país passava no ano de 1908.

Ainda quando aquela República passava por sérias crises econômicas, como por exemplo a de 1908 em que se registrou grande desemprego, os repatriados aguardavam passar o momento crítico para voltarem. Os imigrantes italianos nos Estados Unidos que por causa da bem conhecida crise aguda nesse país, se repatriaram providos na maior parte de meios econômicos não souberam decidir-se a tomar o caminho do Brasil, onde, pelas leis federais e pelas deste Estado (São Paulo) é possível uma colocação independente nos núcleos coloniais; em vez disso, esses repatriados esperam reatranspassar o oceano voltando ao país abandonado, que passe a borrasca econômica (MERTZIG, 1977, p. 77).

Além da crise, as políticas públicas adotadas pelos Estados Unidos com relação ao movimento migratório também devem ter impossibilitado a reemigração do Brasil para esse país.

O aumento sempre crescente da imigração, alterando a feição étnica da nação produziu grande alarme nos Estados Unidos. Devido à preocupação em manter o nível de vida de suas classes laboriosas, iniciou-se uma política migratória restritiva. Dissemos anteriormente que em 1882 proibiu-se a entrada de chineses. Em 1894 aumentou o imposto por cabeça de imigrante, que em 1882 era de 50 centavos ouro, para 1 dólar; para 2 dólares em 1903 e 4 dólares em 1907, quantia certamente elevada para uma família de vários membros (MERTZIG, 1977, p. 78).

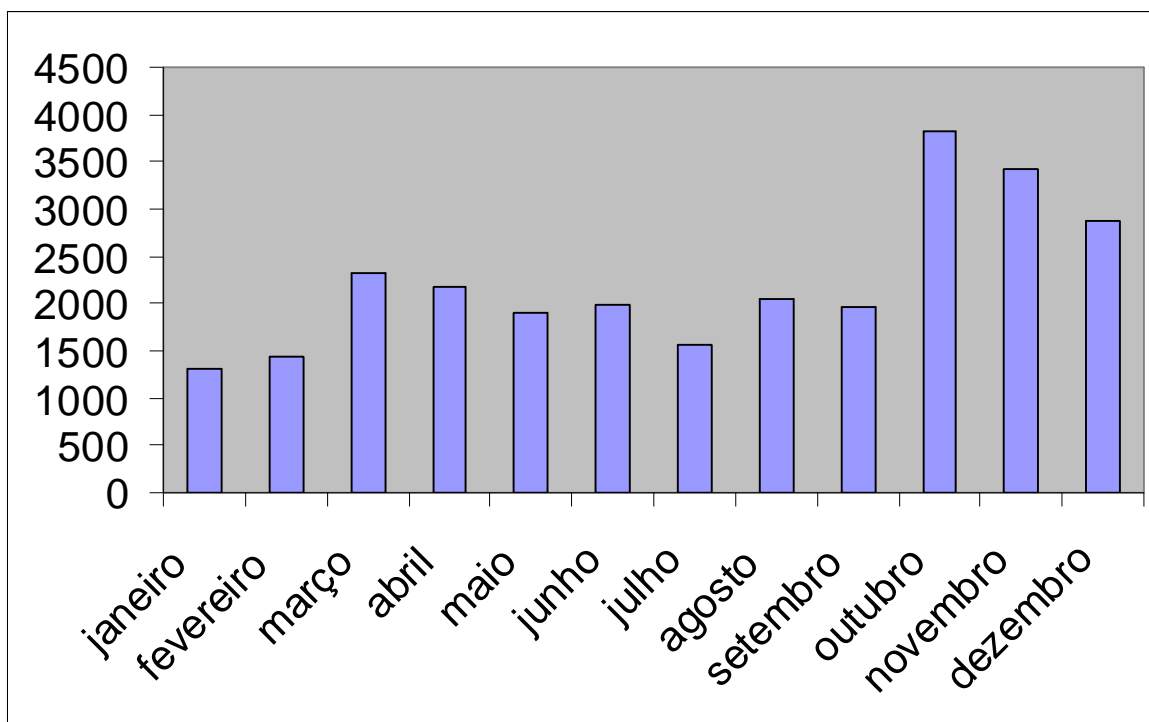
A política pública migratória dos Estados Unidos nesse período era inversa à do Brasil. Por isso, apenas 2,4% do refluxo em 1908 se destinaram àquele país. Esses números, indicados na tabela 40, coincidem com a análise historiográfica da imigração para os Estados Unidos e o refluxo se relacionou tanto com o movimento da economia cafeeira como pelos fatores da economia externa.

Já a França mereceu destaque porque, mesmo recebendo um grupo pequeno de 524 imigrantes, apenas 63 deles eram franceses, os demais eram

distribuídos entre diversas nacionalidades, distribuídos também em uma variedade de ocupações, confirmando o caráter receptivo daquela nação.

A economia de um país que se dedica à agricultura deve ser pensada nos momentos em que envolvem o trabalhador na lida da lavoura, ou seja, a época do plantio, da colheita, etc. Observar a frequência das viagens nos meses do ano pode demonstrar interesses com relação ao emprego ou à sua falta. As viagens tinham frequência maior nos últimos meses do ano, outubro, novembro e dezembro, como destaca o gráfico 1, em função do fim da safra do café no Brasil. Há também uma elevação no mês de março e abril, quando inicia a primavera na Europa.

Gráfico 1 – Refluxo pelo porto de Santos segundo o mês de saída, 1908



Fonte: Listas de bordo de saída de imigrantes do Porto de Santos, passageiros 3ª classe, Acervo do Memorial do Imigrante.

Cánovas expõe sobre o período de colheita do café, que é interessante por indicar o período de maiores saídas:

A colheita do café, que se estendia de maio ou junho a setembro, consistia em outra atividade remunerada do colono, não dependente da atividade anterior (o trato) e nem a ela vinculada. Pela colheita, o colono e sua família recebiam pagamento previamente contratado, equivalente à medida acertada (CANÓVAS, 2005, p. 173).

É necessário também relacionar o número de passageiros em cada mês e os principais destinos. Assim, pode-se perceber se há alguma correspondência entre as reemigrações para a Argentina e, por exemplo, o período de colheita do trigo, ou entre o retorno e o calendário agrícola europeu.

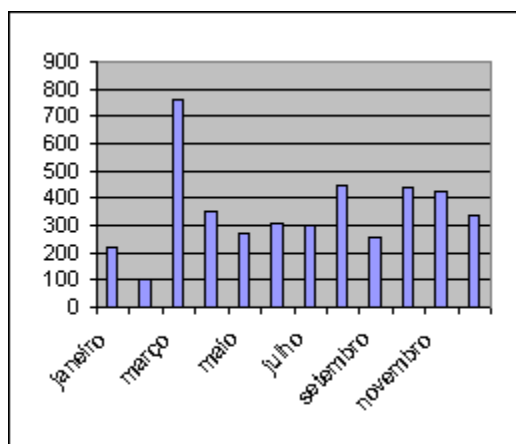
Analisando a distribuição do refluxo em 1908 pelos principais destinos, aparece a Argentina com aumento do número de imigrantes viajando nos meses de setembro a dezembro (gráfico 2). Essa tendência foi tão acentuada que influenciou no gráfico geral de todos os destinos, conforme o gráfico 1. O deslocamento é explicado pelo fim da colheita do café no Brasil e o início da primavera na Argentina. Eram predominantemente italianos e espanhóis, mas em relação aos espanhóis é importante diferenciá-los dos italianos que foram diretamente para a Argentina:

En conjunto, los españoles fueron el segundo grupo inmigrante en Argentina tras los italianos. Su llegada masiva se produjo en el siglo XX y se concentraron en su mayoría en las ciudades. Buenos Aires fue la ciudad latinoamericana que recibió el mayor número de inmigrantes europeos, y cerca de un tercio de los que llegaron a Argentina se radicaron en la capital, en especial los españoles que, en 1914, sobrepasaban a los italianos. La imagen que se desprende de los estudios realizados sobre los españoles en Argentina es la de un grupo inmigrante básicamente urbano, dedicado en su mayoría al comercio y a profesiones terciarias y con un 'éxito', en términos económicos y sociales, más bien relativo dado su número. Recientemente, nuevos trabajos han presentado una imagen de los españoles en Argentina ligeramente distinta, matizando la idea de la predilección española por las zonas urbanas y su escaso éxito en las actividades agrarias (SÁNCHEZ ALONSO, 1995, pp. 147-148).

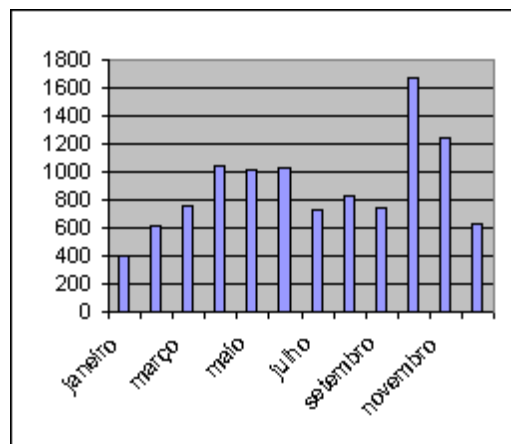
Os que estavam emigrando do Brasil para a Argentina não apresentam ocupações urbanas, mas rurais. Pelos meses de maior saída para a Argentina pode dever-se ao fim da colheita do café e o aproveitamento da primavera lá para se estabelecer e uma parte desses imigrantes para aproveitar as atividades sazonais como a colheita do trigo no verão e em seguida retornar.

Gráfico 2 – Refluxo pelo porto de Santos segundo mês de saída e destino, 1908

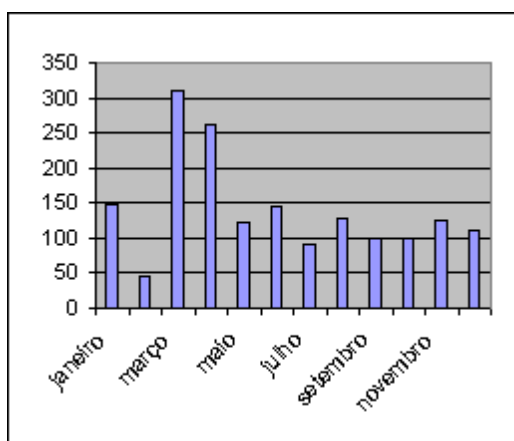
Portugal



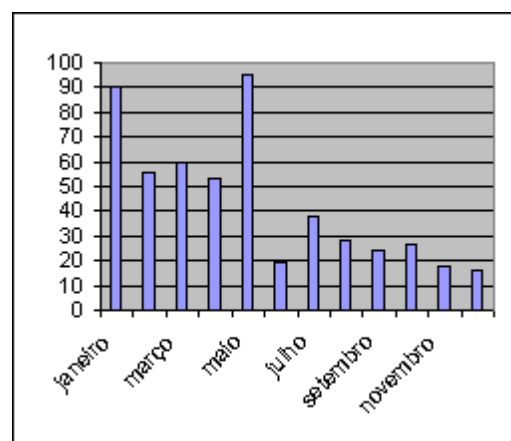
Itália



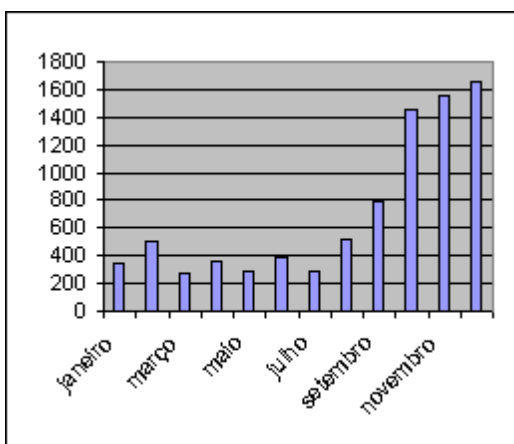
Espanha



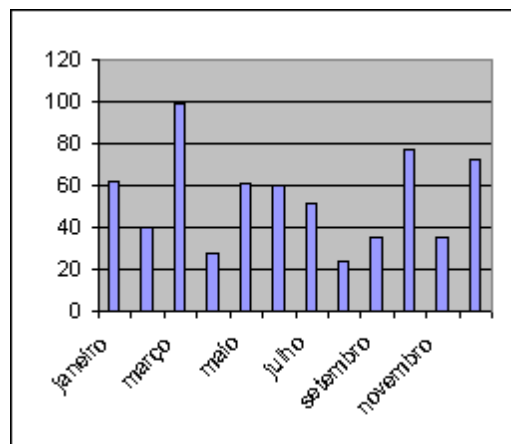
França



Argentina



Estados Unidos



Mertzig também comenta do período de colheita de linho e trigo na Argentina e demonstra uma relação entre esses períodos:

Trabalhadores urbanos e rurais, na busca de melhores condições de vida, locomoviam-se constantemente: do campo para as cidades, de um país europeu para outro, da Europa para América, África, Ásia, Oceania e vice-versa. Tal mobilidade das populações pode ser notada pela movimentação dos 'golondrina' ou os 'passáros de passagem', isto é, trabalhadores que deixavam, por exemplo, a Itália em novembro após as safras, e se dirigiam para os campos de linho e trigo de Córdoba e Santa Fé na Argentina, onde trabalhavam até abril, voltando, então, para o plantio da primavera européia. Ou ainda o caso de imigrantes que voltavam ao país de onde saíram. 'Em 1904, diz Thistlethwaite, 10% dos italianos que entraram nos Estados Unidos já tinham estado lá' (MERTZIG, 1977, p. 20).

A maior parte dos imigrantes que se deslocaram para os países do hemisfério norte, Europa e Estados Unidos, aproveitaram de viajar entre os meses iniciais do ano de forma a chegar a seu destino na primavera. Com relação aos outros destinos observa-se que, levando em consideração o calendário agrícola do café, apenas a Itália apresenta deslocamentos maiores em outubro e novembro, depois da colheita do café (gráfico 2). Também há relação com o calendário agrícola, pois é o período em que o imigrante tem o dinheiro necessário para a viagem, tanto que, em dezembro, o destino à Itália cai e janeiro é um mês de menor deslocamento.

Por fim, o movimento de refluxo demonstrou o papel importante do café, com a presença de ocupações ligadas à agricultura. Também se pode constatar a participação de imigrantes em refluxo em 1908 com ocupações diversas ligadas ao contexto de urbanização e industrialização que estava passando o Estado de São Paulo. Mas, a partir da análise do destino, foi possível observar que não só as influências sócio-econômicas de São Paulo contribuíram para as decisões dos imigrantes em refluxo, mas também os fatores externos nos diversos países identificados no movimento.

Considerações Finais

A análise do refluxo no movimento imigratório brasileiro de fins do século XIX e início do século XX resultou na constatação de novas referências para o fenômeno. O conjunto de estudos a respeito da imigração não a considera como um movimento ainda maior, que estende os seus efeitos a outros países e como um movimento que não se esgota com o fornecimento de mão-de-obra e com a fixação dos imigrantes.

No Brasil, há poucos estudos específicos sobre o refluxo. Isso porque a ênfase da historiografia é entender a imigração como um processo esgotado na sua utilidade para a história local, então estabelece um começo e um fim dentro de espaços de expulsão e atração. Contudo, constatou-se pela dinâmica do refluxo e pelas fontes analisadas que, se o refluxo era uma continuidade natural do movimento imigratório, não era uma repetição em menor escala do movimento inicial, pois as condições econômicas não eram as mesmas da vinda e o imigrante não era o mesmo, depois de uma permanência curta ou longa por aqui. Concluiu-se, conseqüentemente, que o refluxo não é um movimento que se resume a um percurso contrário ao movimento de entrada do imigrante e nem a uma retração da imigração, pois ocorre paralelamente à entrada de outros imigrantes e corresponde a novos contornos dados ao destino, seja o retorno ao país de origem ou a reemigração para outros países.

O refluxo comungava das características básicas de sua corrente imigratória: forte presença masculina e concentração nos grupos de idade mais jovens e produtivos. No entanto, com a análise das principais variáveis foi possível observar peculiaridades desse movimento, levando em conta, sua tipologia, as nacionalidades, o agrupamento familiar, o destino, a religiosidade e o grau de instrução.

Analisando as duas variações do refluxo, o retorno ao país de origem e a reemigração para outros países, percebeu-se uma diferenciação com destaque para o movimento de retorno. Mas não chega a descaracterizar a reemigração, pois

a diferença, em torno de 18%, reserva uma participação importante aos reemigrados e o predomínio do retorno não vale para todas as nacionalidades, ocorrendo mais reemigração para os espanhóis e para as nacionalidades com menor participação. As diferenças entre retornados e reemigrados estão presentes também entre as demais características, além da nacionalidade e do destino.

Observou-se que para o retorno os portugueses se destacavam com próximo a 88% do seu contingente, que foi constante em todas as faixas etárias, e para a reemigração o destaque foram os espanhóis, com 73%. Já os italianos, apesar do percentual mais acentuado para o retorno, em torno de 68%, apresentaram uma taxa significativa de reemigração, por volta de 32%. Para as demais nacionalidades a tendência era a reemigração, no entanto, parte dos destinos eram rotas para a baldeação ao país de origem. Esses resultados podem ser explicados pelas razões culturais decorrentes da colonização, como o idioma, as quais facilitaram a reemigração dos espanhóis para a Argentina, principal destino desse grupo. Ainda, para os espanhóis explicou-se a maior reemigração que o retorno, por ser o ano analisado, 1908, parte do período de maior imigração espanhola para o Brasil. Dessa forma, recebiam no Brasil informações desfavoráveis da Espanha, com os novos imigrantes que iam chegando. No caso dos portugueses, explicou-se a maior predisposição ao retorno, pelo fato do Brasil ser a principal opção entre as nações colonizadas por Portugal. Já as nacionalidades com pequeno contingente não apresentaram uma razão especial para o retorno ou para a reemigração, seguindo a tendência natural econômica de buscar alternativas às condições desfavoráveis de sua terra natal.

Entretanto, na discriminação por faixa etária há uma uniformidade entre as nacionalidades. Aí se encontra a prevalência das opções em função do mercado de trabalho, mas também a indicação de uma composição familiar predominante de casais na etapa inicial da vida familiar, com filhos até 10 anos. A política imigratória do Estado de São Paulo, na concessão de subsídio, favoreceu a imigração familiar. Isso se refletiu no refluxo, quando analisado o grau de parentesco, devido ao alto índice de pessoas com vínculo. Outra constatação dos núcleos familiares é de que a família pôde ter impedido o refluxo definitivo, pois o grupo familiar em refluxo nem

sempre estava com todos os membros. Cônjuge, filhos e outros podem ter ficado no Brasil no momento do retorno ou estarem no país de origem ou em outros países aguardando a chegada do grupo. Ocorreu também viagem no qual o indivíduo ia sozinho até ao país de origem ou outro país por não ter como pagar a passagem da família toda, assim sua família no Brasil não permitiu a volta definitiva, o que ficou sugerido pela presença de imigrantes casados viajando sozinhos.

Assim como na entrada, o refluxo foi marcado pela presença de grupos familiares compostos principalmente pelo casal, pelo casal com filhos solteiros ou por um dos cônjuges com os filhos, com poucos casos de presença de outros familiares, como irmãos, tios, avós, pais, e outros parentes. Eram poucas as famílias mistas, que tinham membros de nacionalidades diferentes, pois muitos imigrantes que se casaram no Brasil viviam em colônias e contraíram matrimônio com parceiros da mesma nacionalidade. Na composição familiar, um dado importante foi a expressiva presença de crianças, que eram numericamente o principal grupo em refluxo, com mais de 31% do total. Provavelmente, não participaram da maioria das decisões, mas a sua presença pode ter interferido nessas decisões.

Constatou-se que, entre os italianos, os laços de família eram mais estendidos com porcentagem maior de chefes com cônjuges e maior média de filhos e, portanto, a sua estratégia para a imigração, em núcleos familiares, permaneceu no refluxo. Entre os espanhóis também há um percentual elevado de imigrantes ligados a famílias, mas com menor número de agregados no seu núcleo. Quanto aos portugueses, as suas famílias eram menores e apresentavam também maior número de solteiros, se comparado aos espanhóis e os italianos. O retorno sozinho, muitas vezes, pode ser explicado por alguma estratégia familiar, para buscar herança, a aquisição de pecúlio e o correspondente retorno à família, a ocorrência de doença e morte entre os familiares no país de origem, etc.

A lavoura do café foi o destino principal da mão-de-obra imigrante. No entanto, o café impulsionou a urbanização e a industrialização, setores que também absorveram parte importante dos imigrantes. No refluxo, houve uma composição variada de ocupações, mas o maior grupo foi de trabalhadores rurais. As principais ocupações foram agricultores, industriários, comerciantes e do setor de serviços. Não

se pode afirmar que as atividades profissionais indicadas no momento de saída foram as trazidas do país de origem ou se foram aprendidas e adotadas em São Paulo. A maioria dos imigrantes veio para o trabalho no campo, mas muitos migraram para a cidade e assumiram novas ou antigas profissões. A agricultura foi o setor de maior refluxo, mas o conjunto das atividades urbanas podia chegar a 40%, e é possível apontar motivações de acordo com a ocupação do imigrante. As ocupações urbanas, principalmente serviços e construção, estavam sujeitas ao início e ao fim de ciclos de crescimento aqui e fora do Brasil. Poucos imigrantes em refluxo se dedicavam a atividades no mar, mineração, atividades religiosas, transportes e funcionalismo público, o que indicou tanto a possibilidade de um menor envolvimento dos imigrantes em São Paulo nessas atividades como o inverso, a remuneração e a satisfação dos imigrantes nessas atividades não os levaram ao refluxo, como o caso do funcionalismo público que teve o ingresso de estrangeiros possibilitado pelo governo.

Quando se comparou a condição econômica dos imigrantes em refluxo por nacionalidade, viu-se que os portugueses, frente às outras nacionalidades, apresentaram índices menores para as ocupações na agricultura e se destacaram nos trabalhos na indústria, em que pese à tradição dessa nacionalidade com ocupações no comércio e nos serviços. Mas como já anotado, a pouca saída de um profissional pode significar o seu sucesso aqui. Com relação aos italianos que saíram, predominaram as ocupações na agricultura. Chamou atenção a pequena participação no refluxo dos italianos que trabalhavam na indústria, pois a historiografia aponta para uma grande presença dessa nacionalidade nessa atividade. Isso não deve atribuir-se ao fato da indústria de São Paulo ser pequena, pois saíram o dobro de espanhóis e portugueses dessa mesma atividade, mas porque por algum motivo os italianos se adaptaram melhor ao trabalho na indústria em São Paulo. E ao contrário dos portugueses e espanhóis, saíram muitos italianos ligados a serviços e comércio. Assim, as profissões dos imigrantes em refluxo não indicaram exatamente as profissões predominantes dessas nacionalidades aqui no Brasil, mas permitiu confirmar que tanto a expectativa de um mercado de trabalho lá fora, quanto às limitações do mercado local, contribuiu para o refluxo.

Com relação à ocupação entre as outras nacionalidades com menor participação no refluxo, destacaram-se serviços e comércio entre árabes, sírios e turcos; a agricultura entre russos e houve uma distribuição eqüitativa entre agricultura, serviços, comércio, serviços domésticos e indústria entre franceses, alemães e austríacos.

A análise do destino possibilitou uma diferenciação do movimento de refluxo em retorno e reemigração. A reemigração à Argentina e aos Estados Unidos foi, principalmente, uma opção econômica e resultou na participação do Brasil em um movimento imigratório maior e mais dinâmico. A Argentina, em especial, além de segundo destino no movimento de refluxo, era composto por um variado leque de nacionalidades: principalmente italianos e espanhóis, mas também portugueses, alemães, russos, entre outros. Correspondeu a aproximadamente 1/3 dos imigrantes em refluxo e à maioria dos reemigados. Em 1908, o deslocamento para os Estados Unidos foi menor por influência da crise que aquele país passava.

O destino à Itália, o maior do refluxo, e a Portugal, foram majoritariamente de retorno. Mas também está ligado a questões econômicas, pois os meses de maior destino à Itália foram os meses de fim de safra do café no Brasil. Entre os portugueses a questão da imigração sazonal, pode ser percebida pelo cruzamento do destino e meses do ano, ou seja, um movimento constante e facilitado por laços culturais como língua, costumes e tradições que, possivelmente teve mais de uma ida e vinda.

Quanto ao gênero, marcado neste movimento imigratório com o predomínio do sexo masculino, também pode ser apontado como a opção econômica do contratador e a decorrência da condição da mulher na época. O movimento de refluxo também apresentou essa característica, presente entre todas as faixas etárias e entre todas as nacionalidades. O Estado avaliou a necessidade do deslocamento em família para estimular a fixação, garantindo uma participação importante da mulher. Assim, no refluxo também a necessidade e eventualidades como a viuvez e o abandono levaram algumas mulheres a assumirem a responsabilidade pelo refluxo.

Do estudo das tendências e estruturas da corrente migratória nos seus componentes básicos, como destino, sexo, idade, profissões, religião, grau de parentesco e de instrução, pode resultar a revisão de idéias apontadas pela historiografia. Também conhecer essas características do refluxo resulta fundamental não somente para compreender o movimento imigratório com um todo, mas também para delimitar quais os elementos chaves nos quais, análises posteriores podem concentrar-se.

Primeiramente, constatou-se que a idéia de associar o refluxo com o fracasso pessoal do imigrante não procede e se há fracasso se deve ser atribuído à política imigratória oficial que esperava fixar a todos os imigrantes que chegavam. No entanto, uma política oficial que esperasse realmente esses resultados continha certamente uma dose de ingenuidade ao não prever que evidentemente uma parcela dos imigrantes retornaria, principalmente, por um lado os bem sucedidos que lograram no Brasil os objetivos que se propuseram ao sair de seu país e, por outro, os muito mal sucedidos que não conseguiram. Já a situação intermediária, majoritária, deve ter gerado definitivamente a fixação dos imigrantes.

Outro ponto importante, ligado à questão de fracasso refere-se à visão de miserabilidade dos retornados e reemigrados. Percebeu-se que apenas 3,4% dos imigrantes em refluxo receberam o auxílio público, prática decorrente do movimento imigratório, com o pagamento das passagens, mas estava sujeito a certos critérios, como viuvez, indigência e orfandade. Eram principalmente para italianos em retorno, como indicado nas listas. A maioria dos imigrantes em refluxo custeou as suas viagens aproveitando, muitas vezes, do final da safra, demonstrando que apresentavam condições de se envolverem em um novo deslocamento. Além disso, a pequena participação de imigrantes viajando em 1ª e 2ª classes, em torno de 2%, demonstrou o envolvimento de imigrantes em retorno e reemigração com características de bem sucedidos.

Por fim, constatou-se principalmente, que o movimento imigratório nesse período foi dinâmico e contínuo. A imigração deve ser pensada como um fenômeno mais amplo em contínuos deslocamentos. O que pôde ser visualizado a partir dos agrupamentos familiares viajando divididos, com partes da família ficando

para traz e forçando viagem a se desdobrar noutras viagens para vir ou para ir, estabelecendo uma comunicação longa entre os que ficaram e os que se foram; por correspondências, por envio de dinheiro e pelo desejo de rever os queridos. Essa interação faz da imigração um movimento dinâmico porque não há uma ruptura drástica entre os que ficaram e os que se foram, mas sim a formação de redes sociais. Observar a relação dessas redes sociais e o refluxo seria um ponto importante para análises posteriores. Procurando estabelecer as relações dos retornados ou reemigrados em seu país de origem ou em outros países de reemigração. Para tal objetivo, é necessário também analisar os estágios migratórios, ou seja, as trajetórias individuais dos imigrantes ocorridas no tempo e espaço, partindo do país de origem e seguindo seus percursos dentro do Brasil e suas implicações econômicas, sociais e políticas.

Outro ponto que merece atenção é repensar o significado da integração do imigrante, diante desse movimento de refluxo. Inicialmente, pensa-se que o refluxo demonstra que o imigrante não se integrou social e economicamente, no entanto, a saída do Estado ou do país, pôde corresponder, ao contrário, que a assimilação do imigrante na sociedade receptora foi positiva, a tal ponto que pôde aproveitar as possibilidades que se lhe apresentaram. Nesse novo deslocamento, essa assimilação pôde refletir-se nos traços culturais e sociais que levaram, de difícil visualização. No caso dos portugueses, estudos demonstraram esse impacto.

Concluiu-se que o indício da imigração em família significar uma predisposição em fixar-se na terra estrangeira não se confirmou e teria servido apenas como um facilitador para a imigração.

Na identificação do perfil do imigrante em refluxo se distinguiu principalmente os imigrantes por nacionalidade e por destino, entre retornados e reemigrados. Assim, esta pesquisa, além das contribuições ao estudo da imigração no Brasil, permitiu identificar o movimento imigratório internacional em que a imigração brasileira esteve inserida, onde se constatou que os deslocamentos dos imigrantes após um período no país foram tão expressivos quanto à entrada. Mas não representaram uma frustração com a imigração para cá, e sim um deslocamento natural, dentro das perspectivas dos próprios imigrantes.

5. BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias

I. Manuscritas

Listas de Bordo de Saída dos Imigrantes do Porto de Santo, do Acervo do Memorial do Imigrante, ano 1908 e 1914.

Arquivo do Estado de São Paulo, S. Manuscritos T I R Imigração de julho a dezembro de 1889. doc. De 1890 a 1901, caixa 05, ordem 5532.

Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Inspetoria de Imigração – Santos, Movimentos migratórios: 1907 a 1911, caixa 01 – 9824.

Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Inspetoria de Imigração – Santos, Movimentos migratórios: 1912 e 1913, caixa 02 – 9825.

II. Impressas

Anuário Estatístico do Brasil. Directoria Geral de Estatística, Ministério da Agricultura, Industria e Commercio. Anno I (1908 – 1912), vol. I, Território e população, Rio de Janeiro, Typographia da Estatística, 1916.

Anuário Estatístico de São Paulo de 1919. Movimento da População e Estatística Moral, vol. I, Repartição de Estatística e Arquivo do Estado, 1923.

Boletim da Agricultura. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. São Paulo: Redação da Revista Agrícola, 1900-1908.

Boletim da Directoria de Terras, Colonização e Immigração. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. Ano I, nº 01, outubro de 1937.

Boletim do Serviço de Imigração e Colonização. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. Nº 03, março de 1941.

Boletim do Departamento Estadual do Trabalho. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, Typographia Brazil Rothschild e Cia., Ano IX, nº 34 e 35, 1º e 2º trimestre de 1920.

CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo, FFCL-USP, 1952.

ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *Populações Paulistas*. Companhia Editora Nacional, série V, vol. XXVII, São Paulo, 1934.

Relatórios da Secretaria do Estado dos Negócios do Interior, Repartição de Estatística e Archivo do Estado de São Paulo, 1896 e 1897.

Relatório da Agricultura (1912-1913). Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. São Paulo: Typographia Brasil de Rothschild e cia., 1914.

Relatório da Agricultura 1918 apresentado ao Presidente do Estado pelo secretário da agricultura, São Paulo, Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, 1919.

Relatório da Agricultura 1918 apresentado ao Presidente do Estado pelo secretário da agricultura, São Paulo, Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, 1922.

Relatório da Agricultura. São Paulo: Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, 1927.

Bibliografia

AGUIAR, Cláudio. *Os espanhóis no Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 2, 1997.

ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Dissertação de Doutorado, Porto, Faculdade de Letras da UP (Universidade do Porto), 1993.

_____. Razões locais para um debate. ALVES, J. F. (coordenação) *Os “Brasileiros” da Emigração*. Seminário no Museu Bernardino Machado. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, pp. 11-15, 1998.

_____. Os “brasileiros” da emigração no Norte de Portugal. ALVES, J. F. (coordenação) *Os “Brasileiros” da Emigração*. Seminário no Museu Bernardino Machado. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, pp. 11-15, 1998.

_____. Perspectivas sobre a emigração – os estudos locais e regionais. *Actas das Segundas Jornadas de História Local*, Fafe, Câmara Municipal, 1998, pp. 413-424.

_____. Imigração de galegos no Norte de Portugal (1500-1900). Algumas notas. In: ROEL, Antonio Eiras; LOPO, Domingo Gonzalez (coord.). *Movilidad e migracións internas na Europa Latina*. Unesco. Santiago de Compostela: Universidade (Cátedra Unesco), 2002, pp. 117-126.

_____. Emigração e sanitarismo – Porto e Brasil no século XIX. *Ler História*, 48, 2005, pp. 141-156.

_____. Atalhos Batidos – A Emigração Nortenha para o Brasil. Atalaia. *Revista do CICTSUL (Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade na Universidade de Lisboa)*. <http://www.triplov.com/atalaia/alves.html> (acesso em 11/06/2006).

ALVIM, Zuleika. *Brava gente! Os italianos em São Paulo, 1870-1920*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. Imigrantes: a vida privada dos pobres no campo. In: NOVAIS, Fernando A. SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil*. República. São Paulo, vol. 3, pp. 215-287, 1998.

ANDREAZZA, M. L. NADALIN, S. O. O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, v. 11, nº. 1, jan./jun., pp. 61-87, 1994.

ANTONACCI, Maria Antonieta. Espanhóis em São Paulo: recuperando uma imigração silenciada. *Cadernos CERU*, Série 2, nº 11, 2000.

BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, nº 12, pp. 65-80, 1969.

_____. MACHADO, Brasil Pinheiro. WESTPHALEN, Cecília Maria. Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização. In: PAULA, Eurípedes Simões (org.) *Colonização e migração. Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo: Coleção da Revista de História, 1969, pp. 345-389.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. *Família e Imigração Internacional no Brasil*. CEDHAL (Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina). Texto do curso de Extensão Universitária Etnias, gênero e desigualdades sociais na América Latina. Texto 7, 25 a 29 de março de 1996.

_____. Família e imigração internacional no Brasil. *Estudos de História*, Franca, v. 6, nº 2, pp. 163-191, 1999.

_____. BAENINGER, Rosana. Os registros da Hospedaria dos Imigrantes. *Textos NEPO*, 7. Campinas: NEPO/UNICAMP (Núcleo de Estudos de População/Universidade Estadual de Campinas), pp. 28 – 43, 1986.

_____. Imigração e Oportunidades de Trabalho no Período Cafeeiro. *Textos Nepo*, 21. Campinas: NEPO/UNICAMP (Núcleo de Estudos de População/Universidade Estadual de Campinas), pp. 34 – 71, 1992.

BEIGUELMANK, Paula. A Grande Imigração em São Paulo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: USP, n° 3, 1968.

_____. *A crise do escravismo e a grande imigração*. Brasiliense: São Paulo, 1981.

_____. *A Formação do povo no complexo cafeeiro – aspectos políticos*. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1977.

BELLOTTO, Manoel Lelo. A Imigração Espanhola no Brasil. Estado do fluxo migratório para o Estado de São Paulo (1931-1936). *Estúdios Interdisciplinarios de América Latina Y el Caribe*. Vol. 3, n° 2, jul/dez. 1992 (www.tau.ac.il/eial acesso em 14/05/2006).

BERNASCONI, Alicia. Imigrantes Italianos na Argentina (1880-1930): uma aproximação. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2º ed., pp. 61-92, 2000.

BIANCO, M. E. B. *A Sociedade Promotora de Imigração (1886-1895)*. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, Departamento de História, 1982.

BOGLÁR, Lajos. *Mundo Húngaro no Brasil (do século passado até 1942)*. São Paulo: Editora Humanista (FFLCH/USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), 2000.

CACOPARDO, Maria Cristina & MORENO, José Luis. Alcuni problemi di concettualizzazione sull'immigrazione italiana di massa in Argentina. ROSOLI, Gianfausto. *Identità degli italiani in Argentina. Reti sociali, famiglia, lavoro*. Roma: Edizioni Studium, pp. 65 - 79, 1993.

CANABRAVA, Alice. A Grande Lavoura. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, 6ª ed., 4º vol., tomo II, 1971.

CÁNOVAS, Marília D. Klaumann. Imigrantes espanhóis na cafeicultura paulista, 1880-1930: protagonistas ou coadjuvantes. *Revista História Hoje* (Revista Eletrônica de História), vol. 2, n° 6, março 2005 (www.tau.ac.il/eial acesso em 14/05/2006).

_____. *Hambre de Tierra: imigrantes espanhóis na cafeicultura paulista, 1880-1930*. São Paulo: Lazuli Editora, 2005.

CENNI, Franco. *Italianos no Brasil – “Andiamo in 'Merica...”*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2ª ed., 2003.

CINEL, Dino. *The national integration of Italian return migration, 1870 – 1929*. New York: University of Cambridge, 1991.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república – momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COSTA, Artur Sá. O Museu Bernardino Machado e os “Brasileiros”. Jorge Fernandes (coord.). *Os “brasileiros” da emigração*. Seminário no Museu Bernardino Machado. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, pp. 16-21, 1998.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo, 1880-1945*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

_____. Remessa de dinheiro dos imigrantes italianos do Brasil, Argentina, Uruguai e Estados Unidos, 1884-1914. *Anais de História*. Assis: Departamento de História da FFCL, 1974.

DECOL, René D. Uma história oculta: a imigração dos países da Europa do Centro-Leste para o Brasil *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos populacionais da ABEP*. Caxambu: ABEP, v. 1, 2000.

DEVOTO, Fernando. *Historia de la inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2004.

_____. Las migraciones españolas a la Argentina desde la perspectiva de los partes consulares (1910). Un ejercicio de tipología regional. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, Año 11, nº 34, 1996.

FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2ª ed., 2000.

_____. *Historiografia da imigração para São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré/FAPESP, 1991.

FAVERO, Luigi. Fonti per lo Studio Dell' emigraziones in Argentina. *Identità degli italiani in Argentina. Reti sociali, famiglia, lavraro*. Roma: Edizioni Studium, pp. 1 - 22, 1993.

FOUQUET, Carlos. *O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil, 1808 – 1824 – 1974*. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974.

FRANCESCO, Nelson Di. *Imigração alemã no Brasil*. São Paulo: Memorial do Imigrante/Museu da Imigração, 1999 (Série “Resumos”, nº 3).

FRANZINA, Emilio. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Editora UNICAMP, 2006.

FREITAS, Sônia Maria de. *E chegam os imigrantes... O café e a imigração em São Paulo*. 2ª ed., 1999.

_____, RODRIGUES, Ondina Antonio. *Imigração Espanhola no Estado de São Paulo*. São Paulo: Memorial do Imigrante/Museu da Imigração, 2000 (Série “Resumos”, nº 2).

FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. *Emigração Portuguesa e sua influência no Brasil: o caso de Santos – 1850 a 1950*. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, Departamento de História, 1989.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 11ª ed., São Paulo: Loyola, 1995.

GALLEGO, Avelina Martinez. Espanhóis. *Cadernos de Migração*. São Paulo: CEM (Centro de Estudos Migratórios), nº 5, 1995.

GOLDMAN, Frank P. *Os pioneiros americanos no Brasil*. São Paulo: Pioneira (Biblioteca Pioneira de estudos brasileiros), 1972.

GRAHAM, Douglas H. Migração estrangeira e a questão da oferta de mão-de-obra no crescimento econômico brasileiro – 1880-1930. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE – Instituto de pesquisas econômicas. vol. 3, nº 1, pp. 7-64, 1973.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HALL, Michael. *The origins of mass immigration in Brazil. 1871/1914*. Tese de doutoramento, Ph.D., Universidade de Colúmbia, 1969.

HUTTER, Lucy Maffei. *A imigração italiana em São Paulo em 1902-1914. O processo imigratório*. São Paulo: CESP (Instituto de Estudos Brasileiros), 1986.

_____. *Imigração italiana: aspectos gerais do processo imigratório*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, vol. 27, pp. 59-73, 1987.

IANNI, Octávio. *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

JÚNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

KLEIN, Herbert S. *A Imigração Espanhola no Brasil*. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1994. (Série Imigração; v. 5).

_____. La Integración de Inmigrantes Italianos en la Argentina y los Estados Unidos: un análisis comparativo. *Desarrollo Económico*. Vol. XXI, nº 81, 1981 (www.educ.ar - acesso em 03/03/2007).

_____. A integração dos imigrantes italianos no Brasil, na Argentina e Estados Unidos. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: Ed. CEBRAP, v. 25, pp. 95-117, 10/10/1989.

_____. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil no fim do século XIX e no século XX. *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 6 (2), pp. 17-37, 1989.

_____. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2º ed., pp. 13-31, 2000.

LEITE, J. Costa. Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914). *Análise Social*, Lisboa: *Revista do Instituto de Ciências sociais da Universidade de Lisboa*, vol. XXIII, nº 97, 1987, 3º série, 463-480.

_____. O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1915). In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2º ed., pp. 177-200, 2000.

LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, vol. 8, Suplemento, 1974.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.

LÓPEZ, José Ramón García. *Las remesas de los emigrantes españoles en América siglos XIX e XX*. Astúrias: Ediciones Jucar, 1992.

LOPES, Maria Aparecida de S. GUTIÉRREZ, Horacio. Legislación agraria y tenencia de la tierra en el Brasil decimonónico: la ley de tierras de 1850. In: *América en la época de Juárez*, organização de Héctor Cuauhtemoc Hernández Silva. México: Universidad Autónoma Metropolitana/ UABJO, 2007 [no prelo].

MARAN, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890 – 1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

MARTÍNEZ, Elda Evangelina González. O Brasil como País de Destino para os Migrantes Espanhóis. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2º ed., pp. 239-272, 2000.

MARTINS, José de Souza. A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força-de-trabalho na economia cafeeira: 1880-1930. *Revista de História*. São Paulo: USP, n° 121, p. 5-26, ago./dez. 1989.

MERTZIG, Lia Romano Leite. *As dificuldades de adaptação do imigrante no estado de São Paulo*. Repatriação e reemigração. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, Departamento de História, 1977.

MIZRAHI, Rachel. *Imigrantes judeus do Oriente Médio*. São Paulo e Rio de Janeiro. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

MONTEIRO, Miguel. Mobilidade geográfica e desigualdade social – Brasil destino de distinção. *Boletim de La Asociación de Demografía Histórica*, 1998, pp. 95-136.

_____. *Emigração. O eterno mito do retorno*. Oeiras: Celta Editora, 1994.

_____. O Papel dos “Brasileiros” nas Vilas do Minho – o caso de Fafe. ALVES, Jorge Fernandes (coord.). *Os “brasileiros” da emigração*. Seminário no Museu Bernardino Machado. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, pp. 92-109, 1998.

MOURA, Esmeralda B. Bolsonaro. *Mulheres e menores no trabalho industrial: sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. *O processo de imigração em São Paulo nas primeiras décadas republicanas: questões em aberto*. São Paulo: CEDHAL, 1996.

_____. Trabalhadores italianos em São Paulo: em busca do trabalhador ideal. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: Publicação do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, n° 37, pp. 185-287, 1994.

_____. Imigrantes italianos em São Paulo na passagem para o século XX. In. DEL PRIORE, Mary. *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus, pp. 233-275, 2000.

NOZOE, Nelson. BASSANEZI, M. S. C. B., SAMARA, Eni de Mesquita. *Os refugiados da Seca: emigrantes cearenses, 1888-1889*. Campinas: NEHD, NEPO, CEDHAL, 2003.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922)*. Publicação do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo: USP, 1973.

OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. de. Questões Demográficas no Período Cafeeiro em São Paulo. *Textos NEPO*, 1. Campinas: NEPO/UNICAMP (Núcleo de Estudo de População/Universidade Estadual de Campinas), 1985.

_____. PIRES, Maria Conceição S. A imigração italiana para o Brasil e as Cidades. *Textos Nepo*, 21. Campinas: NEPO/UNICAMP (Núcleo de Estudos de População/Universidade Estadual de Campinas), pp. 4 – 33, 1992.

OTERO, Hermán. A Imigração Francesa na Argentina: uma história aberta. In. FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2º ed., pp. 127-152, 2000.

PAIVA, Odair da Cruz. *Introdução à História da Hospedaria de Imigrantes em seus aspectos institucionais e guia do acervo*, 2000 (Série “Resumos”, nº 6).

_____. *Breve História da Hospedaria de imigrante e da imigração para São Paulo*. São Paulo: Memorial do Imigrante/Museu da Imigração, série resumos, nº 7, 2001.

PASCKES, Maria Luisa Nabinger de Almeida. Notas sobre os imigrantes portugueses no Brasil (séculos XIX e XX). *Revista de História*. São Paulo: USP, nº 123-124, pp. 35-70, ago./jul. 1990/1991.

PEREIRA, Miriam Halpern. *Livre Câmbio e Desenvolvimento Econômico. Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971.

_____. *Política e Economia (Portugal nos séculos XIX e XX)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1979.

_____. *A Política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru: EDUSC, 2002.

PETRONE, M. T. S. *O imigrante e a pequena propriedade (1824-1830)*. 2ª ed., v. 3, 1984.

_____. Imigração assalariada. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) *O Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: DIFEL, Tomo II, vol. 5, 1976.

PINTO, M. Inez. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, Departamento de História, 1984.

REIS, P. Pereira dos. Algumas considerações sobre a imigração no Brasil. *Sociologia*. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política da USP, Vol. 23, nº 1, março de 1961.

RIOS, José Arthur. Aspectos políticos da assimilação do italiano de São Paulo. *Revista Brasileira de Estatística*, 11 (42): 323-336, 1950.

ROCHA, Gilberta. Migrações, emigrações, retornos. In. ARRUDA, José Jobson & FONSECA, Luís Adão. *Brasil – Portugal: História, agenda para o milênio*. Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP; Portugal: ICCTI, 2001.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

RODRIGUES, Ondina Antonio. *Imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: Museu da Imigração, 1999 (Série "Resumos", nº 4).

_____. FRANCESCO, Nelson Di. *Imigração italiana no Estado de São Paulo*. São Paulo: Memorial do Imigrante/Museu da Imigração, 1999 (Série "Resumos", nº 1).

_____. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Memorial do Imigrante: Museu da Imigração, 1999 (Série "Resumos", nº 5).

_____. *Imigração na Hospedaria de Imigrantes: a migração para o Estado de São Paulo (1888-1993)*, 2001 (Série "Resumos", nº 8).

SAITO, Hiroshi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis: Vozes, ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

SAKURAI, Célia. *Romanceiro da Imigração Japonesa*. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1993, vol. 4.

_____. Primeiros pólos da imigração japonesa no Brasil. *Revista USP (Dossiê Brasil – Japão)*. São Paulo, nº 27, pp. 32 – 45, setembro/novembro, 1995.

_____. Imigração Japonesa para o Brasil: um exemplo de Imigração Tutelada (1908-1941). In. FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2º ed., pp. 201-238, 2000.

SALLES, T. Imigrantes estrangeiros, imigrantes brasileiros: uma revisão bibliográfica e algumas anotações para pesquisa. *Revista Brasileira de Estudos de População ABEP*, v. 9, nº. 1, 1992.

SÁNCHEZ-ALBONZO, Nicolás. Medio siglo de emigración masiva de España hacia América. In. SÁNCHEZ-ALBONZO, Nicolás (org.). *Espanoles hacia America. La emigración en masa, 1880-1930*. Madri: Alianza Ed., pp. 205-234, 1988.

SANCHEZ ALONSO, Blanca. La emigración española a la Argentina. In. SÁNCHEZ-ALBONZO, Nicolás (org.). *Espanoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*. Madri: Alianza Ed., pp. 13-32, 1988.

_____. *Las causas de la emigración española, 1880-1930*. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

SANTOS, Carlos J. Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.

SAPIENZA, Vitor. *Café amargo*, Resistência e Luta do Imigrante Italiano na Formação de São Paulo, 1ª edição, 1991.

SCOTT, A. S. V. Criança imigrante e dissolução familiar. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2004, Caxambu (MG). *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Campinas: Associação Nacional de Estudos Populacionais, 2004.

_____. Aproximando a Metrópole da Colônia: família, concubinato e ilegitimidade no noroeste português (séculos XVIII e XIX). In: XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2002, Caxambu (Minas Gerais). *Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais: Violências, o Estado e a Qualidade de Vida da População Brasileira*, 2002.

_____. Alternativas regionais e locais à emigração para o Brasil no final do século XIX: o exemplo do Concelho de Guimarães. *Revista Brasileira de Estudos da População*, Campinas, v. 19, pp. 95-111, 2002.

_____. *As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930)*. Portugal: Oceanos, v. 44, pp. 126-142, 2000.

SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa: sondagem histórica*. Lisboa: Livros Horizonte, 4. ed., 1982.

SEYFERTH, G. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In. FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2º ed., pp. 273-313, 2000.

SHUMSKY, Neil Larry. Historians and the study of return migration. In. ROUGÉ, Robert. *Les Immigrations Européennes aux États-Unis (1880 – 1910)*. França: Université de Paris-Sorbonne, pp. 85 – 98, 1987.

SILBERSTEIN, Carina F. de. A. A Imigração Espanhola na Argentina (1880-1930). In. FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2º ed., pp. 93-126, 2000.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil (1850 – 1938)*. Rio de Janeiro: Editora Nórdica, 1992.

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo, Editora Ática, 1981.

SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. Os descaminhos da Imigração alemã para São Paulo nos séculos XIX – aspectos políticos. *Revista Eletrônica. Almanack braziliense*. IEB-USP, nº 2, novembro 2005 (www.almanack.usp.br/PDFS/2/02_artigos_4.pdf - acesso em 03/03/2007).

STOLCKE, V. *Cafeicultura. Homens, mulheres e capital, 1850-1980*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico – um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1988.

TRUZZI, Oswaldo. *De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1997.

VANGELISTA, Chiara. *Os Braços da Lavoura. Imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930)*. São Paulo: Hucitec, 1991.

VAZQUEZ GONZALEZ, A. El uso de fuentes personales para el estudio de la emigración de Galicia: estado presente y perspectivas. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, año 11, número 33, pp. 313-355, ago. 1996.

VAZQYEZ GONZALEZ, Alejandro. De la vela al vapor. La modernización de los buques en la emigración gallega a América, 1835-1939. *Estudios Migratorios latinoamericanos*, año 9, nº 28, 1994.

_____. El uso de fuentes personales para el estudio de la emigración de Galicia: estado presente y perspectivas. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, n.º 33, año 11, pp. 313-355, agosto 1996.

VÁZQUEZ-PRESEDO, Vicente. *El caso argentino. Migración de factores, comercio exterior y desarrollo 1875-1914*. Buenos Aires: EUDEBA (Editorial Universitaria de Buenos Aires), Cap. III, pp. 87-141, 1971.

VILA, Pilar Gagiao. A mulher na Emigração. In. ALVES, Jorge Fernandes (org.). *Os “brasileiros” da emigração*. Seminário no Museu Bernardino Machado. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, pp. 28-43, 1998.